

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO



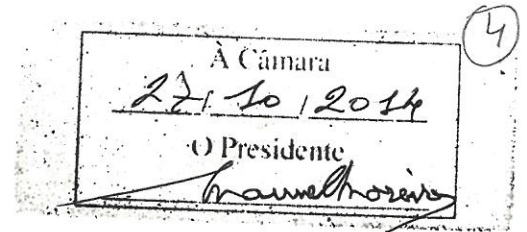
Ano
Financeiro
2015

**MUNICÍPIO
DE MARCO DE CANAVESES**

Aprovado

Órgão Executivo: Reunião de 30/10/2014

Órgão Deliberativo: Reunião de 29/11/2014



MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

PROPOSTA

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2015

Considerando os documentos previsionais relativos às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015;

PROPONHO, que nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, a Câmara Municipal delibere aprovar os referidos documentos previsionais propostos e seguidamente os submeta à apreciação da Assembleia Municipal.

Paços do Concelho de Marco de Canaveses, 27 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Manuel Moreira



Índice

ÍNDICE	2
I – INTRODUÇÃO	4
ENQUADRAMENTO GERAL	4
CONTEXTO MACROECONÓMICO	4
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	6
ESTRUTURA DO ORÇAMENTO	10
APRESENTAÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO.....	15
II – PREVISÃO DAS RECEITAS	19
1. VISÃO GLOBAL DAS RECEITAS.....	19
2. RECEITAS FISCAIS.....	21
3. RECEITAS NÃO FISCAIS.....	24
3.1 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	25
3.2 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26
3.3 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	27
3.4 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28
3.5 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO.....	28
3.6 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	29
3.7 ATIVOS FINANCEIROS	29
3.8 OUTRAS RECEITAS.....	29
III – PREVISÃO DAS DESPESAS	31
1. VISÃO GLOBAL DAS DESPESAS.....	31
2. DESPESAS CORRENTES.....	32
2.1 DESPESAS COM PESSOAL	32
2.2 DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	35
2.3 ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA.....	37
2.4 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38
3. DESPESAS DE CAPITAL	38
3.1 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	38
3.2 ESTRUTURA DO INVESTIMENTO	39
4. SERVIÇO DA DÍVIDA.....	40
5. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS AUTÁRQUICAS.....	41



6. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	44
7. GRANDES OPÇÕES DO PLANO	44
IV- ANEXOS	47
1- RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2015	48
2- ORÇAMENTO DA RECEITA	49
3- ORÇAMENTO DA DESPESA	50
4- EMPRÉSTIMOS (PREVISÃO DE ENCARGOS 2015 E EXECUÇÃO 2014).....	51
5- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (MAPA)	52
6- PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (MAPA)	53
7- GRANDES OPÇÕES DO PLANO (MAPA)	54
8- MAPA DAS TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA - 2015.....	55
9- MAPA DE PESSOAL 2015	56
10- PROPOSTA DE GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL - 2015	57
11- MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES E PROVISÕES	58
12- MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO.....	59



I – Introdução

Enquadramento Geral

Contexto Macroeconómico

A proposta do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (GOP's) do Município do Marco de Canaveses foram elaborados assumindo os pressupostos macroeconómicos utilizados na proposta do Orçamento de Estado, disponíveis no *site* da Direção-Geral do Orçamento.

O cenário macroeconómico traçado no Relatório do OE 2015 reflete a informação relativa ao desenvolvimento da atividade económica a nível nacional e internacional e ainda as medidas constantes da Proposta de Orçamento do Estado para 2015, e é consistente com a informação de contas nacionais divulgada de acordo com a nova metodologia SEC 2010 (novo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais), bem como com o novo ano base das contas nacionais.

O Orçamento do Estado para 2015 (OE2015) é o primeiro orçamento do período Pós-PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira), e representa uma fase de maior autonomia, em que a Economia Portuguesa recuperou o acesso a financiamento nos mercados de dívida internacionais.

Quadro 1 – Principais Indicadores

(Taxa de Variação em % do PIB)

	2014	2015
PIB	1,0%	1,5%
Desemprego	14,2%	13,4%
Inflação	0,0%	0,7%
Saldo Externo	0,3%	0,3%
Défice Orçamental*	4,8%	2,7%
Dívida Pública*	127,2%	123,7%

FONTE: OE 2015; *em % do PIB

Assim, em Portugal para 2014 projeta-se um crescimento do PIB de 1% em média anual, 2,4 p.p. superior ao observado em 2013. Para 2015, prevê-se um crescimento do PIB em 1,5%, em linha com todas as



previsões de organismos internacionais (OCDE, FMI, CE), reflexo de uma contribuição positiva da procura externa líquida (exportações crescem 4,7%, em relação a 2014, 3,7%), bem como a manutenção do contributo positivo da procura interna (1,3%).

A **taxa de desemprego** deverá continuar a diminuir no próximo ano para 13,4% (-0,8 p.p. face ao esperado para 2014 e -2,8 p.p. face à ao valor de 2013). A **inflação** deverá atingir os 0,7% em 2015, num contexto de ausência de tensões – quer inflacionistas, quer deflacionistas – nos mercados internacionais de *commodities* (mercadorias). Esta subida da inflação de cerca de 0,7 p.p. face a 2014 traduzirá uma maior pressão ascendente sobre os preços resultante da melhoria da procura interna, bem como o efeito da **desvalorização da taxa de câmbio do euro face ao dólar**, dada a crescente divergência na condução da política monetária. O diferencial face à evolução dos preços no conjunto da área do euro deverá manter-se, face à necessidade de ajustamento dos preços relativos.

O Orçamento de 2015 será particularmente afetado pelas alterações referentes ao reforço do Pacto de Estabilidade e Crescimento e, por inerência, à regulamentação do Procedimento por Défice Excessivo (PDE). O PDE atualmente em vigor para Portugal foi aberto em 2009 e deverá terminar em 2015. O Orçamento do Estado para 2015 foi elaborado com vista a garantir o cumprimento do limite máximo de 3% do PIB para o **défice orçamental** (previsão de um défice orçamental de 2,7%). Para 2014, a estimativa para o défice das AP apresentada pelo Ministério das Finanças foi de 4,8% do PIB – que ainda se mantém.

Após o início de uma trajetória descendente em 2014, estima-se que o **rácio da dívida pública** tome a diminuir em 2015, situando-se em 123,7% do PIB.

As taxas de juro oficiais situam-se em mínimos históricos: a taxa das operações principais de refinanciamento em 0,05 por cento, a taxa de depósito em -0,2 por cento e a taxa da facilidade permanente da cedência de liquidez em 0,3 por cento. Adicionalmente, o Banco Central Europeu anunciou um novo programa de aquisição de *covered bonds* (obrigações hipotecárias e obrigações sobre o setor público) emitidas por instituições financeiras monetárias da área do euro. No que respeita à orientação futura da política monetária, o BCE referiu que as **taxas de juro** oficiais se encontram atualmente no limite inferior (*lower bound*) e reforçou o compromisso de recorrer a medidas de política monetária não convencionais adicionais de forma a fazer face a riscos de um período demasiado longo de baixa inflação. Na sequência do anúncio destas medidas, as expectativas de inflação de médio e longo prazo interromperam a trajetória descendente que vinham a exibir.



Administração Local

A preparação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano do Município do Marco de Canaveses, e dos demais Municípios portugueses, obedece a um conjunto de princípios e regras orçamentais que se encontram previstos, quer no novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, quer no POCAL quer na Lei de Enquadramento Orçamental.

Realça-se a importância do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL) e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro), que consubstanciam um reforço progressivo da disciplina orçamental, nomeadamente no que respeita à extensão do perímetro das entidades neste sector das Administrações Públicas, à vinculação da despesa e da receita a um quadro orçamental plurianual e às regras de endividamento. Acresce referir que o novo RFAL impõe novas condicionantes ao processo de elaboração e aprovação dos documentos previsionais e estabelece, altera e reforça os princípios orçamentais previstos no POCAL.

Por outro lado, a entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, aprova o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal no qual é regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM), impõe que a contribuição do Município do Marco de Canaveses para o FAM seja de € 1.239.871 euros. A realização deste montante será efetuada em 7 anos, pelo que todos os anos, até 2021, o orçamento anual deverá prever uma despesa com ativos financeiros no valor de € 177.124 euros.

Para a Administração Local (AL) espera-se, em 2014, um excedente orçamental de 560 milhões de euros, que se compara com um défice de 117 milhões de euros em 2013.

A evolução positiva do saldo orçamental tem por base uma diminuição da despesa mais acentuada do que a quebra esperada para a receita (-17,1% e -8,8%, respetivamente). A diminuição da receita será determinada, em grande medida, pela quebra nas transferências provenientes da UE (-40,9%), como reflexo da menor execução de projetos cofinanciados. Esta diminuição é parcialmente atenuada pelo crescimento esperado para a receita cobrada de IMI (+13,5%) e do IMT (+9,8%).

Em 2015, a AL deverá registar um excedente de 825 milhões de euros. A melhoria do orçamental face a 2014 está associada a um crescimento da receita efetiva superior ao da despesa (+4,3% e +0,7%, respetivamente), em resultado de um aumento generalizado nas rubricas da receita, em particular do IMI (+10,1%).

Também as transferências do Orçamento do Estado para a Administração Local, registam um contributo positivo para a variação da receita em 2015 (+108 milhões de euros).



No que se refere à despesa, prevê-se um aumento moderado em 2015, na ordem dos 0,7%, resultante do crescimento da despesa corrente de 1,5%, mas atenuado pela quebra da despesa de capital de 1,8%.

Em 2015, o Governo propõe-se continuar a articular com os autarcas, a desenvolver instrumentos e soluções que promovam o desenvolvimento económico local e a competitividade do respetivo território, através das autarquias e das entidades intermunicipais.

1. Continuidade do **programa de descentralização de funções e competências**. Áreas prioritárias: educação, saúde e segurança social.

(i) os contratos de educação e formação celebrados com os municípios, valorizando o papel dos municípios e da comunidade na tomada de decisões e conferindo-lhes maior autonomia pedagógica, curricular, administrativa e organizativa;

(ii) a melhoria dos serviços de cuidados de saúde primários, através de uma gestão de proximidade que permita a criação de soluções flexíveis em função da realidade local.

2. Prosseguir-se-á com a implementação do **Programa Aproximar**, abrangendo 42 municípios, com vista a reorganizar os Serviços Públicos de Atendimento, complementando-os com soluções de mobilidade. Assenta em três conceitos de prestação de serviços públicos administrativos: Loja do Cidadão, Espaço do Cidadão e Carrinha do Cidadão.

3. Criação do **Programa Capacitar**, que tem o objetivo de munir autarcas, dirigentes, trabalhadores das autarquias e secretários executivos das entidades intermunicipais de novas ferramentas e conhecimentos para o desenvolvimento e competitividade locais e a inclusão social;

4. Lançamento do **Programa de Estágios para a Administração Local (PEPAL)**, estando prevista a criação de 1500 estágios dirigidos a jovens desempregados que não se encontrem a estudar;

5. Substituição dos atuais mecanismos de gestão dos recursos humanos na Administração Local por outros de maior autonomia e responsabilização das autarquias, que assegurem o não agravamento da massa salarial, diferenciando assim os municípios, consoante se encontrem ou não em situação de saneamento ou ruptura financeira (mantendo-se limitações especiais para os que se encontram nesta situação);

6. Acompanhamento da recuperação dos municípios que se encontram em ruptura financeira, prestando o apoio necessário aos órgãos do Fundo de Apoio Municipal.



A aplicação da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) concretiza a reforma ao nível das finanças da Administração Local que entrou em vigor a partir de 2014. Este diploma conjuntamente com o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), e demais legislação com posteriores alterações, conjugado com a nova Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) definem para 2015, para além dos documentos previsionais obrigatórios constituídos pelas Grandes Opções do Plano – consubstanciadas no Plano Plurianual de Investimentos - e pelo Orçamento, o **cumprimento do plano de reequilíbrio financeiro e das medidas de consolidação orçamental previstas no Orçamento Geral do Estado para 2015.**

Estes documentos são de importância primordial para a gestão autárquica, pois neles estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico a médio e longo prazo e a política financeira de curto prazo.

O planeamento e a programação de atividades, traduzidos na elaboração das Opções do Plano e do Orçamento, representam não só o cumprimento de um imperativo legal como também a necessidade de definir prioridades face aos recursos disponíveis cada vez mais escassos.

Nesta perspetiva planear consiste em, a partir de uma análise da realidade e das potencialidades do Município do Marco de Canaveses, estabelecer propósitos e objetivos que, tendo em conta os meios disponíveis e mobilizáveis, possibilitem a formulação de programas de ação que enquadrem a atividade durante certo período.

O processo de planeamento não pode ser encarado como um instrumento rígido, estático, mas sim como uma atividade essencialmente dinâmica, maleável, ajustável, de adaptação a uma realidade sempre em mutação e em si mesma diferenciada.

Ao planear têm de ser identificadas as necessidades da população que podem e devem ser satisfeitas pela Autarquia. Assim, os documentos previsionais procuram identificar todos os investimentos considerados prioritários e de acordo com a estratégia política definida. Salienta-se, no entanto, que a sua concretização está limitada anualmente pelas restrições do Plano de Reequilíbrio Financeiro celebrado e pelas medidas de contenção de despesa e de austeridade impostas pelo Governo mesmo no período denominado “pós tróica”. Das medidas impostas pelo Estado, destaca-se a Lei dos



Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA cuja aplicação regulamentar para as Autarquias Locais é feita através do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho. Este diploma contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, e portanto à sua operacionalização.

Conhecidas as linhas condicionantes que rodeiam a proposta de OE para 2015, não podemos deixar de enfatizar que apesar de condicionar o nosso orçamento no que se refere às contrapartidas de receita, o orçamento municipal e as GOP 2015, continuam a ser um instrumento importante ao serviço das políticas sociais e do desenvolvimento económico do Concelho.

As medidas contempladas neste orçamento correspondem a um esforço assinalável e contínuo de consolidação que tem vindo a ser desenvolvido, atuando, claramente, pelo lado da redução da despesa, num contexto de contenção e de moderação do consumo, medidas que são consequência do controlo e acompanhamento ao nível da racionalização da despesa.

Com a implementação destas medidas, o Município criou alguma poupança financeira que permitirá neste ano económico de 2015, executar ainda investimento previsto, submetendo simultaneamente as respetivas candidaturas ao regime de Overbooking atendendo a comparticipação a 85% FEDER. Por outro lado, poderá preparar-se para avançar com novas candidaturas comunitárias uma vez que se inicia o novo quadro comunitário "Portugal 2020". Este novo quadro comunitário de apoio assenta numa inversão da tendência de aposta em infraestruturas e escolas para uma nova lógica de estímulo à economia e às empresas e portanto numa aposta clara nas pessoas e na criação de emprego. Um dos desafios deste Município será conseguir obter comparticipações de investimentos em algumas infraestruturas ainda consideradas prioritárias no âmbito do seu desenvolvimento sustentado. Por outro lado, este novo Quadro Comunitário de apoio irá constituir a principal fonte de apoio financeiro da Autarquia, sempre limitada à sua capacidade orçamental, para realizar novos investimentos.

Pretende-se que este documento, à semelhança dos anos anteriores, seja exaustivo, procurando descrever em traço gerais toda a atividade municipal nas suas diversas áreas de intervenção. O nosso exercício político irá pautar-se como sempre pelo rigor uma vez que procuramos sempre resolver os graves problemas financeiros que herdamos, através da harmonização de posições inconciliáveis na defesa do interesse público, assente num reequilíbrio gradual das contas. Os princípios básicos deste novo executivo continuarão a ser a **Verdade** e o **Rigor** que regem a nossa conduta e que nos guiam



desde que iniciamos funções autárquicas. Este novo mandato vem reforçar a nossa convicção profunda de que **A Verdade e o Rigor** são pilares da democracia que, quando defendidos, produzem sempre os melhores frutos à benefício do Bem Público e da população Marcuense

Estrutura do Orçamento

A estrutura do orçamento manter-se-á idêntica à dos últimos anos para possibilitar uma análise orçamental comparativa e evolutiva, pelo que obedecerá à seguinte decomposição em Estrutura Orgânica:

01 – Assembleia Municipal

02 – Câmara Municipal

03 – Operações Financeiras

Esta estrutura valoriza a dimensão política do Orçamento e, simultaneamente, flexibiliza a gestão orçamental na sua componente técnica, responsabilizando mais cada um dos diretores municipais pela execução do seu orçamento e, conseqüentemente, pelos resultados a alcançar.

O controlo do Orçamento poderá ser efetuado através das Grandes Opções do Plano (GOP) que, à semelhança de 2014, incluirá, para além do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), o Plano das Atividades mais Relevantes (PAM).

A Câmara Municipal do Marco de Canaveses, no âmbito do processo implementado de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, assumiu o desafio de dar mais um passo na melhoria e modernização dos serviços prestados, assim como no funcionamento e organização internos.

Nesse sentido, o Executivo lançou um projeto denominado "Um Marco na Gestão Autárquica", cofinanciado pelo POPH, que pretende dotar os serviços e colaboradores municipais de mais ferramentas que permitam responder aos desafios da nova Administração Local, ajustando os seus recursos humanos e financeiros de modo a garantir a satisfação dos cidadãos do Concelho do Marco de Canaveses.



O projeto, iniciado no final do ano 2013, tem quatro fases, nomeadamente: levantamento e diagnóstico de problemas, elaboração do plano de ação, implementação do plano de ação e apresentação de resultados e conclusões.

As áreas de intervenção são as seguintes: Excelência em Gestão – Modelo Integrado de Gestão; Melhoria da eficiência e redução de custos; Otimização do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação; Apoio à mobilidade interna; Auditoria Interna e Controlo de Gestão.

Assim, na fase de preparação do Orçamento o Município do Marco de Canaveses assumiu o desafio de implementar o Modelo Integrado de Gestão (MIG), conforme se sugere na figura 1.

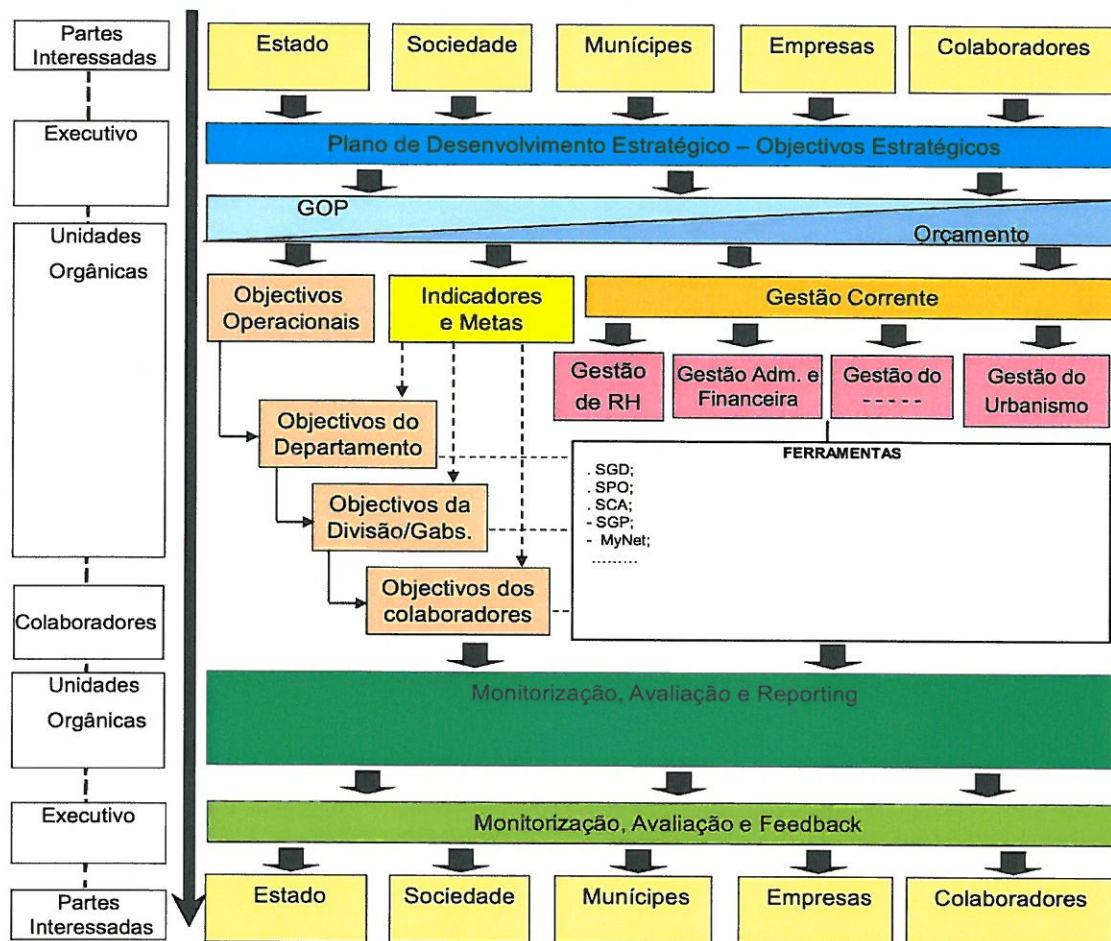
Desta forma, conhecidas as pretensões dos Municípes e Partes Interessadas e tendo por base as orientações do Executivo, o MIG prevê a construção do Mapas Estratégicos (MEs) e *Balanced Scorecards* (BSCs) quer para o estabelecimento da estratégia do Município quer para o seu desdobramento para as Unidades Orgânicas (UOs) na direta dependência do Executivo (Departamentos).

Para o desdobramento da estratégia, elaboram-se Planos de Desenvolvimento Estratégico que contém as ações/atividades que contribuem para a concretização dos objectivos estratégicos estabelecidos no ME e BSC. Nos PDEs constam a identificação dos recursos, humanos e financeiros, necessários à concretização das acções/ actividades. Com base nesta informação, foram construídas as Grandes Opções do Plano, alinhando assim o Orçamento com os projectos a levar a cabo.

Para além das ferramentas para definição e planeamento da estratégia do Município do Marco de Canaveses, o MIG, inclui ferramentas de monitorização e controlo da execução.



Figura 1 – Modelo Integrado de Gestão



Neste modelo, os objectivos estratégicos para o triénio 2015/2017, contemplam as principais prioridades decorrentes do programa eleitoral de 2013 de modo a facilitar a articulação entre estes instrumentos de planeamento autárquico e permitem ainda acompanhar o sistema de gestão autárquico de acordo com as políticas de qualidade definidas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade do Município do Marco de Canaveses, em conformidade com os requisitos das Normas NP EN ISO 9001.

Em 2015, os objectivos individuais no âmbito do Sistema de Avaliação do Desempenho (SIADAP), devem estar alinhados com a estratégia do Município.



As prioridades para o triénio 2015/2017 integram o Orçamento através de 6 orientações estratégicas transversais ao Município que enquadram no programa autárquico do Executivo, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM) de 2015, a saber:

1. Promover o sucesso escolar assente numa Educação de qualidade;
2. Defender a qualidade ambiental, preservando o património natural e reforçando a cobertura dos serviços;
3. Promover o Desenvolvimento Económico;
4. Fomentar o desporto e o lazer;
5. Promover o potencial turístico e cultural apostando no marketing territorial e numa oferta diversificada;
6. Melhorar a prestação de serviços aos Municípios apostando na Modernização Administrativa.

Para o triénio 2015/2017, a orientação estratégica promover o *sucesso escolar assente numa Educação de qualidade*, inclui a revisão da Carta Educativa do Município do Marco de Canaveses e o desenvolvimento das acções para a sua implementação.

No âmbito da *defesa e qualidade ambiental, preservando o património natural e reforçando a cobertura dos serviços*, manterá a sua importância estratégica, continuando o investimento da Autarquia para aumentar as taxas de cobertura das redes de saneamento básico.

A *promoção do Desenvolvimento Económico* será realizada pela dinamização do Conselho Municipal para o Desenvolvimento Económico e a implementação de um programa de apoio à economia e emprego. Destacam-se aqui projectos como a criação do Gabinete de Apoio à Iniciativa Empresarial (em colaboração com outras entidades do concelho), as iniciativas para a promoção do empreendedorismo e a criação de um programa para a incubação de empresas.

Ao nível do objectivo fomentar o desporto e o lazer projecta-se a elaboração da Carta Municipal do Desporto do Marco de Canaveses.

A *promoção do potencial turístico e cultural apostando no marketing territorial e numa oferta diversificada*, será realizada através da execução de iniciativas de divulgação do património local, nomeadamente, realização de workshops temáticos, elaboração e divulgação do Plano Municipal de Marketing Territorial,



dinamização dos roteiros turísticos, promoção da oferta museológica concelhia, afirmação da Rota do Românico do Marco de Canaveses, promoção e protecção do edificado, certificação e promoção de produtos tradicionais. Pretende-se, ainda, elaborar a Carta Municipal do Turismo e da Cultura.

Para *melhorar a prestação de serviços aos municípios apostando na Modernização Administrativa*, projecta-se a execução dos seguintes projectos: implementar o Sistema de Contabilidade de Custos; rever a Norma de Controlo Interno; melhorar a eficiência no uso das Tecnologias de Informação e Conhecimento; alargar a implementação do Sistema do Sistema de Gestão da Qualidade aos restantes serviços do Município.

O sucesso da implementação dos objetivos estratégicos descritos supra dependerá, em grande medida, da otimização do acesso aos fundos comunitários para a execução dos projetos municipais e do incremento da rede de parcerias e protocolos de políticas públicas.

A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, na qual o Município do Marco de Canaveses está integrado, desempenhará um papel importante para alavancar a estratégia para o Município, definida em linha com os domínios de intervenção estratégica, vertidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal para região do Tâmega e Sousa.

O período de programação dos fundos comunitários que agora se inicia e se estende até 2020 representa uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. As prioridades fundamentais da estratégia Europa 2020, que norteiam a sua aplicação, vão, em grande medida, de encontro às necessidades da região do Tâmega e Sousa. O Plano Estratégico tem, portanto, a preocupação de criar condições para que os fundos que vão estar disponíveis possam ser mobilizados em prol do desenvolvimento do Tâmega e Sousa.

Importa ainda referir que a nova Lei das Finanças Locais - LFL define um conjunto de regras orçamentais que assentam em princípios base nos quais foi elaborado o Orçamento Municipal.

Assim sendo, este Relatório para além da apresentação da política orçamental e da sua fundamentação inclui a identificação e descrição das responsabilidades contingentes e das Provisões até outubro de 2014 em anexo.



Define ainda que os orçamentos anuais devem enquadrar-se num Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) que tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado. Este quadro consta de documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local designado de Quadro Plurianual Municipal de Programação Orçamental. Uma vez que a sua elaboração depende de regulamentação por decreto-lei, para este ano de 2015 verifica-se a inaplicabilidade da norma constante no artigo 41.º e 44.º da LFL.

A Lei nº 73/2013, de 03 de setembro prevê ainda ao nível das regras orçamentais que sejam apresentados em anexo ao Orçamento Municipal os orçamentos dos órgãos e serviços com autonomia financeira, bem como das entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo do Município, pelo que no caso das entidades participadas esta situação não se verifica. No entanto, não foi remetido ao Município qualquer orçamento aprovado. Encontra-se em anexo o Mapa das entidades participadas pelo Município identificadas com o respetivo número de identificação fiscal, percentagem de participação e o valor correspondente.

Apresentação Geral do Orçamento

A estimativa das despesas e das receitas para o próximo ano económico, efetuada com base nos pressupostos anteriores, é apresentada no Quadro I, o qual resume, em termos de distribuição de valores, a despesa e a receita, segundo os dois grandes agrupamentos da classificação económica.

Q.1 - Receita e Despesa prevista para o ano 2015

	(Un.: euro)		
	Correntes	Capital	Total
Receitas	22.929.200	1.989.247	24.918.447
Despesas	17.652.632	7.265.815	24.918.447
Saldo	5.276.568	-5.276.568	

A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano económico mantém a quebra na arrecadação de receitas próprias municipais devido a diminuição da Procura Interna em Portugal, situando-se, nos 24,9 milhões de euros. A receita corrente atingirá um montante de 22,9 milhões de euros o que compara

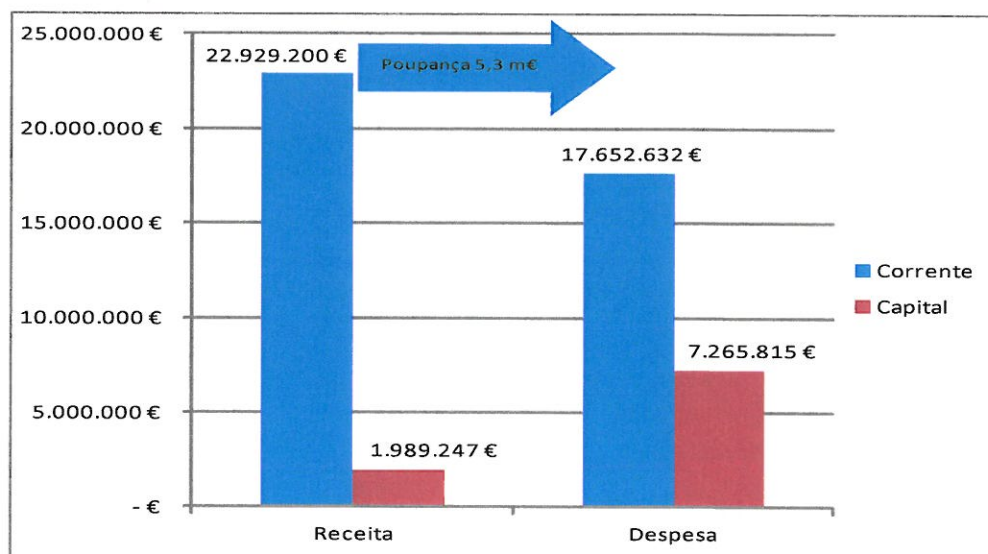


com a despesa corrente de 17,7 milhões de euros, enquanto a receita de capital atinge cerca de 2 milhões de euros para uma despesa de capital de 7,3 milhões de euros.

Constata-se a existência de um superavit corrente no valor de cerca de cinco milhões e trezentos mil euros, que não resulta do excesso das receitas correntes sobre as despesas da mesma natureza, mas que é justificado com o deferimento de despesa corrente e que será dotada com a entrada do saldo da Gerência anterior para 2015 estimado em cerca de 5 milhões de euros.

Esta metodologia permite, por um lado, o cumprimento de Princípio do Equilíbrio nos termos do ponto 3.1 Princípios orçamentais do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) - Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. Por outro lado, possibilita também a existência de dotação necessária para a realização dos investimentos, que se encontram a ser objeto de candidaturas em regime de Overbooking com comparticipação a 85% FEDER de forma a conseguir a finalização dos procedimentos concursais dentro dos prazos definidos pelo QREN. Assim, se compreende que este superavit corrente financie em idêntico valor as despesas de capital.

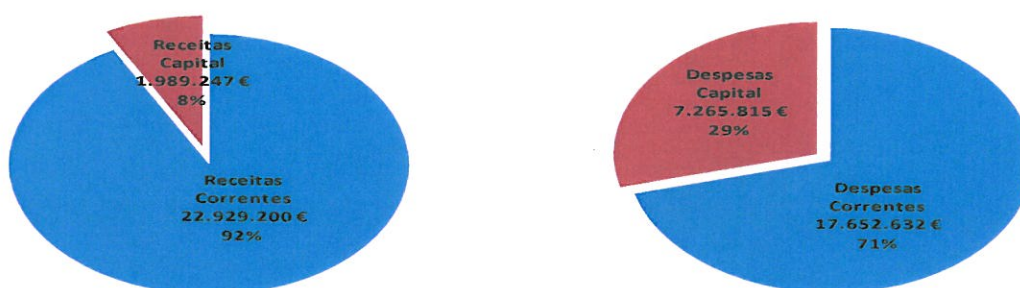
F.1 – Gráfico de Receitas e Despesas Previstas



O gráfico F1 de Receitas e Despesas previstas permite ainda verificar que o equilíbrio orçamental também é previsionalmente conseguido. Assim sendo, a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual

à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos (sendo estas no valor de € 3.032.574).

F. 2 - Estrutura da Receita e da Despesa



Na figura anterior F2, ao comparar-se as receitas e as despesas de natureza afim, ilustra-se não só o maior volume das despesas correntes no cômputo da despesa total, representando 71% da mesma, segundo a qual as despesas correntes deverão ser totalmente financiadas por receitas correntes. Anota-se que, mais uma vez, a despesa corrente, em termos previsionais, tem maior peso no orçamento global que a despesa de capital que ascende a 29% da despesa total.

Q.2 – Receitas e Despesas Previstas

Receitas e Despesas Previstas

Receitas e Despesas Previstas					(Un.: euro)	
Receitas	Valor	%	Despesas	Valor	%	
Receitas Correntes	22.929.200	92,0%	Despesa Corrente	17.652.632	70,8%	
Impostos directos	5.494.894	22,1%	Despesa com o pessoal	7.586.292	30,4%	
Impostos indirectos	94.675	0,4%	Aquisição de bens e serviços	5.852.883	23,5%	
Taxas, multas e outras penalidades	304.320	1,2%	Juros e outros encargos	736.360	3,0%	
Rendimentos de propriedade	1.679.930	6,7%	Transferências correntes	3.233.997	13,0%	
Transferências correntes	14.384.992	57,7%	Subsídios	100	0,0%	
Venda de bens e serviços correntes	898.629	3,6%	Outras despesas correntes	243.000	1,0%	
Outras receitas correntes	71.760	0,3%				
Receitas de Capital	1.989.247	8,0%	Despesa de Capital	7.265.815	29,2%	
Venda de bens de investimento	10	0,0%	Aquisição de bens de capital	3.381.823	13,6%	
Transferências de capital	1.986.812	8,0%	Transferências de capital	764.362	3,1%	
Activos Financeiros	-	-	Activos Financeiros	177.124	0,7%	
Passivos Financeiros	-	-	Passivos financeiros	2.942.506	11,8%	
Outras receitas de capital	2.425	0,0%	Outras despesas de capital	-	-	
Reposições não abatidas nos pagamentos	-	-				
Total	24.918.447	100,0%	Total	24.918.447	100,0%	



A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima discriminadas serão objeto de aprofundamento em capítulos subsequentes.

Em termos de receita destaca-se a continuação da forte dependência do orçamento das transferências correntes do Estado, que totalizam 16,4 milhões de euros e contribuem em 65,7% para a receita total. Assinala-se ainda a receita proveniente das transferências de capital como origem de fundos para os investimentos previstos, alicerçada pela componente de financiamento comunitário e de entidades terceiras, e que representa 8% da Receita. Relativamente às receitas fiscais apenas contribuem com 23,7% para o orçamento municipal.

No que se refere à despesa destaca-se o peso dos encargos com pessoal (30,4%), da aquisição de bens e serviços (23,5%), da aquisição de bens de capital (13,6%), das Transferências correntes (13%) e dos passivos financeiros (11,8%) que representam, em conjunto, 92,3 % do total da despesa.

Importa referir que a despesa de capital representa para este ano económico cerca de 29,2%, resultante da realização de empreitadas com recurso a autofinanciamento autárquico. Estes investimentos encontram a ser objeto de candidaturas em regime de Overbooking com comparticipação a 85% FEDER de forma a conseguir a finalização dos procedimentos concursais dentro dos prazos definidos pelo QREN.

A finalização destas obras e respetivas candidaturas aprovadas irão permitir o aproveitamento dos fundos comunitários restantes provenientes do FEDER no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN – 2007-2013; O ressarcimento destas verbas para o ano de 2015 possibilita a recuperação da capacidade orçamental obtida através de poupança financeira alcançada para fazer face ao novo quadro comunitário de apoio.



II – PREVISÃO DAS RECEITAS

1. Visão global das receitas

Para 2015 estima-se que a receita municipal ascenda a 24,9 milhões de euros, representando uma diminuição de (-1,4%), em termos absolutos, cerca de **trezentos e cinquenta mil euros**. Esta diminuição, face ao ano anterior, resulta essencialmente da diminuição de receita a arrecadar proveniente das transferências de capital tendo em conta a finalização do Quadro Comunitário de Apoio no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN – 2007-2013 (-27,6%) e do agregado económico Venda de bens de investimento (-100%). Saliente-se que estas receitas extraordinárias e mais concretamente no que concerne à venda de imóveis só podem ser inscritas até ao limite da média aritmética simples das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses que precedem o mês da elaboração do Orçamento Municipal.

Importar referir que alguns investimentos em curso realizados e pagos poderão obter a aprovação das suas candidaturas a fundos comunitários em regime de *Overbooking*, o que permitirá ainda o ressarcimento de verbas de comunitárias em 2015.

Verifica-se a manutenção da tendência de redução das receitas próprias, quer por via da crescente consignação das verbas referentes às transferências atribuídas pelo Estado, quer pela via da redução da atividade económica. Acresce que o Município do Marco de Canaveses encontra-se impedido, simultaneamente, de obter quaisquer financiamentos junto de terceiros. Estas restrições vêm não só dificultar o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental exigido por Lei, como limitam igualmente a concretização do investimento municipal, motor inequívoco do desenvolvimento económico.



Q. 3 - Evolução da Receita Prevista

Designação da Rubrica	Anos				Variação 2014/2015	
	2014		2015			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	21.797.982	86,3%	22.929.200	92,0%	1.131.218	5,2%
Impostos directos	5.092.117	20,2%	5.494.894	22,1%	402.777	7,9%
Impostos indirectos	134.878	0,5%	94.675	0,4%	-40.203	-29,8%
Taxas, multas e outras penalidades	318.287	1,3%	304.320	1,2%	-13.967	-4,4%
Rendimentos de propriedade	1.865.714	7,4%	1.679.930	6,7%	-185.784	-10,0%
Transferências correntes	13.517.401	53,5%	14.384.992	57,7%	867.591	6,4%
Venda de bens e serviços correntes	798.127	3,2%	898.629	3,6%	100.502	12,6%
Outras receitas correntes	71.458	0,3%	71.760	0,3%	302	0,4%
Receitas de Capital	3.469.961	13,7%	1.989.247	8,0%	-1.480.714	-42,7%
Venda de bens de investimento	723.430	2,9%	10	0,0%	-723.420	-100,0%
Transferências de capital	2.745.264	10,9%	1.986.812	8,0%	-758.452	-27,6%
Activos Financeiros	50	0,0%	0	0,0%	-50	-100,0%
Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	1.217	0,0%	2.425	0,0%	1.208	99,3%
Reposições não abatidas nos pagamentos	-	-	-	-	-	-
Total	25.267.943	100,0%	24.918.447	100,0%	-349.496	-1,4%

Como se pode observar, a estrutura da receita sofreu alguma alteração relativamente ao ano anterior. O peso das receitas correntes aumentou, em cerca de 5,75 p.p, ao qual corresponderá, necessariamente, uma diminuição da mesma importância das receitas de capital.

A receita corrente esperada apresenta um **acréscimo de 5,2%** relativamente ao ano de 2014, traduzido em mais de 1,1 milhões de euros, pelo efeito acumulado principalmente do aumento das transferências correntes do Estado (Fundo Social Municipal, IRS e Fundo de Equilíbrio Financeiro), dos Impostos Diretos e da Venda de Bens e Serviços correntes em menor escala.

O mesmo não sucede nas receitas de capital para as quais se prevê uma **diminuição de (-42,7%)**, mantendo-se no entanto o peso das diferentes componentes. Deste facto, resulta uma redução da importância relativa das Transferências de Capital (8% na receita total) que passa a ser a única componente materialmente relevante no agregado.



Pode concluir-se, contudo, que a diminuição da receita em (-1,4%), tem origem na redução do montante previsto de receita a arrecadar na rubrica das participações comunitárias de projetos cofinanciados tendo em conta o encerramento deste Quadro Comunitário de Apoio, isto é, menos cerca de 760 mil euros (-27,6%). Contribuem também para a diminuição da receita a impossibilidade do recurso à inscrição de receita extraordinária referente a Venda de Bens de Investimento Imóveis prevista (-27,6%) e Rendimentos de propriedade (-10%), representando em termos líquidos um **decrécimo total de receita municipal** no valor de **349.496 euros**.

As transferências de capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) sobem ligeiramente em (+3,8%), ou seja, cerca de 40 mil euros, verificando-se o mesmo aumento percentual ao nível do FEF corrente (+3,8%), isto é, mais 357 mil euros. Estas alterações resultam no aumento do peso das Receitas Correntes e na diminuição do peso das Receitas de Capital. O FSM e o IRS também tiveram um aumento de 266 mil euros e 216 mil euros, respetivamente o que implica um aumento global das transferências do Estado para o Município em (+7,17%), isto é, 879 mil euros.

2. Receitas fiscais

Os valores estimados para a rubrica das receitas fiscais foram calculados no estrito cumprimento da Lei, a qual impõe que os referidos montantes se obtenham pela média aritmética simples dos valores executados nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento.

Na estrutura das receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que, incluindo os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, ascendem a cerca de 5,9 milhões de euros e constituem a segunda maior fonte de receita do Orçamento, representando 23,7% da receita total e 25,7% da receita corrente.



Q.4 - Evolução previsional das receitas fiscais

(Un.: euro)

Receitas Fiscais	Orçamento				Variação 2014/2015	
	2014		2015		Valor	%
	Valor	%	Valor	%		
Impostos directos	5.092.117	91,8%	5.494.894	93,2%	402.777	7,9%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	2.966.952	53,5%	3.510.821	59,6%	543.869	18,3%
Impostos Único de Circulação (IUC)	1.005.060	18,1%	1.123.311	19,1%	118.251	11,8%
Imposto Municipal sobre Trans. Onerosa Imóv. (IMT)	737.944	13,3%	540.000	9,2%	-197.944	-26,8%
Derrama	294.891	5,3%	285.000	4,8%	-9.891	-3,4%
Impostos Abolidos	87.270	1,6%	35.762	0,6%	-51.508	-59,0%
Contribuição Autárquica	-	0,0%	915	0,0%	915	-
Imposto Municipal de SISA	87.220	1,6%	34.847	0,6%	-52.373	-60,0%
Outros Impostos Abolidos	50	0,0%	-	0,0%	-50	-100,0%
Impostos indirectos	134.878	2,4%	94.675	1,6%	-40.203	-29,8%
Taxas, Multas e Out. Penalidades	318.287	5,7%	304.320	5,2%	-13.967	-4,4%
Total	5.545.282	100,0%	5.893.889	100,0%	348.607	6,3%

À semelhança do ano anterior prevê-se que as receitas fiscais aumentem (+6,3%) ou seja, cerca de 349 mil euros, essencialmente devido à ainda à atualização das avaliações aos prédios urbanos no âmbito do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Verifica-se ainda a estagnação da atividade económica, após sucessivas desacelerações fruto da conjuntura atual e que tem vindo a refletir-se nas receitas tributárias. A estabilização ao nível das Receitas Fiscais só foi alcançada através do aumento do IMI e da arrecadação do Imposto Único de Circulação.

Saliente-se que por força do Plano de Reequilíbrio Financeiro mantêm-se as taxas máximas no que respeita aos impostos diretos. Saliente-se ainda que, apesar da atualização dos respetivos valores da Tabela de Taxas e Outras Receitas municipais do Código Regulamentar que foram considerados no ano económico de 2014 com a taxa de inflação de 0,59% (referente ao mês de Outubro deste ano económico e de acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)), verifica-se uma nova diminuição da receita prevista em cerca de 14 mil euros, ou seja, (-4,4%).



Para este resultado contribui o aumento dos impostos diretos associado ao crescimento do IMI, do IUC, embora penalizado pela perda acentuada do Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de Imóveis e Impostos Indiretos que, comparativamente ao ano de 2014 diminuíram, no seu conjunto, cerca de 238 mil euros. Espera-se um crescimento de cerca de 544 mil euros em relação ao IMI, e de 118 mil euros referente ao IUC. Em relação à Derrama, apesar de verificar-se alguma incerteza quanto ao montante potencial da receita pelo facto de estar dependente dos apuramentos realizados pela Administração Central que o faz em função das suas necessidades específicas e sem possibilidade de qualquer controlo por parte dos municípios, estima-se pelas médias apuradas uma redução da receita (-3,4%), cifrando-se nos 285 mil euros.

O processo da elaboração da previsão dos impostos diretos municipais, que estão estabelecidos na Lei das Finanças Locais, seguiu as regras impostas no ponto 3.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

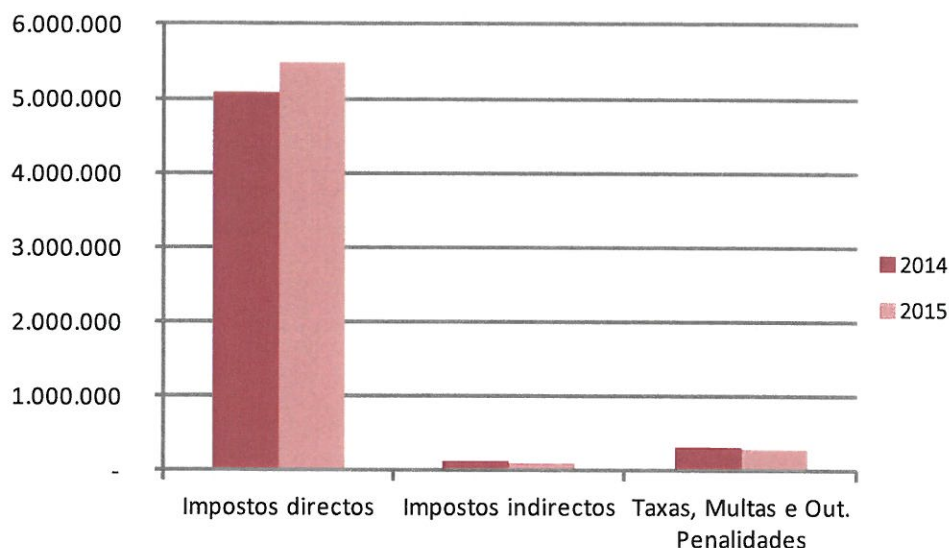
Nos impostos indiretos prevê-se um decréscimo de 29,8%, relativamente ao ano anterior, o que representa cerca de 40 mil euros. Para tal contribuem essencialmente a receita arrecadada referente à Publicidade tendo em conta os critérios de isenção definidos no âmbito do Licenciamento Zero. Mantem-se a níveis muito baixos a arrecadação dos impostos referentes a loteamentos e licenciamento de obras, nomeadamente as infraestruturas urbanísticas. Esta diminuição reflete a estagnação da atividade económica e mais concretamente da atividade empresarial.

É de salientar que a receita com a taxa municipal de direitos de passagem aumenta ligeiramente, sendo as empresas operadores de comunicações eletrónicas responsáveis pelo apuramento da receita arrecadada no concelho, no entanto o valor previsto a arrecadar em 2015 é residual (cerca de sete mil e seiscentos euros).

No que concerne às taxas, multas e outras penalidades, o valor previsto para 2015 representa um decréscimo de (-4,4%), essencialmente pelo efeito conjugado da diminuição da cobrança das taxas de Loteamentos e Obras aos particulares, designadamente ao nível dos Loteamentos na Taxa de urbanização, das Taxas de Cedência e Prorrogações. Prevê-se, ainda, uma estabilização em -0,27% para o ano de 2015 das taxas e tarifas referenciada à taxa de crescimento médio da taxa de inflação

verificada nos últimos 12 meses nos termos da alínea j) do n.º do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março que reforça as regras inerentes ao Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

F.3 - Estrutura das receitas fiscais



A figura anterior permite observar melhor a evolução previsional das diferentes componentes das Receitas Fiscais, verificando-se que, com base nas receitas obtidas nos últimos 24 meses, se espera um aumento na arrecadação dos impostos municipais através das taxas máximas nos Impostos Indiretos, sendo visível atualmente o reduzido peso do agregado Taxas e Outras Receitas Municipais.

3. Receitas não fiscais

As receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros, estimam-se em 19 milhões de euros, representando uma diminuição de (-3,5%) relativamente a 2014 e deve-se fundamentalmente à menor arrecadação das verbas em 2015 referentes às comparticipações comunitárias das candidaturas no âmbito da finalização do Q.R.E.N. incluídas no agregado das transferências provenientes do Estado isto é, menos 758 mil euros. Por outro lado, os agregados Venda de Bens de Investimento também contribuem para a diminuição de receita em 723 mil euros. Esta redução representa em termos líquidos um **decréscimo** total de receita não fiscal municipal no valor de **698 mil euros**.



De destacar que as transferências (correntes e de capital) constituem recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, tendo a sua origem em verbas transferidas diretamente do Orçamento de Estado para o Município (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação fixa no IRS) e em verbas originárias de comparticipações, dotações e subsídios provenientes do Orçamento de Estado e do Orçamento da União Europeia (Fundos Comunitários), como era referido nos n.º 1, 2 e 3 do Artigo 10.º, da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 42/98, de 6 de agosto alterada pela Lei n.º 94/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e revogada pelo novo diploma Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro).

Q. 5 - Evolução das receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros

Evolução das receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros

Receitas Não Fiscais	Orçamento				Variação 2014/2015	
	2014		2015		Valor	%
	Valor	%	Valor	%		
Receitas Correntes	16.252.700	82,4%	17.035.311	89,5%	782.611	4,8%
Rendimentos de propriedade	1.865.714	9,5%	1.679.930	8,8%	-185.784	-10,0%
Transferências correntes	13.517.401	68,5%	14.384.992	75,6%	867.591	6,4%
Venda de bens e serviços correntes	798.127	4,0%	898.629	4,7%	100.502	12,6%
Outras receitas correntes	71.458	0,4%	71.760	0,4%	302	0,4%
Receitas de Capital	3.469.961	17,6%	1.989.247	10,5%	-1.480.714	-42,7%
Venda de bens de investimento	723.430	3,7%	10	0,0%	-723.420	-100,0%
Transferências de capital	2.745.264	13,9%	1.986.812	10,4%	-758.452	-27,6%
Activos Financeiros	50	0,0%	0	0,0%	-50	-100,0%
Outras receitas de capital	1.217	0,0%	2.425	0,0%	1.208	99,3%
Reposições não abatidas nos pagamentos	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
Total	19.722.661	100,0%	19.024.558	100,0%	-698.103	-3,5%

A agregação das receitas não fiscais por capítulos económicos, de acordo com a natureza das mesmas, permite concluir que 89,5% respeitam a receitas correntes, e 10,5% a receitas de capital.

3.1 Rendimentos de propriedade

Dos 1.680 mil euros previstos em rendimentos de propriedade, 1.600 mil euros respeitam ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a EDP verificando-se uma diminuição para o ano de



2015 face ao período homólogo do ano anterior (-11,9%), o qual se deve ao encontro de contas entre a arrecadação de receita trimestral das rendas de concessão e o pagamento da iluminação pública. O montante desta rubrica resulta principalmente das rendas arrecadadas à empresa E.D.P.

Os restantes 80 mil euros dizem respeito essencialmente aos juros das aplicações financeiras que a autarquia efetua mensalmente no sentido de rentabilizar os fundos de tesouraria em função do plano de pagamentos e a dividendos provenientes de entidades participadas.

3.2 Transferências correntes

O valor previsto nas transferências correntes deriva em grande parte das previsões apresentadas na proposta de Orçamento de Estado para 2015, nomeadamente Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação fixa no IRS. Estas verbas representam 83,72% do total deste agregado que totaliza 14.385 mil euros. Verifica-se um aumento de (+6,4%), isto é, 868 mil euros fruto do aumento dos Fundos provenientes do Estado. Estas modificações nos fundos municipais resultam no aumento do peso das Receitas Correntes e na diminuição do peso das Receitas de Capital no âmbito da consolidação orçamental materializada no Orçamento Geral do Estado.

Destacam-se ainda, neste ano, as receitas provenientes de protocolos com o Ministério da Educação no âmbito do pré-escolar, da generalização do fornecimento de refeições escolares e das atividades de enriquecimento curricular, no montante de 2 milhões de euros, 14,15% do total das transferências correntes, sendo o remanescente das transferências correntes, no total de 307 mil euros, proveniente, essencialmente, da execução de protocolos com o Instituto de Emprego e Formação profissional – IEFP e de programas com financiamento comunitário, nomeadamente do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

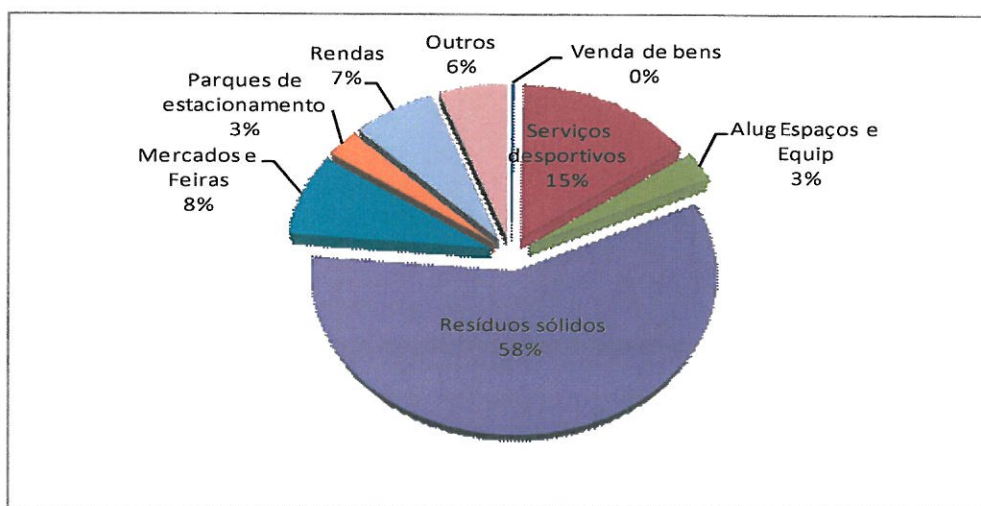
Saliente-se que, neste contexto, o Município celebrou contratos de interadministrativos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia relativos às transferências provenientes dos acordos de colaboração em parceria com a DGEstE. As transferências correntes constituem, em 2015, o contribuinte com maior peso, isto é, 57,7% das receitas totais, ou seja, representa 14.385 mil euros.

3.3 Venda de bens e serviços correntes

A venda de bens e serviços correntes representa 3,6% das receitas totais, com especial relevância para as receitas provenientes dos Resíduos Sólidos, Serviços Desportivos, designadamente os serviços prestados nas Piscinas Municipais, Mercados e Feiras, Rendas das habitações sociais e Alugueres de Espaços e Equipamentos com uma previsão total de 899 mil euros. Este ano a autarquia prevê um aumento de (+12,6%) e que será resultante da eficiência na cobrança e da atualização dos preços relativos à receita de resíduos sólidos e urbanos que se traduz num aumento de cerca de 126 mil euros. No entanto, este aumento será atenuado com a diminuição de verbas relacionadas com Serviços Desportivos (-8,9%) e as licenças dos Mercados e Feiras (-11,8%). Verifica-se ainda que a receita arrecadada até à primeira quinzena de Outubro de 2014 corresponde a 8,9% da despesa efetiva com as prestações de serviços na atividade de resíduos sólidos e urbanos, verifica-se um desequilíbrio que evidencia a necessidade de reestruturação deste regulamento municipal nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais. Esta reestruturação implica ainda a redefinição dos preços fixados que não devem ser inferiores aos custos direta ou indiretamente suportados com as prestações destes serviços.

Para melhor visualização da estrutura da receita prevista para o ano de 2015 observe-se a Figura 4, que mostra as diferentes fontes de financiamento, segundo o seu peso na receita total.

F.4 - Estrutura da venda de bens e serviços correntes





3.4 Outras Receitas Correntes

O agregado outras receitas correntes estabilizou a receita que ascende a cerca de 72 mil euros e que se justifica essencialmente pela entrada de verbas relativas a indemnizações das Companhias de Seguros, e outras receitas de carácter residual.

Saliente-se que se encontram regularizados os pagamentos referentes a consumo de água entre o Município e a empresa Águas do Marco, mas mantêm-se em aberto a assunção dos encargos de faturação referente a saneamento, desde 2005, sendo que não foi considerada a verba a arrecadar atendendo à cláusula 71.^a (Retribuição) do Contrato de Concessão e que ascende ao valor de 1.363 mil euros por aguardar um encontro de contas e eventual acordo no âmbito do processo judicial.

Este valor mostra que a atividade económica do Município, materializada na prestação de serviços para além da exercida no desempenho da sua autoridade administrativa, sofre um impacto negativo na capacidade de gerar receita municipal significativa, contribuindo, deste modo, para a dependência da autarquia dos recursos provenientes dos Impostos, das transferências e até dos passivos financeiros se tal cenário fosse viável, dados os condicionalismos decorrentes do Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

3.5 Venda de bens de investimento

Neste agrupamento das receitas de capital contrariamente ao ano anterior não se pode prever qualquer encaixe financeiro. O orçamento de Estado para 2014 definiu que a previsão de receitas das autarquias locais resultantes da venda de imóveis só pode ser consideradas até ao limite da média aritmética simples das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses que precedem o mês da elaboração do Orçamento Municipal. Neste sentido, o recurso às receitas extraordinárias previstas não podem ser contempladas, o que implica uma diminuição de receita na ordem dos 723 mil euros relativa à alienação de prédios municipais através de hasta pública de diversos terrenos e edifícios municipais. No entanto e consciente de que esta conjuntura económica não é a ideal, a aposta na alienação de bens possibilita para além da arrecadação de receita extraordinária, a redução de gastos na conservação e manutenção destes bens.



3.6 Transferências de capital

Os valores considerados em transferências de capital assentam essencialmente nas verbas provenientes do Estado e representam 8% da receita total. Verifica-se um ligeiro aumento do FEF capital em 40 mil euros (+3,8%), cifrando-se o valor em 1.084 mil euros. Assinala-se a diminuição de receita a arrecadar proveniente dos valores comparticipados referentes ao FEDER da execução de projetos comparticipados aprovados e que ascendem a 433 mil euros. A estas verbas deve ser somado financiamentos no valor de cerca de 470 mil euros, destacando-se o protocolo celebrado com Ministério da Administração Interna no âmbito do projeto de adaptação do edifício para Posto da GNR – Alpendurada e Matos (no montante comparticipado de 460 mil euros). Lembra-se que estas verbas constituem o único meio de alavancagem financeira para permitir a realização de investimentos de elevados montantes no âmbito dos protocolos firmados ou candidaturas aprovadas.

Importa referir que o novo quadro comunitário "Portugal 2020" assenta numa inversão da tendência de aposta em infraestruturas e escolas para uma nova lógica de estímulo à economia e às empresas e portanto numa aposta clara nas pessoas e na criação de emprego. Um dos desafios do Município, face à sua limitada capacidade orçamental para realizar novos investimentos, será conseguir obter comparticipações de investimentos em algumas infraestruturas essenciais ao seu desenvolvimento sustentado.

3.7 Ativos Financeiros

A ausência de valores no agregado económico ativos financeiros tem em conta a inexistência de operações de venda de ações detidas pelo Município de Marco de Canaveses em entidades societárias na presente data.

3.8 Outras Receitas

Importa referir que uma das componentes do agregado da receita municipal, os passivos financeiros, não apresenta nenhum valor de abertura de rubrica conforme o estipulado na alínea c) do n.º 1 do artigo 15.º



do Decreto-Lei. n.º 38/2008, de 07 de Março, referente às obrigações inerentes ao Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

Refira-se que o Órgão Executivo obteve a aprovação por parte do Governo da nova proposta de reestruturação do plano de reequilíbrio financeiro para solver as dívidas existentes com um empréstimo adicional até ao montante de 7 milhões de euros através do Despacho n.º 7397/2011, de 18 de Maio. No entanto, foi contratualizado um empréstimo até 3,5 milhões de euros, tendo sido utilizado em 2014 o valor de 2,6 milhões de euros para solver e regularizar todos os compromissos apurados. Este empréstimo adicional terá um prazo de amortização de 16 anos.

No que concerne a rubrica Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos, esta não foi dotada, neste ano económico, uma vez que não existe nenhuma entrada de receita prevista de valores respeitantes a pagamentos de exercícios anteriores a favor do Município.

Importa referir que a Receita Total tem uma diminuição de valor assente essencialmente na redução de verbas provenientes dos fundos comunitários, justificada pela finalização do Quadro de Referência Estratégico Nacional – Q.R.E.N – 2007-2013.



III – PREVISÃO DAS DESPESAS

1. Visão global das despesas

A despesa municipal para 2015, repartida por despesa corrente e despesa de capital, e constituída por diversos agrupamentos económicos, prevê-se que ascenda a 24.918 mil euros, a que corresponde uma diminuição de (-1,4%) face ao ano transato.

Q.6 - Evolução da despesa prevista

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	Anos					
	2014		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	17.386.025	68,8%	17.652.632	70,8%	266.607	1,5%
Pessoal	7.405.102	29,3%	7.586.292	30,4%	181.190	2,4%
Aquisição de bens e serviços	7.043.171	27,9%	5.852.883	23,5%	-1.190.288	-16,9%
Juros e outros encargos	616.109	2,4%	736.360	3,0%	120.251	19,5%
Transferências correntes	1.989.643	7,9%	3.233.997	13,0%	1.244.354	62,5%
Subsídios	1.000	0,0%	100	0,0%	-900	-90,0%
Outras despesas correntes	331.000	1,3%	243.000	1,0%	-88.000	-26,6%
Despesas de Capital	7.881.918	31,2%	7.265.815	29,2%	-616.103	-7,8%
Aquisição de bens de capital	3.941.185	15,6%	3.381.823	13,6%	-559.362	-14,2%
Transferências de capital	738.767	2,9%	764.362	3,1%	25.595	3,5%
Activos financeiros	0	0,0%	177.124	0,7%	177.124	0,0%
Passivos financeiros	3.017.466	11,9%	2.942.506	11,8%	-74.960	-2,5%
Outras despesas de capital	184.500	0,7%	0	0,0%	-184.500	-100,0%
Total	25.267.943	100,0%	24.918.447	100,0%	-349.496	-1,4%

Conforme se extrai da leitura do quadro anterior, que estabelece a comparação com os valores orçamentados para o exercício de 2014 prevê-se que as Despesas Correntes, em 2015, aumentem 1,5%, e simultaneamente que as Despesas de Capital diminuam (-7,8%).



2. Despesas correntes

As despesas correntes mantêm uma estrutura idêntica à prevista para 2014, salientando-se as despesas com pessoal e as despesas com a aquisição de bens e serviços, que representam, em conjunto, 53,9% do total das mesmas.

As despesas correntes incluem as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes, os Subsídios, os juros e outros encargos e outras despesas correntes.

Recorda-se que a existência de um superavit corrente entre a receita corrente e a despesa corrente não resulta apenas do excesso das receitas correntes sobre as despesas da mesma natureza, mas é justificado com o deferimento de despesa corrente e que será dotada com a entrada do saldo da Gerência anterior para 2015 estimado em cerca de 5 milhões de euros.

Esta metodologia permite, por um lado, o cumprimento de Princípio do Equilíbrio nos termos do ponto 3.1 Princípios orçamentais do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) - Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro. Por outro lado, possibilita também a existência de dotação necessária para realização dos investimentos que se encontram a ser objeto de candidaturas em regime de Overbooking com comparticipação a 85% FEDER de forma a conseguir a finalização dos procedimentos concursais dentro dos prazos definidos pelo QREN. Assim, se compreende que este superavit corrente financie em idêntico valor as despesas de capital.

2.1 Despesas com pessoal

As Despesas com o Pessoal assumem-se, como é inevitável, como a primeira maior parcela do orçamento municipal, no montante de 7.586 mil euros, e representarão 30,4% do total da despesa, verificando-se um aumento previsional da ordem dos 181 mil euros (+2,4%), justificado essencialmente, por força dos aumentos impostos pela Lei do Orçamento do Estado para 2014, no âmbito das contribuições sobre remunerações, que não se encontravam contempladas na estimativa efetuada para o referido ano de 2014.



Q.7 – Despesas com pessoal por natureza económica

(Un.: euro)

Designação	Anos					
	2014		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações Certas e Permanentes	5.573.500	75,3%	5.565.190	73,4%	-8.310	-0,1%
Abonos Variáveis ou eventuais	216.602	2,9%	231.102	3,0%	14.500	6,7%
Segurança Social	1.615.000	21,8%	1.790.000	23,6%	175.000	10,8%
Encargos com a saúde	425.000	5,7%	400.000	5,3%	-25.000	-5,9%
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	60.000	0,8%	60.000	0,8%	0	0,0%
Outras Prestações Familiares	10.000	0,1%	10.000	0,1%	0	0,0%
Contribuições para a Segurança Social	970.000	13,1%	1.145.000	15,1%	175.000	18,0%
Assist. na doença a funcionários públicos	10.000	0,1%	10.000	0,1%	0	0,0%
Caixa Geral Aposentações	810.000	10,9%	950.000	12,5%	140.000	17,3%
Segurança social - Regime geral	150.000	2,0%	185.000	2,4%	35.000	23,3%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	1.000	0,0%	20.000	0,3%	19.000	1900,0%
Outras Pensões	30.000	0,4%	30.000	0,4%	0	0,0%
Seguros	119.000	1,6%	125.000	1,6%	6.000	5,0%
TOTAL	7.405.102	100,0%	7.586.292	100,0%	181.190	2,4%

Uma análise dos valores por subagrupamento permite verificar que o aumento mais significativo das despesas com pessoal ocorre nos encargos com a Segurança Social que representa, em termos absolutos, 175 mil euros.

A diminuição das remunerações certas e permanentes decorre da diminuição do número de trabalhadores, tendo-se registado no corrente ano, até ao momento, a saída de 12 trabalhadores por motivo de aposentação, dando-se, desta forma, cumprimento à medida de redução de trabalhadores imposta pela Lei do Orçamento de Estado para 2014.

Esta diminuição de despesa encontra-se, contudo, grandemente anulada pelos seguintes factos:

- a previsão do orçamento para 2015 não contempla as reduções remuneratórias vigentes durante parte do ano de 2014 (declaradas inconstitucionais pelo Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014);
- ocorre a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida para o período compreendido entre 1 de outubro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 (aprovada pelo Decreto-Lei nº 144/2014, de 30



de setembro), a qual afeta 44 dos trabalhadores do Município e representa um acréscimo mensal de 776 euros;

- previsão da contratação de 4 estagiários ao abrigo do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local, para o qual se aguarda a aprovação do respetivo regime jurídico, já em proposta de lei.

Independentemente das medidas que venham a ser adotadas em matéria de reduções remuneratórias, como medidas excecionais de estabilidade orçamental, o Município mantém, prudentemente, a dotação das remunerações ilíquidas, na totalidade, no subagrupamento remunerações certas e permanentes, face à incerteza do tratamento futuro desta questão, designadamente em matéria de inconstitucionalidade das medidas ultimamente adotadas pelo Governo.

A redução do número de trabalhadores que tem vindo a ser imposta pelos sucessivos orçamentos de Estado, com especial exigência para os Municípios em situação de desequilíbrio financeiro estrutural, tem resultado numa difícil gestão dos recursos humanos em determinados setores de atividade, sendo as possibilidades de recrutamento cada vez mais escassas.

Neste contexto, refere-se a previsão dos recrutamentos já autorizados pelos membros do Governo competentes, através dos Despachos nºs 3313/2014–SEAP e 3315/2014–SEAP, encontrando-se a decorrer as diligências necessárias ao recrutamento. Em função do ano civil em que tal recrutamento venha a efetivar-se, podendo vir a verificar-se a necessidade de reafetação da despesa indicada, em termos de rubrica orçamental. Preveem-se ainda outras situações pontuais, a submeter, oportunamente, a apreciação dos membros do Governo competentes.

Tendo em atenção o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local, aprovado pela Portaria nº 209/2014, de 13 de outubro, a rubrica de indemnizações por cessação de funções contempla o valor de 107.500 euros destinados a avaliar eventuais situações que possam vir a ocorrer neste domínio.

Aos encargos com remunerações certas e permanentes e aos abonos variáveis e eventuais continuam a ser aplicadas as restrições às valorizações ou acréscimos remuneratórios decorrentes de promoções ou progressões.



A despesa com a Segurança Social, que no seu conjunto engloba as contribuições para as diversas entidades de segurança social para além dos encargos com a saúde, seguros e subsídios e prestações familiares, representa 23,6% das despesas com pessoal. Assinala-se o significativo aumento dos encargos para a Caixa Geral de Aposentações, que passam para uma contribuição de 23,75%, ou seja, passam a ter um acréscimo de 3,75 p.p relativamente ao ano de 2013, encargos não previstos na estimativa efetuada para o ano de 2014, e objeto do respetivo ajustamento orçamental, no decurso do mesmo ano.

Em termos absolutos destacam-se as contribuições para a Segurança Social dos funcionários públicos: CGA e Segurança Social-Regime Geral, e os encargos com a saúde, nos montantes de 950; 185 e 400 mil euros, respetivamente.

A previsão das despesas com o pessoal foi efetuada, **tendo em atenção o disposto na alínea e) do n.º 3.3 – Regras Previsionais** do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

2.2 Despesas com aquisição de bens e serviços

A implementação de procedimentos internos definidos no âmbito da gestão orçamental associados à centralização e operacionalização da contratação pública e da gestão de armazém permitiram um maior controlo e monitorização da despesa e conseqüentemente um maior grau de execução. Os mecanismos adotados ao nível da centralização das requisições e controlo da despesa efetuada pelo setor de Aprovisionamento e Compras articulado com a gestão de stocks, a adoção da plataforma das compras eletrónicas para procedimentos concursais superiores ao ajuste direto simplificado, a otimização e rentabilização dos recursos através das sinergias desenvolvidas pelas direções municipais e o próprio Executivo, continuam a ser os instrumentos fundamentais à prossecução do controlo e otimização da Despesa.

O agregado económico de Aquisição de bens e serviços sofreu uma diminuição de dotação orçamental que se cifra em (-16,9%) e que permite a existência de um superavit corrente no valor de cerca de cinco milhões de euros, que resulta em parte do deferimento de despesa corrente e que será dotada com a entrada do saldo da Gerência anterior para 2015 estimado em cerca de 5 milhões de euros.



Esta metodologia permite, por um lado, o cumprimento de Princípio do Equilíbrio nos termos do ponto 3.1 Princípios orçamentais do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) - Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. Por outro lado, possibilita também a existência de dotação necessária para a realização dos investimentos, que se encontram a ser objeto de candidaturas em regime de Overbooking com comparticipação a 85% FEDER de forma a conseguir a finalização dos procedimentos concursais dentro dos prazos definidos pelo QREN. Assim, se compreende que este superavit corrente financie em idêntico valor as despesas de capital.

O Município procura sempre limitar a aquisição de bens e serviços à necessidade de se assegurar o normal desenvolvimento da atividade municipal não obstante estar sujeito a aumentos de preços praticados ao nível de determinadas aquisições de bens e serviços e cujas variáveis exógenas não controla, como é o caso dos encargos das instalações e equipamentos, designadamente ao nível do custo da Eletricidade e dos Combustíveis. A atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida ocorrida em outubro de 2014 também se refletirá no custo da mão-de-obra e por conseguinte nos preços dos bens e serviços.

Verifica-se que a maior parte das rubricas deste agrupamento de despesas decresce face ao ano anterior, destacando-se a **aquisição de bens Outros Bens** que reduz no valor de 58 mil euros e que diz respeito à racionalização na aquisição de bens e materiais para obras por administração direta e definição de prioridades na conservação de equipamentos municipais, aproveitando a mão-de-obra municipal existente. No que concerne aos **encargos com a Cobrança de Receitas** os montantes também diminuem tendo em conta os ajustamentos efetuados na avaliação dos Prédios no âmbito da atualização dos seus valores para o apuramento do Imposto Municipal sobre Imóveis. Prevê-se ainda uma diminuição de dotação verificada ao nível dos **Combustíveis e lubrificantes** especificamente no **Gasóleo** pela diminuição dos preços praticados no seu fornecimento no mercado nacional e pela racionalização da utilização do parque automóvel. Verifica-se ainda uma diminuição no valor de cerca de 60 mil euros em despesas relacionadas com **prestações de serviços** referentes a **Estudos, projetos, pareceres e consultadoria (-18,6%)** e a **Outros Trabalhos especializados** no montante de 105 mil euros, ou seja, **(-19,8%)** justificado pela diminuição de projetos relacionado com a finalização do Quadro Comunitário de Apoio.



No que se refere à classificação económica **Limpeza e Higiene** verificou-se no ano de 2013 e 2014 atualizações anuais do preço praticado em mais 5% e 1,5%, respetivamente na prestação de serviço referente à recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos.

As medidas de diminuição de dotação previsível foram estrategicamente definidas de forma a não prejudicar o nível do desempenho do Município nas competências essenciais inerentes ao normal desenvolvimento da atividade autárquica.

Salienta-se que existem contratos sempre presentes e com elevado peso em termos orçamentais, dos quais se destacam os encargos com as instalações, as prestações de serviços na área dos Resíduos Sólidos e Urbanos, as prestações de serviços ao nível do desenvolvimento da atividade municipal para as áreas Social, da Cultura, Educação e Desporto e Outros só possível numa perspetiva plurianual. Estes compromissos contam com uma contribuição do Saldo da Gerência Anterior mais elevado (5 milhões de euros) face aos anos anteriores atendendo ao esforço por parte do Órgão Executivo na constituição de poupança necessária aos investimentos pretendidos.

À semelhança dos anos anteriores a poupança financeira conseguida é fundamental para permitir neste ano económico de 2015, executar ainda investimento previsto, submetendo simultaneamente as respetivas candidaturas ao regime de Overbooking atendendo a comparticipação a 85% FEDER. Por outro lado, poder-se-á avançar com novas candidaturas comunitárias uma vez que se inicia o novo quadro comunitário "Portugal 2020".

2.3 Encargos correntes da dívida

Os mercados financeiros mantêm as previsões de retoma numa perspetiva de médio prazo o que tem possibilitado a estabilização da despesa corrente com os juros e outros encargos para níveis históricos, pelo que se prevê a manutenção no próximo ano de 2015 desse impacto positivo na despesa corrente da Autarquia. Ainda assim, a atual previsão dos juros e encargos para 2015 irá atingir o valor de 559 mil euros, resultante da indexação das taxas de juro à taxa de juro de referência Euribor. Estes encargos financeiros aumentaram com a contração do empréstimo adicional de 2,6 milhões de euros e implicaram novos encargos financeiros para mais 16 anos.



2.4 Transferências correntes

As Transferências Correntes registam um aumento assinalável de (+62,5%), representando em termos absolutos um acréscimo efetivo de mais de 1,2 milhões de euros e que se deve essencialmente à celebração dos novos contratos interadministrativos na área da Educação, Resíduos Sólidos e Investimentos e acordos de execução na área das Vias da delegação de competências.

Assim sendo, verifica-se um aumento dos montantes de transferências para as Freguesias cifrando-se em cerca de 2,5 milhões euros, por se concentrarem neste agrupamento os valores previstos no âmbito do funcionamento do Ensino Pré-escolar, Primeiro ciclo do Ensino Básico; da manutenção dos Estabelecimentos Escolares e Espaços envolventes, da Limpeza de Vias e Espaços Públicos, bem como da manutenção dos contratos interadministrativos para apoio a Investimentos em todas as Freguesias.

No que se refere às Instituições sem fins lucrativos a dotação prevista cifra-se em cerca de 500 mil euros, o que revela a manutenção do esforço realizado pela Autarquia em apoiar as Coletividades do Concelho.

Nas transferências para as Associações de Municípios está previsto a comparticipação de despesas correntes da Associação Municípios do Baixo Tâmega, para gestão de vários projetos que se encontram a finalizar, designadamente o Património Natural como fator de desenvolvimento do Baixo Tâmega, Rota do Românico - Tâmega; para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, encontra-se inscrita a comparticipação do Município nas candidaturas, designadamente a Rota do Românico – Dinamização Cultural e Turística da RR – 3.º Fase, entre outras.

3. Despesas de capital

3.1 Transferências de Capital

Face à situação económica do país e a atual conjuntura, o Município vê-se confrontado com uma realidade económica e financeira ainda difícil, agravada pelos condicionalismos do Contrato de Reequilíbrio Financeiro e pela contração do empréstimo adicional de 2,6 milhões de euros utilizados em



2014. Mesmo assim, o novo Órgão Executivo procurou manter a contraciclo o nível das Transferências de Capital, sendo visível o esforço de manutenção do montante de comparticipação que se cifra em 350 mil euros destinados aos investimentos de todas as Juntas de Freguesia do Concelho.

Consolida-se a vontade deste Órgão Executivo em continuar a apoiar os investimentos de todas as Juntas de Freguesia e das entidades sem fins lucrativos, pese embora esta vontade esteja doravante sempre limitada e condicionada, por um lado, à evolução do serviço da Dívida indexada taxa de juro de referência Euribor; e, por outro lado, às variações dos montantes de transferências provenientes do Estado definidos normalmente em Orçamento Geral do Estado.

Relembre-se que a regularização dos compromissos através das Transferências de Capital resultantes da dívida contraída pelo Órgão Executivo cessante em 2005 e assumida pelo atual Órgão Executivo regularizadas no ano de 2014, com a contração do empréstimo adicional de 2,6 milhões de euros, implicam novos encargos financeiros para mais 16 anos.

3.2 Estrutura do Investimento

Em 2015, o Investimento direto definido e executado pelos serviços da autarquia, estima-se que ascenda aos 3,4 milhões euros, ou seja menos (-14,2%) que o orçamentado em 2014 justificado pela finalização da execução e pagamento de empreitadas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – Q.R.E.N – 2007-2013.

No entanto, o Município, consciente da necessidade de potenciar novos investimentos estratégicos, assumiu avançar com a realização de empreitadas com recurso a autofinanciamento autárquico. Estes investimentos encontram a ser objeto de candidaturas em regime de Overbooking com comparticipação a 85% FEDER de forma a conseguir a finalização dos procedimentos concursais dentro dos prazos definidos pelo QREN.

A finalização destas obras e respetivas candidaturas aprovadas irão permitir o aproveitamento dos fundos comunitários restantes provenientes do FEDER no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN – 2007-2013. O ressarcimento destas verbas para o ano de 2015 possibilita a recuperação da capacidade orçamental obtida através de poupança financeira alcançada para fazer face ao novo quadro comunitário de apoio.



O grau de execução do volume de investimentos a realizar resulta da capacidade de alavancagem financeira proporcionada pela aprovação dos novos fundos comunitários para 2014-2020. Assim, considera-se prioritária a realização de investimentos estruturais para o concelho do Marco de Canaveses ao nível do Saneamento, Abastecimento de Água, Educação, Administração Geral, Segurança e Ordem Públicas, Rede Viária, Cultura, Desporto, Recreio e Lazer e Eficiência Energética.

A execução destas empreitadas em carteira, cujos projetos serão objeto de candidaturas a financiamentos comunitários no âmbito do novo quadro comunitário de apoio “Portugal 2020”, irá sempre depender da capacidade de criação de poupança financeira condicionada às variações do serviço da dívida do Plano de Reequilíbrio Financeiro.

Assim sendo, a limitação das despesas de investimento resulta dos condicionalismos impostos pelo Contrato de Reequilíbrio Financeiro que as fixam em montante limitado ao valor global da receita corrente, acrescido da componente capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro, deduzido das despesas obrigatórias. Estes condicionalismos mantêm-se para o ano económico de 2015 através das medidas de controlo orçamental da despesa mensalmente com a aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) que condiciona a assunção de novos compromissos à existência de Fundos disponíveis municipais. A aplicação deste diploma para as Autarquias Locais rege-se pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, e portanto à sua operacionalização.

O Plano apresenta, também, a orientação estratégica ao nível dos investimentos para o próximo quadriénio do Órgão Executivo. Destaca-se a aposta em novas áreas como o Ensino, Abastecimento de Água, Saneamento, Administração Geral, Cultura, Desporto, Recreio e Lazer, Transportes Rodoviários, Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza.

4. Serviço da Dívida

A atual situação dos mercados financeiros mantêm baixas as taxas de juro praticadas e em níveis históricos, sendo o **peso dos juros e outros encargos de 2,3% da despesa total em 2015.**



Importa de lembrar que não pode ser ignorada a **enorme dependência do serviço da dívida de fatores exógenos ao controlo do Município**, designadamente eventuais subidas das taxas de juro de referência.

O peso do serviço da dívida **representa mais de 14,1% da despesa total**. Este agregado económico é, também pela sua natureza, uma despesa orçamental que importa analisar, e em relação à qual se estima um elevado montante ao nível da amortização dos empréstimos do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, em termos absolutos, cerca de 2.943 mil euros.

Considerando o encaixa financeiro do empréstimo adicional de 2,6 milhões de euros em 2014, o efeito gerado para o serviço da dívida irá representar uma taxa de crescimento de **(+3,3%)**. Assim sendo, o peso do agregado **Passivos Financeiros** representará **48,2% da despesa de capital do Município**.

Os encargos globais do serviço da dívida previstos totalizam **3.502 mil euros**, e decorrem, na sua globalidade, para o limite de capacidade de endividamento do Município, que está impedido, nos próximos 16 anos, de contrair empréstimos e de assumir encargos que não estejam previstos no Plano de Reequilíbrio Financeiro. O Mapa de Empréstimos do ponto IV – Anexos (Empréstimos – Previsão de Encargos 2015), permite visualizar a informação dos encargos discriminados por instituição de crédito.

5. Classificação Funcional das Despesas Autárquicas

A totalidade da despesa, definida e não definida, são distribuídas por funções e subfunções de acordo com os objetivos finais a realizar pela Autarquia, conforme se apresenta no quadro 8.

A metodologia adotada para a distribuição da despesa pelas diferentes funções segue de perto as atividades desenvolvidas pelas respetivas direções de serviço, procedendo-se à imputação direta dos respetivos encargos.

Estando a maior parte das atribuições e competências das autarquias centradas nas Funções Sociais do Estado, é esta, a função que maior parcela absorverá do orçamento municipal (representando 64,9% do orçamento global). Destacam-se as subfunções: Serviços Auxiliares de Ensino; Administração Geral;



Resíduos Sólidos; Ensino não Superior; Transferências entre Administrações e Cultura cujos montantes investidos orçam 3.088 mil euros, 1.851 mil euros, 1.195 mil euros, 1.084 mil euros, 928 mil euros, 698 mil euros, respetivamente. No entanto, as Funções Gerais terão, também, em 2015, um peso bastante significativo no total orçamentado (21,4%).

Em suma, relativamente à Função Social, verifica-se que sobressaem as subfunções: Educação (36,6% do orçamento global), Habitação e Serviços Coletivos (16,9% do orçamento Global); Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos (representando 11% da Despesa) e Segurança e Ações Sociais (0,4% do orçamento global). A subfunção Serviços Auxiliares de Ensino ao apresentar-se como aglutinadora de 27,1% do orçamento global aparece como a finalidade privilegiada nas atividades delineadas pela Autarquia no montante de 3.088 mil euros. A função Habitação e Serviços Coletivos com o peso de 16,9%, no Orçamento global, absorverá 1.930 mil euros, nomeadamente nos Resíduos Sólidos, Saneamento, Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza e Abastecimento de Água.

No que diz respeito às Funções Gerais, é a subfunção Administração Geral a mais expressiva em termos de aplicação, representando 16,2% do Orçamento.



Q.8 - Grandes Opções do Plano/Áreas de Intervenção

(Un.: euro)

ORÇAMENTO 2015 Função / Subfunções	Grandes Opções do Plano		Total	%
	Definido	Não Definido		
1 Funções Gerais	2.440.127	0	2.440.127	21,4%
1.1.0 Serviços Gerais de Adminis. Pública	1.851.162	0	1.851.162	16,2%
1.1.1 Administração geral	1.851.162		1.851.162	16,2%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	588.965	0	588.965	5,2%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	540.965		540.965	4,7%
1.2.1 Proteção civil e luta contra incêndios	48.000			
2 Funções sociais	7.402.493	0	7.402.493	64,9%
2.1.0 Educação	4.171.622	0	4.171.622	36,6%
2.1.1 Ensino não superior	1.084.122		1.084.122	9,5%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	3.087.500		3.087.500	27,1%
2.2.0 Saúde				
2.2.1 Serviços individuais de saúde				
2.3.0 Segurança e Ações Sociais	44.350	0	44.350	0,4%
2.3.1 Segurança social				
2.3.2 Ação social	44.350		44.350	0,4%
2.4.0 Habitação e Serviços Coletivos	1.930.214	0	1.930.214	16,9%
2.4.1 Habitação	200			
2.4.2 Ordenamento do território	10.100		10.100	0,1%
2.4.3 Saneamento	429.367		429.367	3,8%
2.4.4 Abastecimento de água	92.300	0	92.300	0,8%
2.4.5 Resíduos sólidos	1.194.747		1.194.747	10,5%
2.4.6 Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	203.500		203.500	1,8%
2.5.0 Serv. Culturais, Recreat. e Religiosos	1.256.307	0	1.256.307	11,0%
2.5.1 Cultura	698.007		698.007	6,1%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	528.300		528.300	4,6%
2.5.3 Outras atividades cívicas e religiosas	30.000		30.000	0,3%
3 Funções Económicas	641.800	0	641.800	5,6%
3.1.0 Agricultura, Pecuária, Silv., Caça e Pesca	-	0	-	0,0%
3.2.0 Indústria e energia	125.000		125.000	1,1%
3.3.0 Transportes e Comunicações	460.100	0	460.100	4,0%
3.3.1 Transportes rodoviários	460.100		460.100	4,0%
3.4.0 Comércio e Turismo	56.700	0	56.700	0,5%
3.4.1 Mercados e Feiras e Turismo	-			
3.4.2 Turismo	56.700		56.700	0,5%
3.5.0 Outras funções económicas				
4 Outras Funções	928.236	0	928.236	8,1%
4.1.0 Operações da dívida autárquica	100		100	0,0%
4.2.0 Transf.entre administrações	928.136		928.136	8,1%
4.3.0 Diversas não especificadas				
Total	11.412.656	0	11.412.656	100,0%



6. Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos (P.P.I.), da autarquia, inclui, num horizonte móvel de quatro anos, todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estratégicos e operacionais estabelecidos para o plano de médio e longo prazo, explicitando a respetiva previsão da despesa. O P.P.I. contém, por isso, devidamente discriminados os projetos e ações que apliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos, coincidindo, assim, o seu total definido com o total da rubrica 07 – aquisições de bens de capital.

O Plano Plurianual de Investimentos, obedece aos documentos normalizados e integrados no POCAL, nomeadamente o quadro apresentado no ponto 7.1 do respetivo Decreto-Lei por: grupos económicos; áreas de atuação (objetivo, programa, projetos e ações) e ainda discriminar a forma de realização das ações (empreitadas, fornecimentos ou outros), datas de início e fim, montantes previstos para o ano e anos seguintes, bem como as respetivas fontes de financiamento.

O mapa (Plano Plurianual de Investimentos), em anexo, discrimina por Objetivos do Plano, os montantes anuais previstos para o investimento a executar apenas pelos serviços da Autarquia distinguindo-se, em 2015, os valores com financiamento definido e os valores com financiamento não definido.

A análise pormenorizada do Plano Plurianual de Investimentos permitirá identificar a ação, a sua finalidade, a entidade responsável pela sua execução, a dotação atribuída e a sua extensão temporal.

7. Grandes Opções do Plano

O mapa (Grandes Opções do Plano), em anexo, mostra as Grandes Opções do Plano discriminadas por objetivos, programas, projetos e ações, explicitando a respetiva previsão de despesas a realizar tanto por investimentos como por outras rubricas económicas do Orçamento.

Estes documentos estruturantes consubstanciam uma estratégia de desenvolvimento para o concelho do Marco de Canaveses. Esta estratégia visa dar um rumo ao seu desenvolvimento e modernização, apostando, na educação, na administração geral, no ambiente, no Saneamento, no Abastecimento de Água, na Cultura, na tecnologia e inovação, no conhecimento e num amplo conjunto de políticas sociais.



As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2015, embora marque o início de um Quadro Comunitário de Apoio, define a continuidade de projetos estratégicos, com destaque **para candidaturas a finalizar pelo Município no âmbito do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional**, em áreas tão diversas como no Sistema de Apoio à Modernização Administrativa nos Municípios do Tâmega e Sousa – SAMA-TS, beneficiando a Autarquia Local; Tongobriga e Territorium – Valorização da Paisagem Milenar; Rota do Românico – Dinamização Cultural e Turística da Rota do Românico 3.ª Fase.

Prevê-se ainda a submissão dos projetos em execução a seguir identificados ao regime de Overbooking para beneficiar de comparticipação a 85% FEDER: Requalificação do campo de jogos – arrelvamento em piso Sintético – Complexo Desportivo de Alpendorada e a Requalificação da EB1 Sede Fornos. A Adaptação do edifício para posto da GNR em Alpendurada e Matos beneficia de comparticipação pelo Ministério da Administração Interna (85%) concretizando, deste modo, projetos indutores da qualidade de vida, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento sustentado.

O **novo quadro de apoio para 2014-2020** designado “**Portugal 2020**” deverá ser considerado um instrumento fundamental para a realização de um conjunto significativo de candidaturas pretendidas pelo Município tais como a continuação da ampliação da rede de Saneamento básico, do Abastecimento de Água ao Concelho, da implementação de sistemas de informação, a beneficiação da rede viária do concelho, a Eficiência Energética da Iluminação Pública, Requalificação de algum Parque escolar no âmbito da Carta Educativa, entre outros.

O Município deve continuar a assumir o papel de agente dinamizador para combater a crise económica e social que se vive em Portugal, associado à drástica perda da capacidade produtiva, sobretudo no sector industrial e na construção civil. É perceptível o impacto no Orçamento para 2015, que se traduz na **diminuição da arrecadação de receita própria da Autarquia** e na limitação da Despesa através da implementação de medidas mensais de controlo orçamental da despesa com a aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA).

No entanto, a Autarquia Local deve apostar numa estratégia de maximização dos recursos escassos para assegurar a atividade municipal e potenciar, dentro dos condicionalismos existentes, a otimização do bem-estar social dos cidadãos. Para isso, os fundos de “Portugal 2020” devem ser aproveitadas numa nova lógica preconizada de estímulo à economia e fomentar a competitividade e a internacionalização;



valorizar o capital humano através da Educação e da Formação, combater o Desemprego e potenciar o Património Cultural como ativo económico de sustentabilidade territorial em parceria com as Freguesias, Associações / Coletividades.

Nas Grandes opções do Plano, são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da Autarquia e incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes da gestão autárquica, absorvendo não só despesas de capital como despesas correntes.

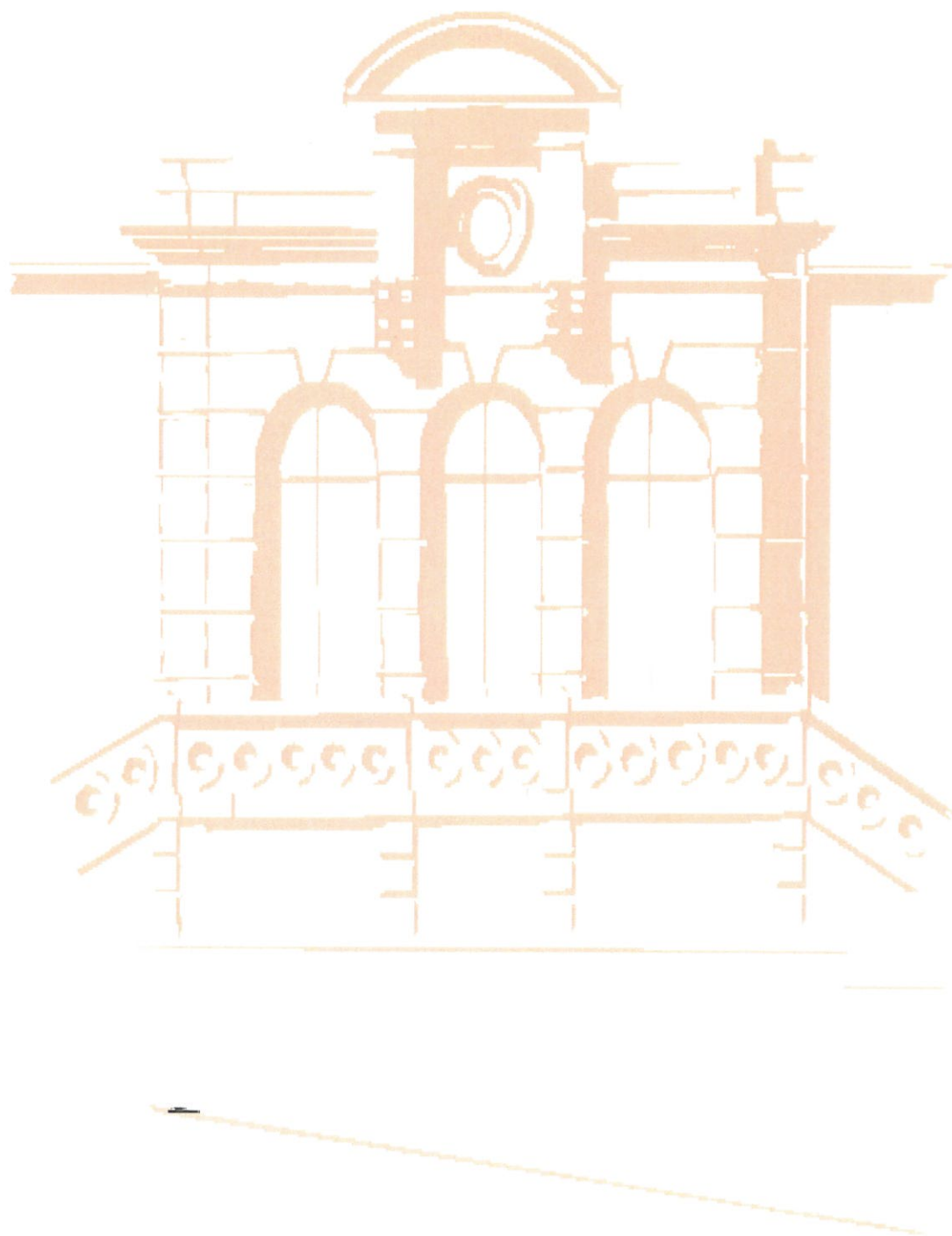
O valor global definido e não definido das Grandes Opções do Plano, apresentado para 2015, é de 11.413 mil euros dos quais 3.382 mil euros se referem ao Plano Plurianual de Investimentos e 8.031 mil euros se referem ao conjunto de ações identificadas como Ações Relevantes.

Por fim, importa esclarecer que são apresentadas as linhas estratégicas do Órgão Executivo num plano bastante ambicioso a quatro anos, que totaliza investimentos na ordem dos 90,2 milhões de euros, a serem contemplados, no âmbito da aplicação da política comunitária de coesão económica e social do próximo quadro comunitário de apoio para Portugal.

IV- Anexos

- 1- Resumo do Orçamento para o Ano 2015
- 2- Orçamento da Receita
- 3- Orçamento da Despesa
- 4- Empréstimos (Previsão de Encargos 2015 e Execução 2014)
- 5- Plano Plurianual de Investimentos (Mapa)
- 6- Plano de Atividades Mais Relevantes (Mapa)
- 7- Grandes Opções do Plano (Mapa)
- 8- Mapa das Transferências para as Juntas de Freguesia 2015
- 9- Mapa de Pessoal 2015
- 10- Proposta de Gestão das Despesas com Pessoal – 2015
- 11- Mapa das Responsabilidades Contingentes e Provisões
- 12- Mapa das Entidades Participadas pelo Município

1- Resumo do Orçamento para o Ano 2015



Município de Marco de Canaveses

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2015

Receitas	Montante (€)	Despesas	Montante (€)
Correntes	22.929.200	Correntes	17.652.632
Capital	1.989.247	Capital	7.265.815
Total:	24.918.447	Total:	24.918.447
Serviços Municipalizados	0	Serviços Municipalizados	0
Total Geral:	24.918.447	Total Geral:	24.918.447

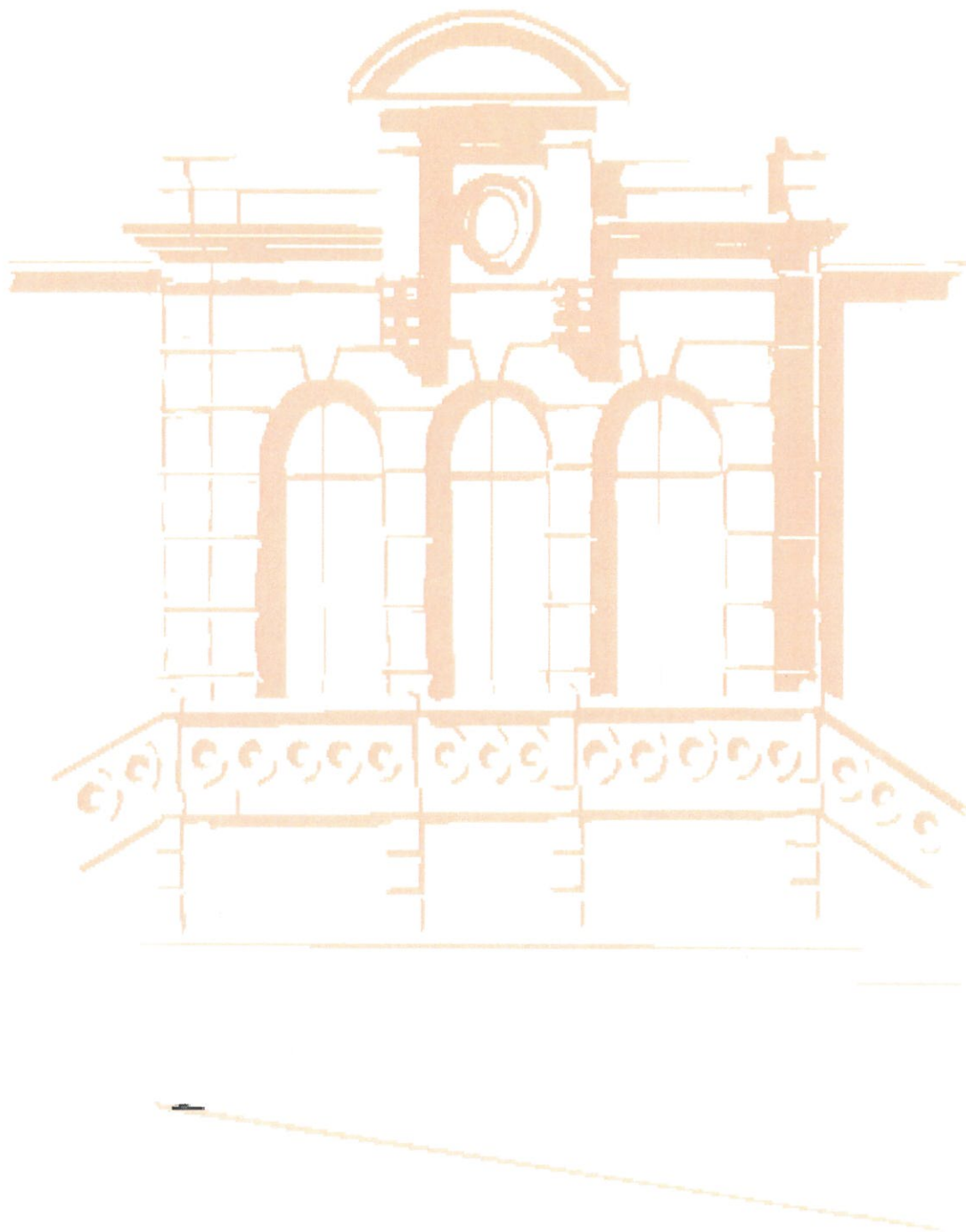
ORGÃO EXECUTIVO
 Em 30 de Outubro de 2014

 Manuel Abrantes

ORGÃO DELIBERATIVO
 Em de 29. NOV 2014 de

 P. J. S. C. C.

2- Orçamento da Receita



Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
01	Impostos directos	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	3.510.821
010203	Imposto único de circulação	1.123.311
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	540.000
010205	Derrama	285.000
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	915
01020702	Imposto municipal de sisa	34.847
	Total do Capítulo Económico 01:	5.494.894
02	Impostos indirectos	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.localis	
02020602	Loteamentos e obras	
0202060201	Loteamentos	500
0202060202	Alvará de Loteamento	653
0202060203	Taxa de Urbanização	338
0202060204	Taxa de Cedência	3.712
0202060205	Licença de Obras	23.624
0202060206	Averbamento	77
0202060207	Vistorias	936
0202060209	Prorrogação	1.744
0202060210	Aditamento	153
0202060299	Outros	610
02020603	Ocupação da via pública	1.181
02020605	Publicidade	44.048
02020699	Outros	
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	7.616
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	112
0202069999	Outros	9.371
	Total do Capítulo Económico 02:	94.675
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012301	Mercados e feiras	8.400
04012302	Loteamentos e obras	
0401230201	Loteamentos	1.286

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
0401230202	Alvará de Loteamento	1.921
0401230203	Taxa de Urbanização	1.658
0401230204	Taxa de Cedência	12.856
0401230205	Licença de Obras	116.869
0401230206	Averbamento	310
0401230207	Vistorias	2.017
0401230208	Prescrições	1.340
0401230209	Prorrogação	13.155
0401230210	Aditamento	2.961
0401230299	Outros	1.880
04012303	Ocupação da via pública	61
04012305	Caça, uso e porte de arma	249
04012399	Outras	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	92
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	114
0401239999	Outros	123.405
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	796
040299	Multas e penalidades diversas	14.950
	Total do Capítulo Económico 04:	304.320
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	10.066
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050799	Outras	69.859
0509	Participações nos lucros de administ. públicas	
050999	Outras	5
0510	Rendas	
051099	Outros	1.600.000
	Total do Capítulo Económico 05:	1.679.930
06	Transferências correntes	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	9.755.869
06030102	Fundo Social Municipal	1.527.319
06030103	Participação variável no IRS	759.804
06030199	Outras	222.000

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
060307	Serviços e fundos autónomos	2.035.000
060309	Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP	85.000
	Total do Capítulo Económico 06:	14.384.992
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070101	Material de escritório	50
070103	Publicações e impressos	2.042
070105	Bens inutilizados	50
070108	Mercadorias	
07010801	Água	50
07010803	Outros	50
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	26.850
070203	Vistorias e ensaios	4.037
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020801	Serviços sociais	50
07020802	Serviços recreativos	50
07020803	Serviços culturais	50
07020804	Serviços desportivos	132.500
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020902	Resíduos sólidos	524.494
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	17.045
07020904	Trabalhos por conta de particulares	10
07020905	Cemitérios	5.954
07020906	Mercados e feiras	75.000
07020907	Parques de estacionamento	24.850
07020999	Outros	11.133
070299	Outros	
07029999	Outros	50
0703	Rendas	
070301	Habitações	18.349
070302	Edifícios	43.788
070399	Outras	12.177
	Total do Capítulo Económico 07:	898.629
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	1.485
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	3.757
08019999	Diversas	66.518
	Total do Capítulo Económico 08:	71.760
	Total das Receitas Correntes:	22.929.200
09	Venda de bens de investimento	
0904	Outros bens de investimento	
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09040103	Outros	10
	Total do Capítulo Económico 09:	10
10	Transferências de capital	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	1.083.985
10030199	Outras	50
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	FEDER	432.908
10030709	Outros	469.869
	Total do Capítulo Económico 10:	1.986.812
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130101	Indemnizações	50
130199	Outras	2.375
	Total do Capítulo Económico 13:	2.425
	Total das Receitas de Capital:	1.989.247
	Total do Orçamento da Receita:	24.918.447

3- Orçamento da Despesa



Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
01	Administração Autárquica	
0101	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
0101 01	Despesas com o pessoal	
0101 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0101 010204	Ajudas de custo	5.000
0101 010213	Outros suplementos e prémios	
0101 01021302	Outros	29.002
	Total do Capítulo Económico 01:	34.002
0101 02	Aquisição de bens e serviços	
0101 0201	Aquisição de bens	
0101 020108	Material de escritório	1.000
0101 020121	Outros bens	750
0101 0202	Aquisição de serviços	
0101 020209	Comunicações	500
0101 020210	Transportes	500
0101 020213	Deslocações e estadas	2.000
0101 020215	Formação	3.000
0101 020225	Outros serviços	11.680
	Total do Capítulo Económico 02:	19.430
	Total das Despesas Correntes:	53.432
	Total da Divisão Orgânica 0101:	53.432
0102	CÂMARA MUNICIPAL	
0102 01	Despesas com o pessoal	
0102 0101	Remunerações certas e permanentes	
0102 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	155.000
0102 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
0102 01010401	Pessoal em funções	3.300.000
0102 01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	120.000
0102 010106	Pessoal contratado a termo	
0102 01010601	Pessoal em funções	100.000
0102 01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	70.000
0102 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	217.690
0102 010108	Pessoal aguardando aposentação	10.000
0102 010109	Pessoal em qualquer outra situação	247.500
0102 010111	Representação	55.000
0102 010113	Subsidio de refeição	410.000
0102 010114	Subsidio de férias e de Natal	700.000

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	180.000
0102 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0102 010202	Horas extraordinárias	12.500
0102 010203	Alimentação e alojamento	100
0102 010204	Ajudas de custo	14.500
0102 010205	Abono para falhas	20.000
0102 010206	Formação	500
0102 010210	Subsídio de trabalho nocturno	500
0102 010211	Subsídio de turno	20.000
0102 010212	Indemnizações por cessação de funções	107.500
0102 010213	Outros suplementos e prémios	
0102 01021302	Outros	6.500
0102 010214	Outros abonos em numerário ou espécie	15.000
0102 0103	Segurança social	
0102 010301	Encargos com a saúde	400.000
0102 010303	Subsídio familiar a criança e jovens	60.000
0102 010304	Outras prestações familiares	10.000
0102 010305	Contribuições para a segurança social	
0102 01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	10.000
0102 01030502	Seg.social pess. regime contr.trab.fun.púb.(RCTFP)	
0102 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	950.000
0102 0103050202	Segurança social-Regime Geral	185.000
0102 010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	20.000
0102 010308	Outras pensões	30.000
0102 010309	Seguros	
0102 01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	115.000
0102 01030902	Seguros de saúde	10.000
	Total do Capítulo Económico 01:	7.552.290
0102 02	Aquisição de bens e serviços	
0102 0201	Aquisição de bens	
0102 020102	Combustíveis e lubrificantes	
0102 02010201	Gasolina	16.000
0102 02010202	Gasóleo	250.000
0102 02010299	Outros	320.000
0102 020103	Munições, explosivos e artificios	2.000
0102 020104	Limpeza e higiene	20.000
0102 020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	10.000

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		€
0102 020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	1.000
0102 020107	Vestuário e artigos pessoais	15.000
0102 020108	Material de escritório	38.875
0102 020109	Produtos químicos e farmacêuticos	3.500
0102 020112	Material de transporte-Peças	65.000
0102 020114	Outro material-Peças	15.000
0102 020115	Prémios, condecorações e ofertas	31.500
0102 020116	Mercadorias para venda	
0102 02011601	Água	10
0102 02011602	Electricidade	10
0102 02011603	Outras	10
0102 020117	Ferramentas e utensílios	2.000
0102 020118	Livros e documentação técnica	13.000
0102 020119	Artigos honoríficos e de decoração	3.000
0102 020120	Material de educação, cultura e recreio	71.500
0102 020121	Outros bens	313.117
0102 0202	Aquisição de serviços	
0102 020201	Encargos das instalações	959.162
0102 020202	Limpeza e higiene	932.500
0102 020203	Conservação de bens	95.000
0102 020205	Locação de material de informática	1.000
0102 020206	Locação de material de transporte	45.000
0102 020208	Locação de outros bens	110.990
0102 020209	Comunicações	150.500
0102 020210	Transportes	614.500
0102 020211	Representação dos serviços	5.500
0102 020212	Seguros	80.000
0102 020213	Deslocações e estadas	2.000
0102 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	262.848
0102 020215	Formação	60.000
0102 020216	Seminários, exposições e similares	500
0102 020217	Publicidade	38.795
0102 020218	Vigilância e segurança	500
0102 020219	Assistência técnica	77.500
0102 020220	Outros trabalhos especializados	424.770
0102 020222	Serviços de saúde	1.000
0102 020224	Encargos de cobrança de receitas	197.500

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		€
0102 020225	Outros serviços	583.366
	Total do Capítulo Económico 02:	5.833.453
0102 04	Transferências correntes	
0102 0405	Administração local	
0102 040501	Continente	
0102 04050102	Freguesias	2.539.247
0102 04050104	Associações de municípios	141.750
0102 04050107	Assembleias distritais	1.500
0102 04050108	Outros	500
0102 0407	Instituições sem fins lucrativos	
0102 040701	Instituições sem fins lucrativos	498.500
0102 0408	Famílias	
0102 040802	Outras	52.500
	Total do Capítulo Económico 04:	3.233.997
0102 05	Subsídios	
0102 0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
0102 050101	Públicas	
0102 05010102	Outras	50
0102 0508	Famílias	
0102 050803	Outras	50
	Total do Capítulo Económico 05:	100
0102 06	Outras despesas correntes	
0102 0602	Diversas	
0102 060203	Outras	
0102 06020301	Outras restituições	87.500
0102 06020302	IVA pago	70.000
0102 06020304	Serviços bancários	35.500
0102 06020305	Outras	50.000
	Total do Capítulo Económico 06:	243.000
	Total das Despesas Correntes:	16.862.840
0102 07	Aquisição de bens de capital	
0102 0701	Investimentos	
0102 070101	Terrenos	
0102 07010104	Aquisição de terrenos-outros	25.000
0102 070102	Habitações	
0102 07010203	Reparação e beneficiação	

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		<small>€</small>
0102 0701020301	Reparação de edifícios escolares	15.000
0102 0701020303	Habitação Social-Eficiência energética	100
0102 070103	Edifícios	
0102 07010301	Instalações de serviços	
0102 0701030106	Casa dos Arcos	200
0102 0701030109	Adapt.de Instal. para Serviços Técnicos Municipais	10.000
0102 0701030110	Centro Cultural do Marco de Canaveses	100
0102 0701030199	Construção e beneficiação diversas	585.965
0102 07010305	Escolas	
0102 0701030529	Construção da EBI Rio de Galinhas	100
0102 0701030530	Requalificação da EB1 e Jardim Inf. Gandra-V Douro	100
0102 0701030531	Ampliação/Requalificação da EB1 Feira Nova-Ariz	100
0102 0701030533	Ampliação/Requalificação EB1 S. Sebastião-P Longa	100
0102 0701030535	Ampliação/Requalificação EB1 Cruzeiro -Torrão	100
0102 0701030536	Ampliação/Requalificação EB1 Picota - Tuías	275.000
0102 0701030537	Ampliação/Requalificação EB1 Esperança - V O Aliv	100
0102 0701030539	Ampliação/Requalificação EB1 Lordelo - V B Quires	100
0102 0701030540	Ampliação/Requalificação EB1 Vale Covo - Alpend.	100
0102 0701030541	Ampliação/Requalificação EB1 Seara - Paços Gaiolo	100
0102 0701030542	Ampliação/Requalificação EB1 e J I-Barroca Rio Gal	100
0102 0701030543	Requalificação da EB1 Ladário - Tabuado	100
0102 0701030544	Requalificação da EB1 e J I Livração - Toutosa	100
0102 0701030545	Ampliação/Requalificação EB1 e J I Igreja-VBQuires	100
0102 0701030546	Ampliação/Requalificação EB1 Carreira - Aarrassadas	100
0102 0701030547	Ampliação/Requalificação EB1 e J I Fontelas-Const	100
0102 0701030548	Ampliação/Requalificação EB1 e J I Gouveia - V O A	100
0102 0701030549	Centro Escolar Soalhões	100
0102 0701030551	Centro Escolar de Fornos	661.916
0102 070104	Construções diversas	
0102 07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	
0102 0701040201	V.B.Quires(RAT)Rede Saneamento Abastecimento Água	33.000
0102 0701040204	Const.Est. Elevat. A.R na Área Municipal (T,S,P,A)	32.267
0102 0701040205	Rede de Lages-Vila Boa do Bispo	20.000
0102 0701040206	Rede de Vila Boa de Quires	172.000
0102 0701040207	Rede de Santo Isidoro e Abastecimento de Água	30.000
0102 0701040208	Rede do Freixo	500
0102 0701040209	Estações Elevatórias Águas Res.(Magrelos e Outras)	100

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		€
0102 07010403	Estações de tratamento de águas residuais	
0102 0701040303	ETAR de Fontambom-Várzea do Douro	500
0102 0701040305	Construção da ETAR do Torrão	110.000
0102 0701040306	Recuperação da ETAR de St. Isidoro	15.000
0102 0701040307	Construção da ETAR de Maureles	500
0102 0701040308	Construção da ETAR de Magães-Freixo	500
0102 0701040314	Outros	15.000
0102 07010404	Iluminação pública	
0102 0701040404	Rede de iluminação pública na área do Concelho	50.000
0102 07010405	Parques e jardins	
0102 0701040504	Parque Fluvial de Alpendurada e Matos	1.000
0102 0701040506	Parque de Lazer da Cidade	35.000
0102 07010406	Instalações desportivas e recreativas	
0102 0701040602	Complexo desportivo de Alpendurada	185.000
0102 0701040604	Piscinas municipais-Marco	15.000
0102 0701040606	Outras instalações desportivas e recreativas	20.000
0102 0701040610	Eficiência Energética Equip. Desport. Município	75.000
0102 07010407	Captação e distribuição de água	
0102 0701040708	Elevat. Constance (EE na ETA EE V.Nova e tubagens)	50.000
0102 0701040709	Adutora em Guilhade/Travassos/Torrão	40.000
0102 0701040710	Reforço da Captação de Soalhães	500
0102 0701040711	Extensão da rede a Telhe e Lardosa/Soalhães	500
0102 0701040712	Rede de Abastecimento Água-St.Isidoro e Livração	100
0102 0701040713	Redes de Abastecimento de Água e Saneamento-Torrão	100
0102 0701040714	Estação Elevatória e Adutora-Carvalheira	100
0102 0701040716	Outros	500
0102 07010409	Sinalização e trânsito	40.000
0102 07010412	Cemitérios	500
0102 07010413	Outros	
0102 0701041306	Requalif. Urb. do Largo Conde de Ariz - Feira Nova	100
0102 0701041399	Requalificações Urbanísticas diversas	138.593
0102 070106	Material de transporte	
0102 07010602	Outro	75.000
0102 070107	Equipamento de informática	30.100
0102 070108	Software informático	27.000
0102 070109	Equipamento administrativo	20.500
0102 070110	Equipamento básico	

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 07011002	Outro	172.682
0102 070111	Ferramentas e utensílios	10.000
0102 0703	Bens de domínio público	
0102 070303	Outras construções e infraestruturas	
0102 07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	325.000
0102 07030308	Viação rural	
0102 0703030802	Construção passeios na área do Concelho	65.000
0102 0703030820	Alarg. e Repav. da Estrada de Esperança a Gouveia	100
0102 07030313	Outros	
0102 0703031302	Requalificação da Zona Ribeirinha do Torrão	100
	Total do Capítulo Económico 07:	3.381.823
0102 08	Transferências de capital	
0102 0805	Administração local	
0102 080501	Continente	
0102 08050102	Freguesias	642.142
0102 08050104	Associações de municípios	52.620
0102 08050108	Outros	100
0102 0807	Instituições sem fins lucrativos	
0102 080701	Instituições sem fins lucrativos	69.500
	Total do Capítulo Económico 08:	764.362
0102 09	Activos financeiros	
0102 0908	Unidades de participação	
0102 090806	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	177.124
	Total do Capítulo Económico 09:	177.124
	Total das Despesas de Capital:	4.323.309
	Total da Divisão Orgânica 0102:	21.186.149
0103	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	
0103 03	Juros e outros encargos	
0103 0301	Juros da dívida pública	
0103 030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0103 03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	
0103 0301030201	Caixa Geral de Depósitos	347.647
0103 0301030202	Novo Banco	105.516
0103 0301030205	Millennium BCP	106.073
0103 0305	Outros juros	

Município de Marco de Canaveses

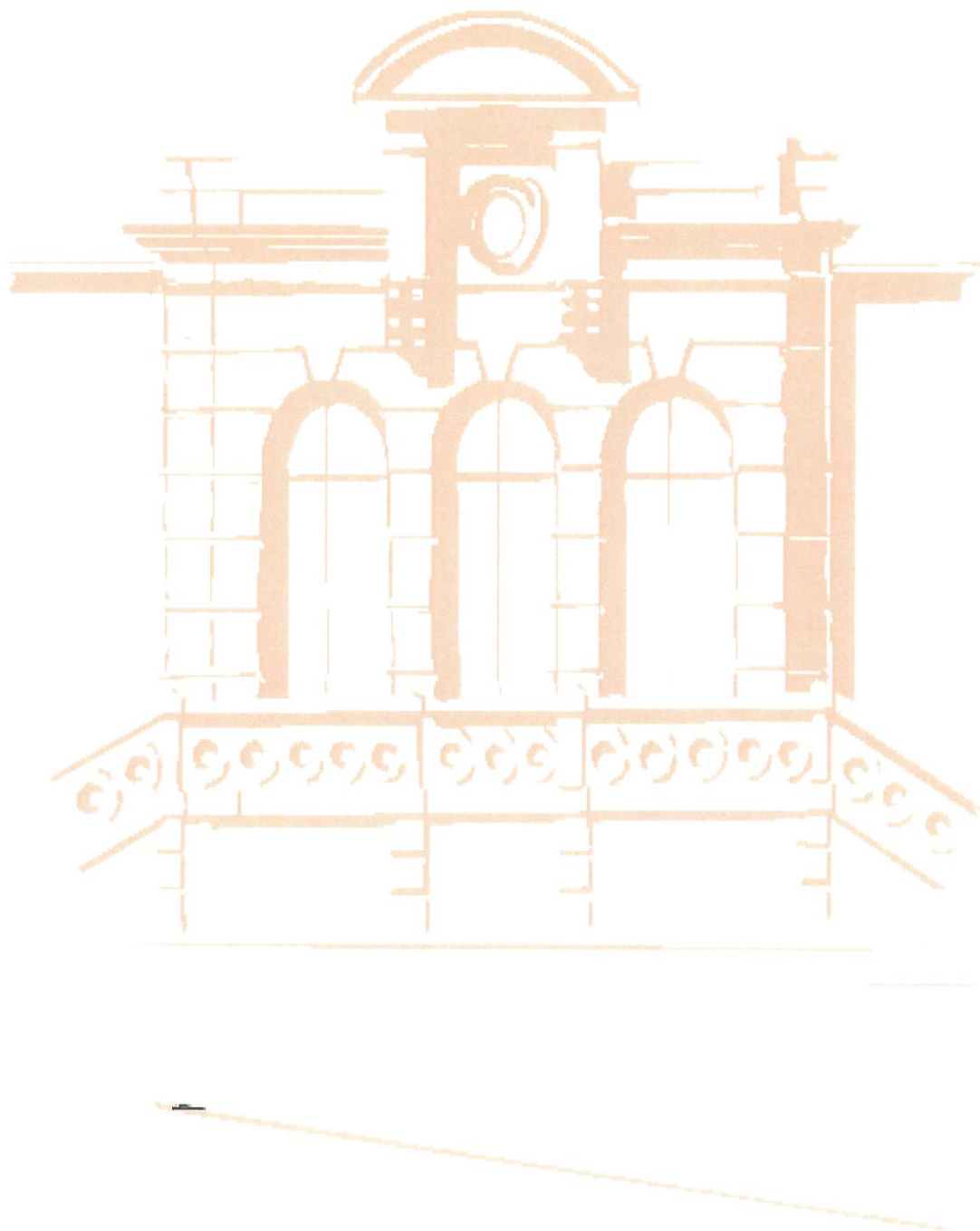
ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		€
0103 030502	Outros	177.124
	Total do Capítulo Económico 03:	736.360
	Total das Despesas Correntes:	736.360
0103 10	Passivos financeiros	
0103 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
0103 100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0103 10060301	Caixa Geral de Depósitos	1.497.473
0103 10060302	Novo Banco	723.741
0103 10060305	Millennium BCP	721.292
	Total do Capítulo Económico 10:	2.942.506
	Total das Despesas de Capital:	2.942.506
	Total da Divisão Orgânica 0103:	3.678.866
	Total do Capítulo Orgânico 01:	24.918.447
	Total do Orçamento da Despesa:	24.918.447

ORGÃO EXECUTIVO
 Em 30 de Outubro de 2014
 Manuel Soares

ORGÃO DELIBERATIVO
 Em 29. NOV 2014 de
 P.L. ...

4- Empréstimos (Previsão de Encargos 2015 e Execução 2014)



Município do Marco de Canavases

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A MÉDIO LONGO PRAZO

Data de Aprovação pela As. Municipal	Data de contratação do empréstimo	Visto do tribunal de contas		Finalidade do empréstimo	Entidade credora	Capital		Prazo do contrato (Anos)	Anos decorridos	Previsão das Amortizações acumuladas em 31-12-2014	Encargos Previsionais para 2015			Previsão Capital em Dívida a 01-01-2015	Previsão Capital em Dívida a 31-12-2015
		Nº de registo	Data			Contratado	Utilizado até 01-01-2014				Amortização	Juros	Total		
21-07-2003	07-05-2004	1053	24/05/04	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	C.G.D.	20.000.000,00	20.000.000,00	20	9	6.736.538,48 €	1.342.219,62 €	170.377,50 €	1.512.597,12 €	13.263.661,52	11.921.441,90
21-07-2003	19-05-2004	1054	24/05/04	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	N.B	12.500.000,00	12.500.000,00	20	9	4.975.125,65 €	723.740,13 €	105.515,67 €	829.255,80 €	7.524.874,35	6.801.134,22
21-07-2003	21-04-2004	1052	24/05/04	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	B.C.F.	12.500.000,00	12.500.000,00	20	9	5.006.426,78 €	721.291,60 €	106.072,88 €	827.364,48 €	7.493.573,22	6.772.281,62
17-04-2009	22-05-2012	1223	26/11/13	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	C.G.D	2.604.324,94	0,00	16	0	243.000,00 €	155.253,19 €	177.268,85 €	332.522,04 €	2.361.324,94	2.206.071,75
Total											47.604.324,94	45.000.000,00	3.501.739,44	30.643.434,03	27.700.929,49

Orgão Executivo
 Em 30 de Outubro de 2014


Orgão Deliberativo
 Em 29.NOV.2014 de 2014
 A 1 1 1

Município do Marco de Canaveses

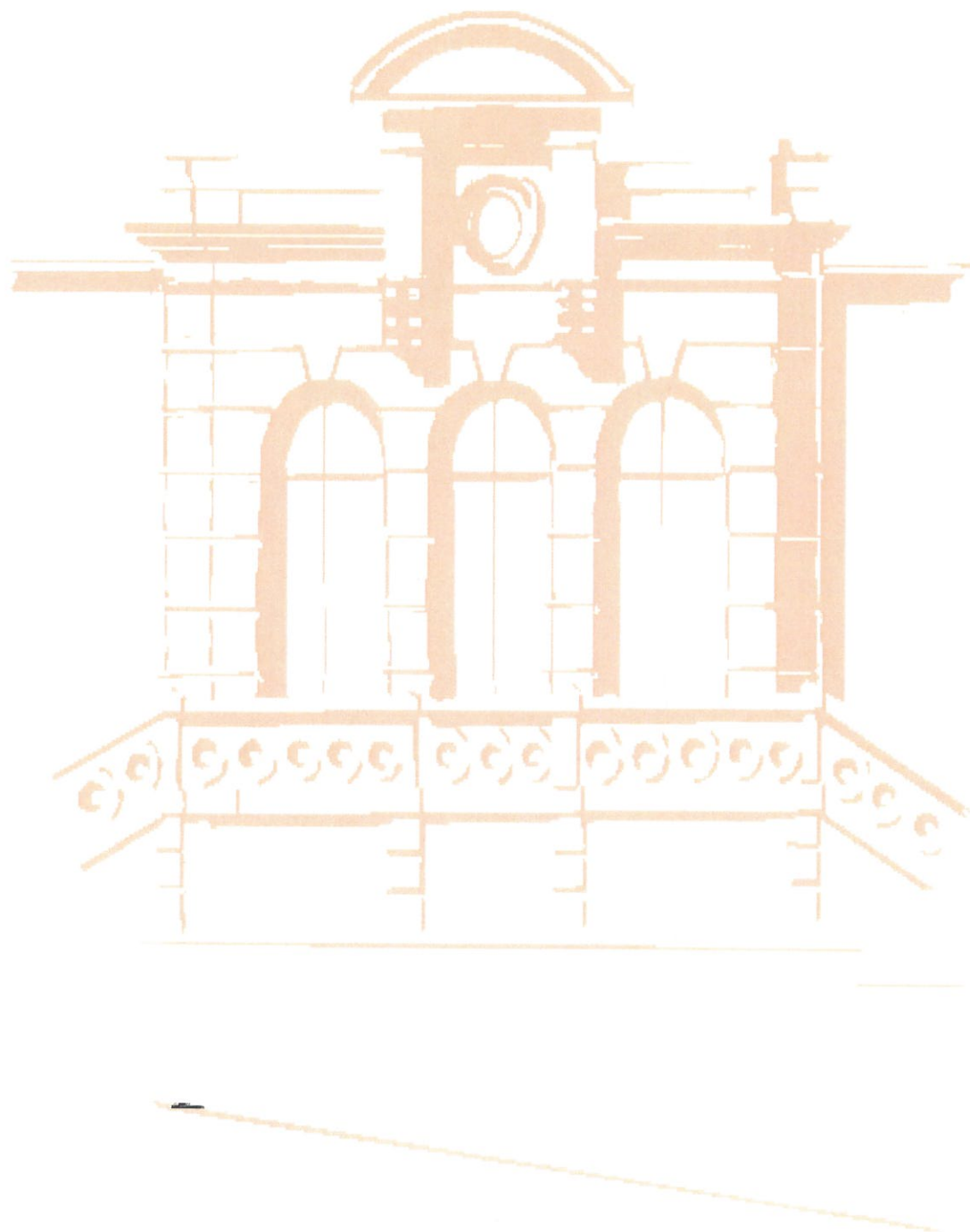
MAPA DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A MÉDIO LONGO PRAZO

Data de Aprovação pela A.S. Municipal	Data de contratação do empréstimo	Visto do tribunal de contas		Finalidade do empréstimo	Entidade credora	Capital		Prazo do contrato (Anos)	Anos decorridos	Amortizações acumuladas em 31-12-2013	Encargos em 2014 (Até 30/09/14)			Divida Apresentada em 01-01-2014	Amortização acumulada em 30-09-2014	Capital em dívida em 30-09-2014
		Nº de registo	Data			Contratado	Utilizado até 01-01-2014				Amortização	Juros	Total			
21-07-2003	07-05-2004	1053	24/05/04	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	C.G.D	20.000.000,00	20.000.000,00	20	9	5.410.338,48	999.300,16 €	126.817,20 €	1.126.117,36 €	13.922.935,77	6.409.638,64	13.960.361,36
21-07-2003	19-05-2004	1054	24/05/04	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	N.B	12.500.000,00	12.500.000,00	20	9	4.299.757,65	422.588,84 €	55.033,88 €	477.622,52 €	7.898.456,09	4.722.346,49	7.777.653,51
21-07-2003	21-04-2004	1052	24/05/04	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	B.C.P.	12.500.000,00	12.500.000,00	20	9	4.337.841,78	480.192,84 €	63.379,38 €	543.572,22 €	7.861.673,01	4.818.034,62	7.681.965,38
17-04-2009	22-05-2012	1223	26/11/13	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	C.G.D	2.604.324,94	0,00	16	0	0,00	26.990,55 €	36.391,30 €	63.381,85 €	0,00	26.990,55	2.577.334,39
						47.604.324,94	45.000.000,00			14.047.937,91	1.929.072,39	281.621,56	2.210.693,95	29.683.064,87	15.977.010,30	31.627.314,64

Orgão Executivo
Em 30 de Outubro de 2014
Amândio Pereira

Orgão Deliberativo
Em 29 de NOV 2014 de 2014
A. L. - 11 -

5- Plano Plurianual de Investimentos (Mapa)



Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)				
					AC	AA	FC		Realiz.	Início		Fim	Realizado (a)	2015			Anos seguintes			
														2015 definido (c)	2016 (e)		2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)	
01 FUNÇÕES GERAIS																				
ADMINISTRAÇÃO GERAL																				
01 111	2007/8	Aquisição de terrenos-outros	0102 07010104	O				01/2007	12/2016			313.045	25.000	25.000			363.045			
01 111	2009/6	Equipamento de Informática	0102 070107	O			02	01/2009	12/2015	0		122.371	15.000	15.000			137.371			
01 111	2009/7	Software Informático	0102 070108	O			02	01/2009	12/2016	0		104.665	27.000	27.000			171.665			
01 111	2009/8	Equipamento Básico-Outro	0102 07011002	O			02	01/2009	12/2017	0		552.667	65.000	65.000			717.667			
01 111	2009/9	Ferramentas e Utensílios	0102 070111	O			02	01/2009	12/2015	0		41.557	10.000	10.000		50.000	51.557			
01 111	2009/10	Equipamento Administrativo	0102 070109	O			02	01/2009	12/2015	0		44.788	20.000	20.000			64.788			
01 111	2009/11	Equipamento de Transporte	0102 07010602	O			01	01/2009	12/2015	0		164.303	75.000	75.000			239.303			
01 111	2009/30	Reparação e Beneficiação Diversas de Instalações	0102 0701030199	O			01	01/2009	12/2016	0		179.030	40.000	40.000			259.030			
01 111	2011/1	Adaptação de Instalações para Serviços Técnicos Municipais	0102 0701030109	E			01	01/2011	12/2016	1		109.467	10.000	10.000			129.467			
Totais do Programa 111:												1.631.893	287.000	287.000	0	165.000	50.000	0	0	2.133.893
01 120 SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS																				
01 120	2013/22	Adap. Edif. Posto GNR de Alp. e Matos-Arranjos Exteriores, AVAC, Equipamento, ITED, REestruturada e MInfomático	0102 0701030199	E			15	85	01	04/2013	12/2015		540.965	540.965			540.965			
Totais do Programa 120:												0	540.965	540.965	0	0	0	0	0	540.965
Totais do Objetivo 01:												1.631.893	827.965	827.965	0	165.000	50.000	0	0	2.674.858
02 FUNÇÕES SOCIAIS																				
ENSINO NÃO SUPERIOR																				
02 211	2008/19	Construção EBI - Rio de Galinhas	0102 0701030529	E			01	01/2008	12/2016	0			100	100			3.000.000			
02 211	2008/20	Ampliação/Requalificação EBI Feira Nova - Atiz	0102 0701030531	E			01	01/2008	12/2016	0			100	100			250.000			
02 211	2008/22	Ampliação/Requalificação EBI S. Sebastião - Penhalonga	0102 0701030533	E			01	01/2008	12/2016	0			100	100			500.000			
02 211	2008/23	Requalificação EBI e JI Gandra - V Douro	0102 0701030530	E			01	01/2008	12/2016	0			100	100			50.000			
02 211	2008/24	Ampliação/Requalificação EBI Cruzeiro - Torão	0102 0701030535	E			01	01/2008	12/2016	0			100	100			150.000			
02 211	2008/25	Ampliação/Requalificação EBI Picota - Tuias	0102 0701030536	E			01	01/2008	12/2016	0			275.000	275.000			275.000			
02 211	2008/26	Ampliação/Requalificação EBI Esperança - V O Aliv	0102 0701030537	E			01	01/2008	12/2016	0			100	100			300.000			
02 211	2008/27	Ampliação/Requalificação EBI e JI Gouveia V O Aliviada	0102 0701030548	E			01	01/2008	12/2017	0			100	100		249.800	250.000			
02 211	2008/28	Ampliação/Requalificação EBI Lordelo - Vila B Quires	0102 0701030539	E			01	01/2008	12/2016	0			100	100			250.000			
02 211	2008/29	Ampliação/Requalificação EBI Vale do Covo - Alpendurada e Matos	0102 0701030540	E			01	01/2008	12/2017	0			100	100		124.950	250.000			

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2015			Total (b)=(c)+(d)	Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
						AC	AA	FC		Início	Fim			2015	2016	2017		2018	2019		
																				Financiam. definido (c)	
FUNÇÕES SOCIAIS																					
ENSINO NÃO SUPERIOR																					
02 211			Ampliação/Requalificação EB1 Seara - Paços de Gaiolo	0102 0701030541	E				01	01/2008	12/2017	0		100	100	74.950	74.950			150.000	
02 211			Ampliação/Requalificação EB1 e J1 Barroca - Rio de Galinhas	0102 0701030542	E				01	01/2008	12/2017	0		100	100	74.950	74.950			150.000	
02 211			Requalificação da EB1 Ladário - Tabuado	0102 0701030543	E				01	01/2008	12/2017	0		100	100	37.450	37.450			75.000	
02 211			Requalificação EB1 e J1 Livração - Toutosa	0102 0701030544	E				01	01/2008	12/2017	0		100	100	24.950	24.950			50.000	
02 211			Ampliação/Requalificação EB1 Igreja - Vila B Quires	0102 0701030545	E				01	01/2008	12/2017	0		100	100	74.950	74.950			150.000	
02 211			Ampliação/Requalificação EB1 Carreira - Avesseadas	0102 0701030546	E				01	01/2008	12/2017	0		100	100	100	100	249.800		250.000	
02 211			Ampliação/Requalificação EB1 e J1 Fontelas - Constance	0102 0701030547	E				01	01/2008	12/2017	0		100	100	100	100	249.800		250.000	
02 211			Construção do Centro Escolar - Soalhães																		
02 211			Obra e Arranjos Exteriores	0102 0701030549	E				01	01/2008	12/2017			100	100	100	1.827.242			1.827.442	
02 211			Construção Centro Escolar de Fornos																		
02 211			Obra e Arranjos Exteriores	0102 0701030551	E				01	01/2009	12/2016			661.916	661.916					661.916	
02 211			Mobiliário	0102 07011002	O				01	01/2009	12/2016			11.500	11.500					11.500	
02 211			Equipamento Informático	0102 070107	O				01	01/2009	12/2016			15.000	15.000					15.000	
02 211			Reparação de Edifícios Escolares-Empreitada	0102 0701020301	E				01	01/2009	12/2015	0	99.827	15.000	15.000	15.000				114.827	
													99.827	980.116	980.116	0	4.911.900	2.988.842	0	0	8.980.685
													Totais do Programa 211:								
02 232			AÇÃO SOCIAL																		
02 232			Reabilitação e Refuncionalização de Equipamento/Marco-Fórum 21																		
02 232			Centro de Recursos com Necessidades Educativas Especiais																		
02 232			Equipamento Administrativo	0102 070109	O				02	01/2009	12/2015			400	400					400	
													Totais do Programa 232:								
													0	400	400	0	0	0	0	400	
02 241			HABITAÇÃO																		
02 241			Habilitação Social-Eficiência energética																		
02 241			Requalificação/Construção	0102 0701020303	O				01	01/2015	12/2016			100	100					100	
													Totais do Programa 241:								
													0	100	100	0	0	0	0	100	
02 242			ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO																		
02 242			Requalificação Urbana do Largo Conde de Ariz	0102 0701041306	E				01	01/2008	12/2015	0	88.035	100	100					88.135	

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2015

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		2015				Anos seguintes						
									Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)			2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)			
02		FUNÇÕES SOCIAIS																	
02	242	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO																	
02	242	Requalificações Urbanísticas diversas	0102 0701041399	E			01	01/2008	12/2015	0	139.777	5.000	5.000	0	0	0	144.777		
Totais do Programa 242:													5.100	5.100	0	0	0	0	232.912
02	243	SANEAMENTO																	
02	243	Construção de Estações Elevatórias(AR) na Área do Município	0102 0701040204	E	20	80	01	01/2012	12/2015		78.329	33.000	33.000	0	0	0	111.329		
02	243	ETAR de Fontambom-Várzea do Douro	0102 0701040303	E	20	80	01	01/2013	12/2016		26.500	26.500	26.500	0	0	0	26.500		
02	243	Recuperação da ETAR de St. Isidoro	0102 0701040306	E	20	80	01	01/2013	12/2015		500	500	500	0	0	0	424.000		
02	243	Outros	0102 0701040314	E	20	80	01	01/2013	12/2015	2	482.218	15.000	15.000	423.500	0	0	15.000		
02	243	Construção de Estações Elevatórias de Águas Residuais da Área Municipal(Tuias, Sande, penhalonga e Avesseadas)	0102 0701040204	E	20	80	01	01/2013	12/2015		138.477	5.767	5.767	0	0	0	144.244		
02	243	Vila Boa de Quires(Romanselhas, Avesões, Torre)	0102 0701040201	E	20	80	01	01/2013	12/2015		78.329	33.000	33.000	0	0	0	111.329		
02	243	Rede de Saneamento e Abastecimento de Água	0102 0701040205	E	20	80	01	01/2013	12/2016		20.000	20.000	20.000	0	0	0	20.000		
02	243	Construção da ETAR de Maureles	0102 0701040307	E	20	80	01	01/2014	12/2016		500	500	500	0	0	0	211.500		
02	243	Construção da ETAR de Magães/Freixo	0102 0701040308	E	20	80	01	01/2014	12/2016		500	500	500	0	0	0	212.000		
02	243	Rede de Vila Boa de Quires	0102 0701040206	E	20	80	01	01/2014	12/2016		172.000	172.000	172.000	0	0	0	106.000		
02	243	Rede de Santo Isidoro e Abastecimento de Água	0102 0701040207	E	20	80	01	01/2014	12/2016		30.000	30.000	30.000	0	0	0	172.000		
02	243	Rede do Freixo	0102 0701040208	E	20	80	01	01/2014	12/2016		500	500	500	0	0	0	30.000		
02	243	Construção da ETAR do Torrão	0102 0701040305	E	20	80	01	01/2015	12/2015		110.000	110.000	110.000	0	0	0	106.000		
02	243	Estações Elevatórias de Águas Residuais (Magrelos e Outras)	0102 0701040209	E	20	80	01	01/2015	12/2016		100	100	100	158.900	0	0	110.000		
Totais do Programa 243:													699.024	429.367	429.367	0	0	0	2.133.291
02	244	ABASTECIMENTO DE ÁGUA																	
02	244	Elevat. Constance (EE na ETA EE V.Nova e tubagens)	0102 0701040708	E	20	80	01	01/2014	12/2015		50.000	50.000	50.000	0	0	0	50.000		
02	244	Adutora de Guilhade/Travassos/Torrão	0102 0701040709	E	20	80	01	01/2014	12/2016		40.000	40.000	40.000	0	0	0	40.000		
02	244	Reforço da Captação de Soalhães	0102 0701040710	E	20	80	01	01/2014	12/2016		500	500	500	158.500	0	0	159.000		
02	244	Extensão da Rede a Telhe e Lardosa/Soalhães	0102 0701040711	E	20	80	01	01/2014	12/2016		500	500	500	39.250	0	0	39.750		
02	244	Outros	0102 0701040716	E	20	80	01	01/2014	12/2015		500	500	500	500	0	0	500		
02	244	Rede de Abastecimento de Água-Santo Isidoro e Livração	0102 0701040712	E	20	80	01	01/2015	12/2016		100	100	100	158.900	0	0	159.000		
02	244	Rede de Abastecimento de Água e Saneamento-Torrão	0102 0701040713	E	20	80	01	01/2015	12/2016		100	100	100	659.900	0	0	660.000		

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Formal de de Realiz.	Formal Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)				
							AC	AA	FC		Início	Fim			2015	2016	2017	2018					
																				Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)
FUNÇÕES SOCIAIS																							
ABASTECIMENTO DE ÁGUA																							
02 244				Estação Elevatória e Adutora-Carvalheira	0102 0701040714	E			01	01/2015	12/2016		0	100	100	249.900	0	0	250.000				
Totais do Programa 244:															0	91.800	91.800	0	1.266.450	0	0	0	1.356.250
PROTECÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA N.																							
02 246				Ampliação do Cemitério Municipal de Fornos	0102 07010412	E		01	01/2008	12/2015	0		113.645	500	500	0	0	114.145					
Totais do Programa 246:															113.645	500	500	0	0	0	0	114.145	
CULTURA																							
02 251				Casa dos Arcos																			
02 251	2008/15	1		Museu Etnográfico	0102 0701030106	E		01	01/2008	12/2015	0		100	100				100					
02 251	2008/15	2		Museu do Vinho Verde	0102 0701030106	E		01	01/2008	12/2015	0		100	100				100					
02 251	2011/6			Tongobriga e Território-Valor Paisagem Milenar																			
02 251	2011/6	1		Valorização da Paisagem Milenar-Empreitada	0102 0701041399	E		20	80	01	01/2011	12/2015		133.593	133.593			133.593					
02 251	2011/6	2		Valorização da Paisagem Milenar-Equipamento Básico	0102 07011002	O		20	80	01	01/2011	12/2015		83.382	83.382			83.382					
02 251	2015/2			Centro Cultural do Marco de Canaveses																			
02 251	2015/2	1		Construção	0102 0701030110	E		01	01/2015	12/2015			100	100				100					
02 251	2015/2	2		Aquisição de Equipamento Básico	0102 07011002	O		01	01/2015	12/2015			100	100				100					
02 251	2015/2	3		Aquisição de Equipamento Administrativo	0102 070109	O		01	01/2015	12/2015			100	100				100					
02 251	2015/2	4		Aquisição de Equipamento Informático	0102 070107	O		01	01/2015	12/2015			100	100				100					
Totais do Programa 251:															0	217.575	217.575	0	0	0	0	217.575	
DESPORTO, RECREIO E LAZER																							
02 252				Complexo desportivo de Alpendorada																			
02 252	2003/28			Outros Equipamentos e Infra-estruturas	0102 0701040602	E		70	01	01/2007	12/2015		185.000	185.000				185.000					
02 252	2003/28	2		Outras instalações desportivas e recreativas (Cine-teatro e outras)	0102 0701040606	E		01	01/2003	12/2015			1.192.868	20.000				1.212.868					
02 252	2010/3			Aquisição de Material e Equipamento Desportivo																			
02 252	2010/3	1		Equipamento Desportivo	0102 07011002	O		02	01/2010	12/2015			2.523	2.600				5.123					
02 252	2010/4			Construção, Recuperação e Apetrechamento das Infra-Estruturas do Desporto Escolar-Empreitada	0102 0701030199	E		01	01/2010	12/2015			5.000	5.000				5.000					
02 252	2010/6			Requalificação da Zona Ribeirinha do Torrão																			
02 252	2013/1			Parque Fluvial de Alpendorada e Matos	0102 0703031302	E		01	01/2010	12/2016			100	100				2.000.000					
02 252	2013/1	1		Construção do Parque - Obra	0102 0701040504	E		40	60	01	01/2013	12/2015	0	153.596	1.000			154.596					

Município de Marco de Canaveses

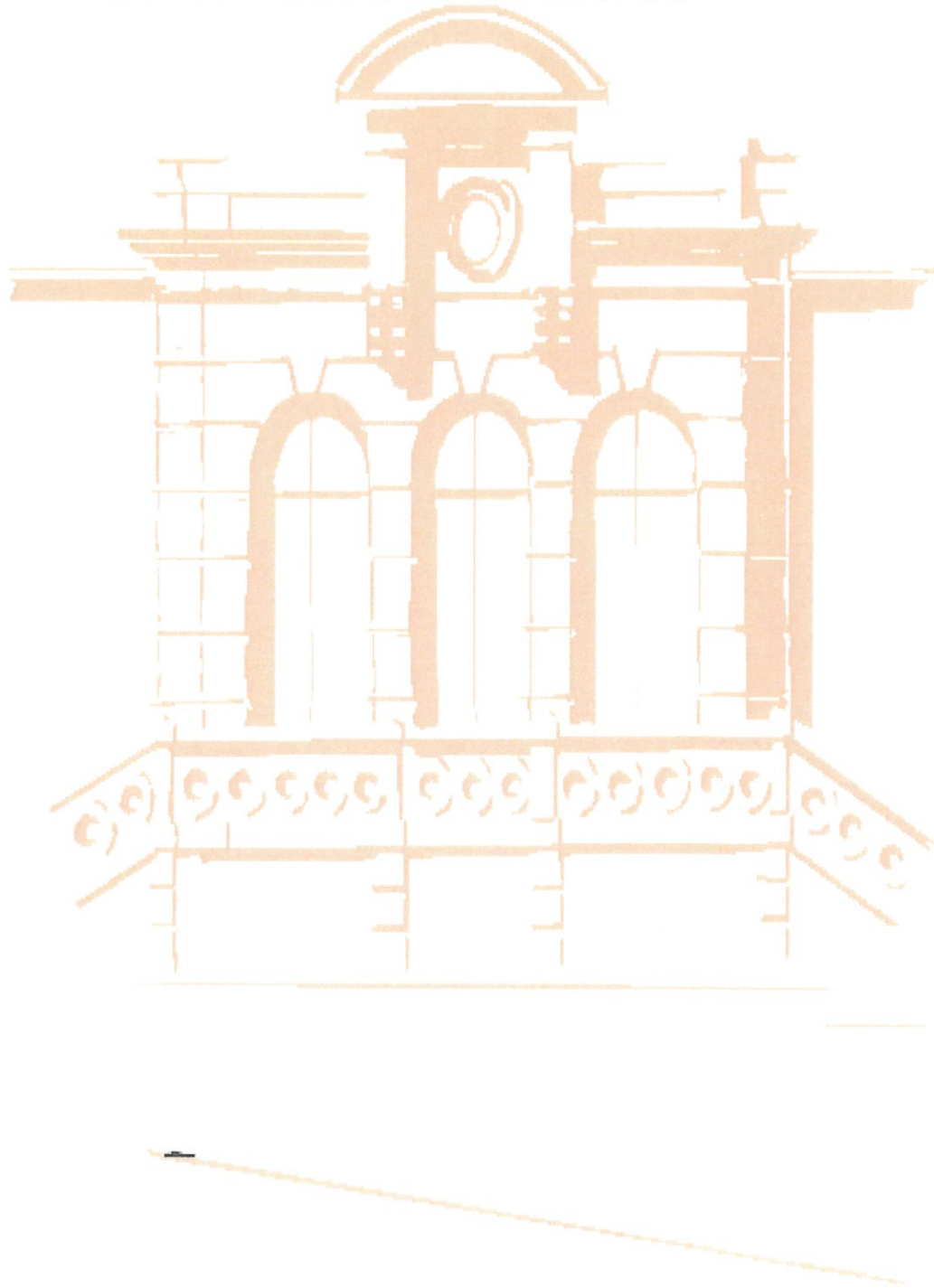
Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)	Fases de Exec.	Realizado (a)	2015			Anos seguintes			Total previsto (i) = (e)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC					Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)		Outros (h)		
02 FUNÇÕES SOCIAIS																					
02 252 DESPORTO, RECREIO E LAZER																					
02 252 2013/1	2	Aquisição de equipamento básico	0102 07011002	O	40	60	01	01/2013 12/2015	0		28.157	100	100					28.257			
02 252 2013/2		Parque de Lazer da Cidade																			
02 252 2013/2	1	Construção do Parque - Obra	0102 0701040506	E	40	60	01	01/2013 12/2015	0		29.919	35.000	35.000					64.919			
02 252 2013/2	2	Aquisição de equipamento básico	0102 07011002	O	40	60	01	01/2013 12/2015	0		59.493	10.000	10.000					69.493			
02 252 2014/14		Reabilitação das Piscinas Municipais-Marco	0102 0701040604	O			01	01/2014 12/2015			20.084	15.000	15.000					35.084			
Totais do Programa 252:												1.486.640	273.800	273.800	0	1.999.900	0	0	0	0	3.760.340
03 FUNÇÕES ECONÓMICAS																					
03 320 INDÚSTRIA E ENERGIA																					
03 320 2008/13		Rede de iluminação pública na área do Concelho																			
03 320 2008/13	1	Eficiência Energética da Iluminação Pública	0102 0701040404	E	30	70	01	06/2011 05/2015	1		222.373	35.000	35.000					257.373			
03 320 2008/13	3	Outras Beneficiações na Iluminação Pública no Concelho	0102 0701040404	E			01	01/2008 12/2015	0		21.260	15.000	15.000					36.260			
03 320 2014/11		Eficiência Energética em Equipamentos Desportivos do Município-Construção	0102 0701040610	E	85	15	01	01/2014 12/2015			42.634	75.000	75.000					117.634			
Totais do Programa 320:												286.267	125.000	125.000	0	0	0	0	0	0	411.267
03 331 TRANSPORTES RODOVIARIOS																					
03 331 2003/80		Viadutos, arruamentos e obras complementares																			
03 331 2003/81		Construção passetos na área do Concelho	0102 0703030802	E			01	01/2002 12/2015	4		999.854	325.000	325.000			75.000		1.464.854			
03 331 2003/122		Sinalização e Trânsito	0102 07010409	O			01	01/2002 12/2015			853	65.000	65.000					65.853			
03 331 2013/19		Alarg. e Repav. da Estrada de Esperança a Gouveia	0102 0703030820	E			01	01/2013 12/2016	0		132.874	100	100			249.900		382.874			
Totais do Programa 331:												1.222.803	430.100	430.100	0	314.900	75.000	0	0	0	2.042.803
Totais do Objetivo 02:												1.509.070	555.100	555.100	0	314.900	75.000	0	0	0	2.454.070
Total Geral:												5.767.911	3.381.823	3.381.823	0	9.663.050	3.113.842	0	0	0	21.926.626

ORGÃO EXECUTIVO
Em 30 de Outubro de 2014
Armedhorais

ORGÃO DELIBERATIVO
Em de 29. NOV. 2014 de
A. L. L. L. L.

6- Plano de Atividades Mais Relevantes (Mapa)



Atividades mais Relevantes do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Formal de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (e)	2015			Despesas			Total previsto (i) = (e)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes			
																2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	
01		FUNÇÕES GERAIS																	
01 111		ADMINISTRAÇÃO GERAL																	
01 111	2006/5007	Encargos instalações - Consumos água, saneamento e outros	0102 020201	0			02	01/2006	12/2017	5	10.763.081	959.162	959.162	3.086.838	2.023.000				16.832.081
01 111	2013/5003	Locação de Material de Transporte	0102 020206	0			02	01/2013	12/2017	2	5.193	20.000	20.000	20.000	20.000				65.193
01 111	2013/5004	Locação de Outros Bens	0102 020208	0			02	01/2013	12/2017	2	62.990	45.000	45.000	45.000	45.000				197.990
01 111	2013/5005	Combustíveis e lubrificantes																	
01 111	2013/5005.1	Aquisição de Gasóleo	0102 02010202	0			01	01/2013	12/2018	5	1.282.459	220.000	220.000	220.000	220.000				2.162.459
01 111	2013/5005.2	Aquisição de combustíveis - Outros	0102 02010299	0			01	01/2013	12/2018	5	429.250	320.000	320.000	320.000	320.000				1.709.250
								Totais do Programa 111:			12.542.973	1.564.162	1.564.162	0	3.691.838	2.628.000	540.000	0	20.966.973
01 121		PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÉNDIOS																	
01 121	2010/5012	Protocolo de colaboração (A.H. Bombeiros Vol. Marco Canal)-Desp corrente	0102 040701	0			02	01/2010	12/2015		240.000	48.000	48.000	0	0	0	0	0	288.000
								Totais do Programa 121:			240.000	48.000	48.000	0	0	0	0	0	288.000
02		FUNÇÕES SOCIAIS																	
02 211		ENSINO NÃO SUPERIOR																	
02 211	2006/5003	Centro de Atividades Ocupacionais (CERCIMARCO)	0102 040701	0				01/2006	12/2015		103.500	18.000	18.000						121.500
02 211	2009/2	Construção Centro Escolar de Fornos																	
02 211	2009/2	Material	0102 020120	0			02	01/2009	12/2016		6.600	6.600	6.600						6.600
02 211	2009/2	Projecto de Arquitectura	0102 020214	0				01/2009	12/2016		31.200	20.601	20.601						51.801
02 211	2009/12	Requalificação do Parque Escolar																	
02 211	2009/12	Reparação de Edifícios Escolares-Administração Directa	0102 020121	0			01	01/2009	12/2015	0	23.256	32.500	32.500						55.756
02 211	2009/14	Projecto Escola Feliz																	
02 211	2009/14	Material de educação	0102 020120	0			02	01/2009	12/2015	0	55.767	21.305	21.305						77.072
02 211	2011/2	Plano Nacional de Leitura- Ler +																	
02 211	2011/2	Aquisição de Livros p/ Bibliotecas das escolas	0102 020120	0			02	01/2011	12/2015	0	11.674	5.000	5.000						16.674
								Totais do Programa 211:			225.397	104.006	104.006	0	0	0	0	0	329.403
02 212		SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO																	
02 212	2006/5004	Transportes Escolares	0102 020210	0			02	01/2005	12/2017	5	6.705.725	554.500	554.500	1.663.500	1.109.000				10.032.725
02 212	2013/5001	Componente de Apoio à Família Prolongamento-J	0102 020220	0			02	01/2013	12/2015	2	1.482.000	34.000	34.000						1.526.000

Atividades mais Relevantes do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento			Resp.	Datas (Mês/Ano)			Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (e)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		2015		Anos seguintes								
									Financiam. definido (c)	Total (b)=(c)+(d)	2016 (e)			2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)			
02		FUNÇÕES SOCIAIS																	
02 212		SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO																	
02 212 2013/5002		Forn. Refeições J/EB1-Aquisição Serviços	0102 020220	0			02	01/2013	12/2015	2		169.810	145.000	145.000			314.810		
02 212 2013/5006		Forn. Refeições J/EB1 - Protocolos	0102 040701	0				01/2013	12/2015	2		50.997	40.000	40.000			90.997		
02 212 2015/5002		Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Educação																	
02 212 2015/5002 1		Primeiro Ciclo-Ensino Básico	0102 04050102	0			02	01/2015	12/2017			426.000	426.000	426.000			1.278.000		
02 212 2015/5002 2		Ensino Pré-Escolar	0102 04050102	0			02	01/2015	12/2017			1.506.000	1.506.000	1.506.000			4.518.000		
02 212 2015/5005		Acordos de Execução de Delegação de Competências-Educação																	
02 212 2015/5005 1		Conservação e Manutenção de Estabelecimentos Escolares-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	0			02	01/2015	12/2017			92.000	92.000	92.000			276.000		
02 212 2015/5005 2		Manutenção e Conservação de Espaços Envolventes-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	0			02	01/2015	12/2017			25.000	25.000	25.000			75.000		
02 212 2015/5007		Programa Generalização Atividades Enriquecimento Curricular																	
02 212 2015/5007 1		Protocolo de Colaboração-Prestação de Serviços	0102 020220	0			02	01/2015	12/2017			115.000	115.000	115.000			345.000		
02 212 2015/5007 2		Encargos com Pessoal	0102 010107	0			02	01/2015	12/2017			55.000	55.000	55.000			165.000		
02 212 2015/5007 3		Protocolos de Colaboração-Colectividades	0102 040701	0			02	01/2015	12/2017			40.000	40.000	40.000			120.000		
02 212 2015/5007 4		Outras Despesas Correntes	0102 020121	0			02	01/2015	12/2017			2.500	2.500	2.500			7.500		
02 212 2015/5008		Ação Social Escolar-1º CEB-Material Didático	0102 040802	0			02	01/2015	12/2017			52.500	52.500	52.500			157.500		
		Totais do Programa 212:										8.418.532	3.087.500	3.087.500	0	3.977.500	3.423.000	0	18.906.532
02 232		AÇÃO SOCIAL																	
02 232 2006/5017		Comparticipação, Transf verbas - Acção Social - Despesas Capital	0102 080701	0			02	01/2005	12/2015			337.500	2.000	2.000			339.500		
02 232 2008/5001		Compart Transf verbas - Acção Social - Transf Cap (Centros Dia/Convívio e outras)	0102 08050102	0				01/2008	12/2015			65.161	25.000	25.000			90.161		
02 232 2009/5001		Adaptação/Remodelação de Edifícios para Centros de Convívio/Dia	0102 020121	0			01	01/2009	12/2015	0		3.380	5.000	5.000			8.380		
02 232 2010/5001		Campanha de Solidariedade "Natal com um Sorriso"																	
02 232 2010/5001 2		Aquisição de Bens	0102 020121	0				01/2010	12/2015			10.778	7.200	7.200			17.978		
02 232 2013/5007		Projeto - Marco Sénior																	
02 232 2013/5007 1		Aquisição de serviços	0102 020225	0			02	01/2013	12/2015	2		3.000	3.000	3.000			3.000		
02 232 2013/5007 2		Aquisição de bens	0102 020121	0			02	01/2013	12/2015	2		1.750	1.750	1.750			1.750		
		Totais do Programa 232:										416.819	43.950	43.950	0	0	0	0	460.769

Atividades mais Relevantes do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Formal de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)			Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
						AC	AA	FC		Início	Fim	2015			2016 (e)	Anos seguintes						
												Total (b)=(c)+(d)				Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2017 (f)		2018 (g)	Otros (h)	
02	FUNÇÕES SOCIAIS																					
02 241	HABITAÇÃO																					
02 241	2015/1		Habituação Social-Eficiência energética																			
02 241	2015/1	2	Aquisição de Serviços	0102 020225	0			02	01/2015	12/2016				100	100	100	100	0	0	0	100	
			Totais do Programa 241:											0	100	100	100	0	0	0	100	
02 242	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO																					
02 242	2006/5009		Comparticipação, Transferências de verbas - Despesas Capital	0102 08050102	0			01	01/2005	12/2015				676.260	5.000	5.000	0	0	0	0	681.260	
02 244	ABASTECIMENTO DE ÁGUA																					
02 244	2012/5003		Comparticipação, Transferência de Verbas-Despesas de Capital	0102 08050102	0			02	01/2012	12/2015				9.038	500	500	0	0	0	0	9.538	
			Totais do Programa 242:											676.260	5.000	5.000	0	0	0	0	681.260	
02 245	RESÍDUOS SÓLIDOS																					
02 245	2006/5011		Entrega e Recepção R.S.U e Recol. Select Valor, Trat e Destino Final	0102 020202	0			02	01/2006	12/2017				4.075.481	390.000	1.170.000	780.000				6.415.481	
02 245	2006/5012		Recolha e Transporte de R.S.U e Lavagem e Desinf. de Contentores	0102 020202	0			02	01/2005	12/2017				5.717.475	542.500	2.061.500	1.302.000				9.623.475	
02 245	2015/5003		Contratos Interadministrativos de Delegação de Competência-RSU	0102 04050102	0			02	01/2015	12/2017				262.247	262.247	262.247	262.247				786.741	
			Totais do Programa 244:											9.038	500	500	0	0	0	0	9.538	
02 246	PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA N.																					
02 246	2006/5013		Comparticipação, Transf verbas-Cemitérios, Capelas Mortu e outras	0102 08050102	0			02	01/2006	12/2015				401.336	25.000	25.000					426.336	
02 246	2015/5006		Acordos de Execução de Delegação de Competências-Limpeza de Vias e Espaços Públicos	0102 04050102	0			02	01/2015	12/2017				178.000	178.000	178.000	178.000				534.000	
			Totais do Programa 245:											9.792.956	1.194.747	1.194.747	3.493.747	2.344.247	0	0	0	16.825.697
02 251	CULTURA																					
02 251	2006/5014		Comparticipação,Transf verbas-Dinamização cultural-Despesas Corrente	0102 040701	0			02	01/2005	12/2015				497.903	47.500	47.500					545.403	
02 251	2006/5015		Comparticipação, Transf verbas-Dinamização cultural-Despesas Capital	0102 080701	0			02	01/2005	12/2015				54.863	2.500	2.500					57.363	
02 251	2009/5002		Encontro de Cantadores de Janeiras																			
02 251	2009/5002		Aquisição de Bens	0102 020121	0			40	60	02	01/2009	12/2015	0	800	800						800	
02 251	2009/5002		Aquisição de serviços	0102 020225	0			40	60	02	01/2009	12/2015	0	1.415	1.415							1.415

Atividades mais Relevantes do ano 2015

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Formal de Realiz.	Formal Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Início	Fim			Anos seguintes					
													2015	2016	2017	2018		
Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto		
FUNÇÕES SOCIAIS																		
CULTURA																		
02 251	02 251	Festas do Marco-Festival Anho Assado c/ Arroz Forno e Feira das Colectividades	0102 020121	O	40	60	02	01/2009	12/2015	0	301	3.000	3.000			3.301		
02 251	02 251	Aquisição de Bens	0102 020225	O	40	60	02	01/2009	12/2015	0	5.896	10.200	10.200			16.096		
02 251	02 251	Festas do Marco - Feira do Artesanato, Gastronomia e Vinhos	0102 020121	O	40	60	02	01/2009	12/2015	0	3.010	7.800	7.800			10.810		
02 251	02 251	Aquisição de bens	0102 020225	O	40	60	02	01/2009	12/2015	0	217.977	76.700	76.700			294.677		
02 251	02 251	Prémio Artístico Carmen Miranda	0102 020225	O			02	01/2010	12/2015		89	990	990			1.079		
02 251	02 251	Aquisição de Serviços	0102 020115	O			02	01/2010	12/2015		2.270	2.500	2.500			4.770		
02 251	02 251	Prémios e Ofertas																
02 251	02 251	Marco de Letras-Feira do Livro de Marco de Canaveses	0102 020225	O			02	01/2010	12/2015		10.034	4.300	4.300			14.334		
02 251	02 251	Aquisição de Serviços	0102 020121	O			02	01/2010	12/2015		635	1.500	1.500			2.135		
02 251	02 251	Tongobriga e Território-Valor Paisagem Milenar																
02 251	02 251	Valorização da Paisagem Milenar-Aquisição de Serviços	0102 020225	O	20	80	01	01/2011	12/2015		321.227	321.227	321.227			321.227		
Totais do Programa 251:												792.978	480.432	0	0	0	0	1.273.410
DESPORTO, RECREIO E LAZER																		
02 252	02 252	Participação, Transf Verbas - Desporto - Despesas Capital	0102 080701	O			02	01/2005	12/2015		748.791	35.000	35.000			783.791		
02 252	02 252	Participação, transf verbas - Desporto - Despesas Correntes	0102 040701	O			02	01/2005	12/2015		1.473.197	205.000	205.000			1.678.197		
02 252	02 252	Aquisição de Material	0102 020120	O			02	01/2010	12/2015		2.000	2.000	2.000			2.000		
02 252	02 252	Eventos para o Fomento, Promoção e Difusão da Saúde e do Desporto																
02 252	02 252	Aquisição de Bens	0102 020225	O			02	01/2010	12/2015		923	5.000	5.000			5.923		
02 252	02 252	Construção, Recuperação e Apetrechamento das Infra-Estruturas do Desporto Escolar-Administração Directa	0102 020121	A			01	01/2012	12/2015		2.452	2.500	2.500			4.952		
Totais do Programa 252:												2.225.363	254.500	0	0	0	0	2.479.863

Atividades mais Relevantes do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
						AC	AA	FC		Início	Fim		Realizado (a)	Total 2015 (b)=(c)+(d)	2015 Financiam. definido (c)	2015 Financiam. não definido (d)		2016 (e)	2017 (f)
02			FUNÇÕES SOCIAIS																
02 253			OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS																
02 253	2009/5003		Compart. Transf Verbas - Acções Recreativas e outras - Despesas Capital	0102 080701	0				02	01/2008	12/2015			155.561	30.000	30.000	30.000	185.561	
			Totais do Programa 253:											155.561	30.000	30.000	30.000	185.561	
			Totais do Objetivo 02:											23.114.240	5.403.735	5.403.735	7.649.247	5.945.247	42.112.469
03			FUNÇÕES ECONÓMICAS																
03 331			TRANSPORTES RODOVIÁRIOS																
03 331	2009/5001		Comparticipação, Transferências verbas - Juntas de Freguesia	0102 08050102	0				02	01/2005	12/2015			1.680.316	30.000	30.000	30.000	1.710.316	
			Totais do Programa 331:											1.680.316	30.000	30.000	0	0	1.710.316
03 342			TURISMO																
03 342	2009/27		Dinamização dos Postos de Turismo - Rede Interactiva																
03 342	2009/27	1	Aquisição de serviços	0102 020121	0	40	60	02	02	01/2009	12/2015	0		500	500	500	500	500	
03 342	2009/27	3	Estudos e Projectos	0102 020214	0		02	02	02	01/2009	12/2015	0		14.720	6.200	6.200	6.200	20.920	
03 342	2015/3		Promoção do Potencial Turístico do Marco de Canaveses																
03 342	2015/3	1	Aquisição de Bens	0102 020121	0		02	02	02	01/2015	12/2015			18.500	18.500	18.500	18.500	18.500	
03 342	2015/3	2	Aquisição de Serviços	0102 020225	0		02	02	02	01/2015	12/2015			30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	
03 342	2015/3	3	Prémios, Condecorações e Ofertas	0102 020115	0		02	02	02	01/2015	12/2015			1.500	1,500	1,500	1,500	1,500	
			Totais do Objetivo 03:											14.720	56.700	56.700	0	0	71.420
			Totais do Objetivo 03:											1.695.036	86.700	86.700	0	0	1.781.736
04			OUTRAS FUNÇÕES																
04 410			OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA																
04 410	2009/5007		Transferências de capital para instituições	0102 08050108	0		02	02	02	01/2009	12/2015	0		100	100	100	100	100	
			Totais do Programa 410:											0	100	100	0	0	100
04 420			TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																
04 420	2007/5008		Compart. do Município no Pacto de Promoção do Baixo Tâmega																
04 420	2007/5008	1	Comparticipação nos projectos da A.M.B.T. - Despesas Correntes	0102 04050104	0					01/2007	12/2015			264.334	17.500	17.500	17.500	281.834	

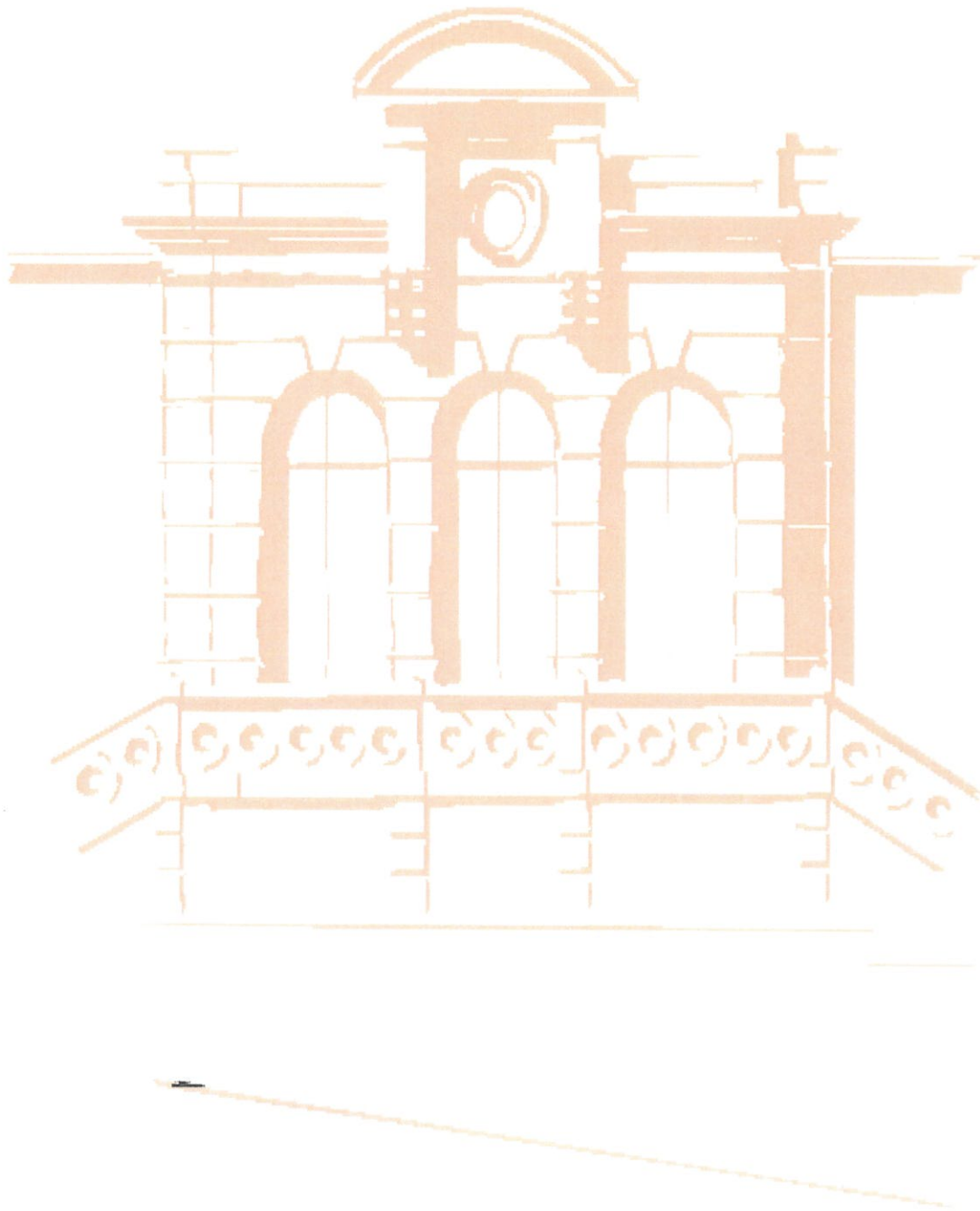
Atividades mais Relevantes do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Formal de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2015			Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
						AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)		Outros (h)
OUTRAS FUNÇÕES																					
TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																					
04 420	04 420	2007/50082	Comparticipação nos projectos da A.M.B.T - Despesas de Capital	0102 08050104	0				02	01/2007	12/2015		42.750	29.620	29.620					72.370	
04 420	04 420	2007/50083	Comparticipação nos projectos da A.D.R.E.D.T - Despesas Correntes	0102 04050104	0				02	01/2007	12/2015		250	250	250					250	
04 420	04 420	2009/28	Transferências entre Administrações - Outras																		
04 420	04 420	2009/28 1	Transferências correntes	0102 04050104	0				02	01/2009	12/2015	0	20.326	66.500	66.500					86.826	
04 420	04 420	2009/28 2	Transferências de capital	0102 08050104	0				02	01/2009	12/2015	0	8.071	5.000	5.000					13.071	
04 420	04 420	2010/1	Compart. do Município na CIM-TS																		
04 420	04 420	2010/1 1	Comparticipação nos projectos-Transf. Corrente	0102 04050104	0				02	01/2010	12/2015		37.364	57.500	57.500					94.864	
04 420	04 420	2010/1 2	Comparticipação nos projectos-Transf. Capital	0102 08050104	0				02	01/2010	12/2015		29.708	18.000	18.000					47.708	
04 420	04 420	2015/5001	Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal	0102 090806	0				02	01/2015	12/2021		177.124	177.124	177.124					1.239.871	
04 420	04 420	2015/5004	Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Investimentos	0102 08050102	0				02	01/2015	12/2017		556.642	556.642	556.642					1.256.642	
Totais do Programa 420:													402.553	928.136	928.136	0	527.124	527.124	177.124	531.375	3.093.436
Totais do Objetivo 04:													402.553	928.236	928.236	0	527.124	527.124	177.124	531.375	3.093.536
Total Geral:													37.994.802	8.030.833	8.030.833	0	11.866.209	9.100.371	7.117.124	531.375	68.242.714

ORGÃO EXECUTIVO
Em 30 de Outubro de 2014

ORGÃO DELIBERATIVO
Em de 29. NOV. 2014 de

7- Grandes Opções do Plano (Mapa)



Grandes Opções do Plano do ano 2015

Obj./Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC		Início	Fim		Realizado (a)	2015		Anos seguintes				
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2016 (e)		2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)
01 FUNÇÕES GERAIS																			
01 111 ADMINISTRAÇÃO GERAL																			
01 111	2006/5007	Encargos instalações - Consumos água, saneamento e outros	0102 0201020201	O				02	01/2006	12/2017	5	10.763.081	959.162	3.086.838	2.023.000	16.832.081			
01 111	2007/8	Aquisição de terrenos-outros	0102 07010104	O					01/2007	12/2016		313.045	25.000	25.000		363.045			
01 111	2009/6	Equipamento de Informática	0102 070107	O				02	01/2009	12/2015	0	122.371	15.000	15.000		137.371			
01 111	2009/7	Software Informático	0102 070108	O				02	01/2009	12/2016	0	104.665	27.000	27.000		171.665			
01 111	2009/8	Equipamento Básico-Outro	0102 07011002	O				02	01/2009	12/2017	0	552.667	65.000	65.000		717.667			
01 111	2009/9	Ferramentas e Utensílios	0102 070111	O				02	01/2009	12/2015	0	41.557	10.000	10.000		51.557			
01 111	2009/10	Equipamento Administrativo	0102 070109	O				02	01/2009	12/2015	0	44.788	20.000	20.000		64.788			
01 111	2009/11	Equipamento de Transporte	0102 07010602	O				01	01/2009	12/2015	0	164.303	75.000	75.000		239.303			
01 111	2009/30	Reparação e Beneficiação Diversas de Instalações	0102 0701030199	O				01	01/2009	12/2016	0	179.030	40.000	40.000		259.030			
01 111	2011/1	Adaptação de Instalações para Serviços Técnicos Municipais	0102 0701030109	E				01	01/2011	12/2016	1	109.467	10.000	10.000		129.467			
01 111	2013/5003	Locação de Material de Transporte	0102 020206	O				02	01/2013	12/2017	2	5.193	20.000	20.000		65.193			
01 111	2013/5004	Locação de Outros Bens	0102 020208	O				02	01/2013	12/2017	2	62.990	45.000	45.000		197.990			
01 111	2013/5005	Combustíveis e lubrificantes																	
01 111	2013/5005.1	Aquisição de Gasóleo																	
01 111	2013/5005.2	Aquisição de combustíveis - Outros																	
												Totais do Programa 111:	14.174.866	1.851.162	1.851.162	3.856.838	2.678.000	540.000	23.100.866
01 120 SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS																			
01 120	2013/22	Adap. Edif. Posto GNR de Alp. e Matos-Arranjos Exteriores, AVAC, Equipamento, ITED, Reestruturada e Minifonático	0102 0701030199	E	15		85	01	04/2013	12/2015		540.965	540.965	540.965		540.965			
												Totais do Programa 120:	540.965	540.965	540.965				
01 121 PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÉNDIOS																			
01 121	2010/5012	Protocolo de colaboração (A.H. Bombeiros Vol. Marco Canal)-Desp corrente	0102 040701	O				02	01/2010	12/2015		240.000	48.000	48.000		288.000			
												Totais do Programa 121:	240.000	48.000	48.000				288.000
												Totais do Objetivo 01:	14.414.866	2.440.127	2.440.127	3.856.838	2.678.000	540.000	23.929.831
02 FUNÇÕES SOCIAIS																			
02 211 ENSINO NÃO SUPERIOR																			
02 211	2006/5003	Centro de Actividades Ocupacionais (CERCIMARCO)	0102 040701	O					01/2006	12/2015		103.500	18.000	18.000		121.500			

Grandes Opções do Plano do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Formal de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2015			Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)		Outros (h)
FUNÇÕES SOCIAIS																				
ENSINO NÃO SUPERIOR																				
02 211	2008/19	Construção EBI - Rio de Galinhas	0102 0701030529	E				01	01/2008	12/2016	0	100	100					2.999.900	3.000.000	
02 211	2008/20	Ampliação/Requalificação EBI Feira Nova - Aritz	0102 0701030531	E				01	01/2008	12/2016	0	100	100					249.900	250.000	
02 211	2008/22	Ampliação/Requalificação EBI S. Sebastião - Penhalonga	0102 0701030533	E				01	01/2008	12/2016	0	100	100					499.900	500.000	
02 211	2008/23	Requalificação EBI e JI Gandra - V Douro	0102 0701030530	E				01	01/2008	12/2016	0	100	100					49.900	50.000	
02 211	2008/24	Ampliação/Requalificação EBI Cruzeiro - Torrão	0102 0701030535	E				01	01/2008	12/2016	0	100	100					149.900	150.000	
02 211	2008/25	Ampliação/Requalificação EBI Picola - Tuijas	0102 0701030536	E				01	01/2008	12/2016	0	275.000	275.000					275.000	275.000	
02 211	2008/26	Ampliação/Requalificação EBI Esperança - V O Aliv	0102 0701030537	E				01	01/2008	12/2016	0	100	100					299.900	300.000	
02 211	2008/27	Ampliação/Requalificação EBI e JI Gouveia V O Aliviada	0102 0701030548	E				01	01/2008	12/2017	0	100	100				100	249.800	250.000	
02 211	2008/28	Ampliação/Requalificação EBI Lordelo - Vila B Quires	0102 0701030539	E				01	01/2008	12/2016	0	100	100					249.900	250.000	
02 211	2008/29	Ampliação/Requalificação EBI Vale do Covo - Alpendurada e Matos	0102 0701030540	E				01	01/2008	12/2017	0	100	100					124.950	250.000	
02 211	2008/30	Ampliação/Requalificação EBI Seara - Paços de Galato	0102 0701030541	E				01	01/2008	12/2017	0	100	100					74.950	150.000	
02 211	2008/31	Ampliação/Requalificação EBI e JI Barroca - Rio de Galinhas	0102 0701030542	E				01	01/2008	12/2017	0	100	100					74.950	150.000	
02 211	2008/32	Requalificação da EBI Ladrário - Tabuado	0102 0701030543	E				01	01/2008	12/2017	0	100	100					37.450	75.000	
02 211	2008/33	Requalificação EBI e JI Livração - Toutosa	0102 0701030544	E				01	01/2008	12/2017	0	100	100					24.950	50.000	
02 211	2008/34	Ampliação/Requalificação EBI Igreja - Vila B Quires	0102 0701030545	E				01	01/2008	12/2017	0	100	100					74.950	150.000	
02 211	2008/35	Ampliação/Requalificação EBI Carreira - Avessadas	0102 0701030546	E				01	01/2008	12/2017	0	100	100					100	250.000	
02 211	2008/36	Ampliação/Requalificação EBI e JI Fontelas - Constance	0102 0701030547	E				01	01/2008	12/2017	0	100	100					100	250.000	
02 211	2008/38	Construção do Centro Escolar - Soalhões																		
02 211	2008/38 1	Obra e Arranjos Exteriores	0102 0701030549	E				01	01/2008	12/2017		100	100					100	1.827.242	
02 211	2009/2	Construção Centro Escolar de Fornos																		
02 211	2009/2 1	Obra e Arranjos Exteriores	0102 0701030551	E				01	01/2009	12/2016		661.916	661.916					661.916	661.916	
02 211	2009/2 3	Material	0102 020120	O				02	01/2009	12/2016		6.600	6.600					6.600	6.600	
02 211	2009/2 4	Mobiliário	0102 07011002	O					01/2009	12/2016		11.500	11.500					11.500	11.500	
02 211	2009/2 5	Equipamento Informático	0102 070107	O					01/2009	12/2016		15.000	15.000					15.000	15.000	
02 211	2009/2 6	Projecto de Arquitectura	0102 020214	O					01/2009	12/2016		31.200	20.601	20.601					51.801	
02 211	2009/12	Requalificação do Parque Escolar																		
02 211	2009/12 1	Reparação de Edifícios Escolares-Empreitada	0102 0701020301	E				01	01/2009	12/2015	0	99.827	15.000	15.000					114.827	
02 211	2009/12 2	Reparação de Edifícios Escolares-Administração Directa	0102 020121	O				01	01/2009	12/2015	0	23.256	32.500	32.500					55.756	

Grandes Opções do Plano do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Formal de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
							AC	AA	FC		2015	Anos seguintes									
												2015			2016	2017	2018				
FUNÇÕES SOCIAIS																					
02 ENSINO NÃO SUPERIOR																					
02 211																					
02 211	2009/14				0102 020120	O			02	01/2009	12/2015	0	55.767	21.305	21.305	21.305		77.072			
02 211	2009/14	2		Material de educação																	
02 211	2011/2			Plano Nacional de Leitura- Ler +																	
02 211	2011/2	3		Aquisição de Livros p/ Bibliotecas das escolas	0102 020120	O		02	01/2011	12/2015	0	11.674	5.000	5.000			16.674				
Totais do Programa 211:															325.224	1.084.122	1.084.122	4.911.900	2.988.842		9.310.088
02 SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO																					
02 212	2006/5004			Transportes Escolares	0102 020210	O		02	01/2005	12/2017	5	6.705.725	564.500	564.500				10.032.725			
02 212	2013/5001			Componente de Apoio à Família Prolongamento-JI	0102 020220	O		02	01/2013	12/2015	2	1.492.000	34.000	34.000				1.526.000			
02 212	2013/5002			For. Refeições JI/EB1-Aquisição Serviços	0102 020220	O		02	01/2013	12/2015	2	169.810	145.000	145.000				314.810			
02 212	2013/5006			For. Refeições JI/EB1 - Protocolos	0102 040701	O		02	01/2013	12/2015	2	50.997	40.000	40.000				90.997			
02 212	2015/5002			Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Educação																	
02 212	2015/50021			Primeiro Ciclo-Ensino Básico	0102 04050102	O		02	01/2015	12/2017			426.000	426.000				1.278.000			
02 212	2015/50022			Ensino Pré-Escolar	0102 04050102	O		02	01/2015	12/2017			1.506.000	1.506.000				4.518.000			
02 212	2015/5005			Acordos de Execução de Delegação de Competências-Educação																	
02 212	2015/50051			Conservação e Manutenção de Estabelecimentos Escolares-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	O		02	01/2015	12/2017			92.000	92.000				276.000			
02 212	2015/50052			Manutenção e Conservação de Espaços Envolventes-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	O		02	01/2015	12/2017			25.000	25.000				75.000			
02 212	2015/5007			Programa Generalização Actividades Enriquecimento Curricular																	
02 212	2015/50071			Protocolo de Colaboração-Prestação de Serviços	0102 020220	O		02	01/2015	12/2017				115.000	115.000			345.000			
02 212	2015/50072			Encargos com Pessoal	0102 010107	O		02	01/2015	12/2017				55.000	55.000			165.000			
02 212	2015/50073			Protocolos de Colaboração-Colectividades	0102 040701	O		02	01/2015	12/2017				40.000	40.000			120.000			
02 212	2015/50074			Outras Despesas Correntes	0102 020121	O		02	01/2015	12/2017				2.500	2.500			7.500			
02 212	2015/5008			Ação Social Escolar-1º CEB-Material Didático	0102 040802	O		02	01/2015	12/2017				52.500	52.500			157.500			
Totais do Programa 212:															8.418.532	3.087.500	3.087.500	3.977.500	3.423.000		18.906.532
02 ACÇÃO SOCIAL																					
02 232	2006/5017			Participação, Transf verbas - Acção Social - Despesas Capital	0102 080701	O		02	01/2005	12/2015			337.500	2.000	2.000			339.500			
02 232	2008/5001			Compart Transf verbas - Acção Social - Transf Cap (Centros Dial/Convívio e outras)	0102 08050102	O		02	01/2008	12/2015			65.161	25.000	25.000			90.161			

Grandes Opções do Plano do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Formal de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Início	Fim			2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)		Outros (h)	
																		2015
Ano / Nº	Ação																	
FUNÇÕES SOCIAIS																		
AÇÃO SOCIAL																		
02 232	02 232	2009/4		Reabilitação e Refuncionalização de Equipamento/Marco-Fórum 21														
02 232	02 232	2009/4	2	Centro de Recursos com Necessidades Educativas Especiais														
02 232	02 232	2009/4	2/1	Equipamento Administrativo	0		02	01/2009	12/2015	0		400	400				400	
02 232	02 232	2009/5001		Adaptação/Remodelação de Edifícios para Centros de Convívio/Dia	0		01	01/2009	12/2015	0	3.380	5.000	5.000				8.380	
02 232	02 232	2010/5001		Campanha de Solidariedade "Natal com um Sorriso"														
02 232	02 232	2010/5001 2		Aquisição de Bens	0		01	01/2010	12/2015		10.778	7.200	7.200				17.978	
02 232	02 232	2013/5007		Projeto - Marco Sénior														
02 232	02 232	2013/5007 1		Aquisição de serviços	0		02	01/2013	12/2015	2		3.000	3.000				3.000	
02 232	02 232	2013/5007 2		Aquisição de bens	0		02	01/2013	12/2015	2		1.750	1.750				1.750	
Totais do Programa 232:												416.819	44.350	44.350				461.169
HABITAÇÃO																		
02 241	02 241	2015/1		Habitação Social-Eficiência energética														
02 241	02 241	2015/1	1	Requalificação/Construção	0		01	01/2015	12/2016			100	100				100	
02 241	02 241	2015/1	2	Aquisição de Serviços	0		02	01/2015	12/2016			100	100				100	
Totais do Programa 241:												200	200	200				200
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO																		
02 242	02 242	2006/5009		Comparticipação, Transferências de verbas - Despesas Capital	0		01	01/2005	12/2015		676.260	5.000	5.000				681.260	
02 242	02 242	2008/42		Requalificação Urbana do Largo Conde de Ariz	E		01	01/2008	12/2015	0	88.035	100	100				88.135	
02 242	02 242	2008/44		Requalificações Urbanísticas diversas	E		01	01/2008	12/2015	0	139.777	5.000	5.000				144.777	
Totais do Programa 242:												904.072	10.100	10.100				914.172
SANEAMENTO																		
02 243	02 243	2012/8		Construção de Estações Elevatórias(AR) na Área do Município	E	20	80	01	01/2012	12/2015		26.500	26.500				26.500	
02 243	02 243	2013/9		ETAR de Fontalvã-Várzea do Douro	E	20	80	01	01/2013	12/2016			423.500				424.000	
02 243	02 243	2013/12		Recuperação da ETAR de St. Isidoro	E	20	80	01	01/2013	12/2015		15.000	15.000				15.000	
02 243	02 243	2013/13		Outros	E		01	01/2013	12/2015	2	482.218	15.000	15.000				497.218	
02 243	02 243	2013/14		Construção de Estações Elevatórias de Águas Residuais da Área Municipal(Tuías, Sande, penhalonga e Avessadas)	E	20	80	01	01/2013	12/2015	138.477	5.767	5.767				144.244	

Grandes Opções do Plano do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
						AC	AA	FC		Início	Fim			2015		Anos seguintes		
														Realiz.	AA	FC	Total (b)=(c)+(d)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																		
02 243 SANEAMENTO																		
02 243	2013/15		Vila Boa de Quires(Romanselhas, Avesões, Torre)	0102 0701040201	E	20	80	01	01/2013	12/2015		78.329	33.000	33.000			111.329	
02 243	2013/18		Rede de Saneamento e Abastecimento de Água	0102 0701040205	E	20	80	01	01/2013	12/2016			20.000	20.000			20.000	
02 243	2014/6		Rede de Lages-Vila Boa do Bispo	0102 0701040307	E	20	80	01	01/2014	12/2016			500	500			211.500	
02 243	2014/7		Construção da ETAR de Maureles	0102 0701040308	E	20	80	01	01/2014	12/2016			500	500			212.000	
02 243	2014/8		Construção da ETAR de Megães/Freixo	0102 0701040206	E	20	80	01	01/2014	12/2016			500	500			106.000	
02 243	2014/9		Rede de Vila Boa de Quires	0102 0701040207	E	20	80	01	01/2014	12/2016			172.000	172.000			172.000	
02 243	2014/10		Rede de Santo Isidoro e Abastecimento de Água	0102 0701040208	E	20	80	01	01/2014	12/2016			30.000	30.000			30.000	
02 243	2015/4		Rede do Freixo	0102 0701040305	E	20	80	01	01/2015	12/2015			500	500			106.000	
02 243	2015/5		Construção da ETAR do Torrão	0102 0701040305	E	20	80	01	01/2015	12/2015			110.000	110.000			110.000	
02 243	2015/5		Estações Elevatórias de Águas Residuais (Magrelas e Outras)	0102 0701040209	E	20	80	01	01/2015	12/2016			100	100			159.000	
													Totais do Programa 243:	689.024	429.367	429.367	1.004.900	2.133.291
02 244 ABASTECIMENTO DE ÁGUA																		
02 244	2012/5003		Participação, Transferência de Verbas-Despesas de Capital	0102 08050102	O	20	80	01	01/2012	12/2015		9.038	500	500			9.538	
02 244	2014/1		Elevat. Constance (EE na ETA EE V.Nova e tubagens)	0102 0701040708	E	20	80	01	01/2014	12/2015			50.000	50.000			50.000	
02 244	2014/2		Adutora de Guilhade/Travassos/Torrão	0102 0701040709	E	20	80	01	01/2014	12/2016			40.000	40.000			40.000	
02 244	2014/3		Reforço da Captação de Soalhões	0102 0701040710	E	20	80	01	01/2014	12/2016			500	500			159.000	
02 244	2014/4		Extensão da Rede a Telhe e Lardosa/Soalhães	0102 0701040711	E	20	80	01	01/2014	12/2016			500	500			39.750	
02 244	2014/5		Outros	0102 0701040716	E	20	80	01	01/2014	12/2015			500	500			500	
02 244	2015/6		Rede de Abastecimento de Água-Santo Isidoro e Livraison	0102 0701040712	E	20	80	01	01/2015	12/2016			100	100			159.000	
02 244	2015/7		Redes de Abastecimento de Água e Saneamento-Torrão	0102 0701040713	E	20	80	01	01/2015	12/2016			100	100			660.000	
02 244	2015/8		Estação Elevatória e Adutora-Carvalheira	0102 0701040714	E	20	80	01	01/2015	12/2016			100	100			250.000	
													Totais do Programa 244:	9.038	92.300	92.300	1.286.450	1.367.788
02 245 RESÍDUOS SÓLIDOS																		
02 245	2006/5011		Entrega e Recepção R.S.U e Recol Select Valor, Trat e Destino Final	0102 020202	O	20	80	01	01/2006	12/2017		4.075.481	390.000	390.000			6.415.481	
02 245	2006/5012		Recolha e Transporte de R.S.U e Lavagem e Desinf. de Contentores	0102 020202	O	20	80	01	01/2005	12/2017		5.717.475	542.500	542.500			9.623.475	

Grandes Opções do Plano do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)			Fases de Exec.	Realizado (a)	2015			Total (b)=(c)+(d)	Despesas			Total previsto (i)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
						AC	AA	FC		Inicio	Fim	Exec.			Financiam. definido	Financiam. não definido	Outros		2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	
FUNÇÕES SOCIAIS																						
RESÍDUOS SÓLIDOS																						
02	245	2015/5003	Contratos Interadministrativos de Delegação de Competência-RSU	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017			262.247	262.247	262.247	262.247	262.247	262.247	262.247	262.247	786.741
Totais do Programa 245:															9.792.956	1.194.747	1.194.747	3.493.747	2.344.247	16.825.697		
PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA N																						
02	246	2006/5013	Participação, Transf verbas-Cemitérios, Capelas Mortu e outras	0102 08050102	O				02	01/2006	12/2015			401.336	25.000	25.000						426.336
02	246	2008/45	Ampliação do Cemitério Municipal de Fornos	0102 07010412	E				01	01/2008	12/2015			113.645	500	500						114.145
02	246	2015/5006	Acordos de Execução de Delegação de Competências-Limpeza de Vias e Espaços Públicos	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017			178.000	178.000	178.000	178.000	178.000	178.000	178.000	178.000	534.000
Totais do Programa 246:															514.981	203.500	203.500	178.000	178.000	1.074.481		
CULTURA																						
02	251	2006/5014	Participação, Transf verbas-Dinamização cultural-Despesas Corrente	0102 040701	O				02	01/2005	12/2015			497.903	47.500	47.500						545.403
02	251	2006/5015	Participação, Transf verbas-Dinamização cultural-Despesas Capital	0102 080701	O				02	01/2005	12/2015			54.863	2.500	2.500						57.363
02	251	2008/15	Museu Etnográfico	0102 0701030106	E				01	01/2008	12/2015			100	100	100						100
02	251	2008/15	Museu do Vinho Verde	0102 0701030106	E				01	01/2008	12/2015			100	100	100						100
02	251	2009/5002	Encontro de Cantadores de Janeiras	0102 020121	O				40	60	02	01/2009	12/2015	800	800	800						800
02	251	2009/5002	Aquisição de Bens	0102 020225	O				40	60	02	01/2009	12/2015	1.415	1.415	1.415						1.415
02	251	2009/5002	Festas do Marco-Festival Anho Assado c/ Arroz	0102 020121	O				40	60	02	01/2009	12/2015	301	3.000	3.000						3.301
02	251	2009/5004	Forno e Feira das Coletividades	0102 020225	O				40	60	02	01/2009	12/2015	5.896	10.200	10.200						16.096
02	251	2009/5005	Festas do Marco - Feira do Artesanato, Gastronomia e Vinhos	0102 020121	O				40	60	02	01/2009	12/2015	3.010	7.800	7.800						10.810
02	251	2009/5005	Aquisição de bens	0102 020225	O				40	60	02	01/2009	12/2015	2.179,77	76.700	76.700						294.677
02	251	2009/5005	Aquisição de serviços	0102 020225	O				40	60	02	01/2009	12/2015	89	990	990						1.079
02	251	2010/5004	Prémio Artístico Carmen Miranda	0102 020225	O				02	01/2010	12/2015			2.270	2.500	2.500						4.770
02	251	2010/5004	Prémios e Ofertas	0102 020115	O				02	01/2010	12/2015			2.270	2.500	2.500						4.770
02	251	2010/5007	Marco de Letras-Feira do Livro de Marco de Canaveses	0102 020115	O				02	01/2010	12/2015			2.270	2.500	2.500						4.770

Grandes Opções do Plano do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Início	Fim		2015 Financiam. definido (c)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)		Outros (h)
02 FUNÇÕES SOCIAIS																	
02 251 CULTURA																	
02 251	2010/50071	Aquisição de Serviços	0102 020225	O			02	01/2010	12/2015			10.034	4.300	4.300	14.334		
02 251	2010/50072	Aquisição de Bens	0102 020121	O			02	01/2010	12/2015			635	1.500	1.500	2.135		
02 251	2011/6	Tongobriga e Territorium-Valor Paisagem Milenar															
02 251	2011/6	1 Valorização da Paisagem Milenar-Empreitada	0102 0701041399	E	20	80	01	01/2011	12/2015			133.593	133.593	133.593	133.593		
02 251	2011/6	2 Valorização da Paisagem Milenar-Equipamento Básico	0102 07011002	O	20	80	01	01/2011	12/2015			83.382	83.382	83.382	83.382		
02 251	2011/6	3 Valorização da Paisagem Milenar-Aquisição de Serviços	0102 020225	O	20	80	01	01/2011	12/2015			321.227	321.227	321.227	321.227		
02 251	2015/2	Centro Cultural do Marco de Canaveses															
02 251	2015/2	1 Construção	0102 0701030110	E			01	01/2015	12/2015			100	100	100	100		
02 251	2015/2	2 Aquisição de Equipamento Básico	0102 07011002	O			01	01/2015	12/2015			100	100	100	100		
02 251	2015/2	3 Aquisição de Equipamento Administrativo	0102 070109	O			01	01/2015	12/2015			100	100	100	100		
02 251	2015/2	4 Aquisição de Equipamento Informático	0102 070107	O			01	01/2015	12/2015			100	100	100	100		
												Totais do Programa 251:	792.978	698.007	698.007	1.490.985	
02 252 DESPORTO, RECREIO E LAZER																	
02 252	2003/28	Complexo desportivo de Alpendorada															
02 252	2003/28	2 Outros Equipamentos e Infra-estruturas	0102 0701040602	E		70	01	01/2007	12/2015			185.000	185.000	185.000	185.000		
02 252	2003/32	Outras instalações desportivas e recreativas (Cine-teatro e outras)	0102 0701040606	E			01	01/2003	12/2015			1.192.868	20.000	20.000	1.212.868		
02 252	2006/5016	Comparticipação, Transf Verbas - Desporto - Despesas Capital	0102 080701	O			02	01/2005	12/2015			748.791	35.000	35.000	783.791		
02 252	2006/5020	Comparticipação, transf verbas - Desporto - Despesas Correntes	0102 040701	O			02	01/2005	12/2015			1.473.197	205.000	205.000	1.678.197		
02 252	2010/3	Aquisição de Material e Equipamento Desportivo															
02 252	2010/3	1 Equipamento Desportivo	0102 07011002	O			02	01/2010	12/2015			2.523	2.600	2.600	5.123		
02 252	2010/3	2 Aquisição de Material	0102 020120	O			02	01/2010	12/2015			2.000	2.000	2.000	2.000		
02 252	2010/4	Construção, Recuperação e Apetrechamento das Infra-Estruturas do Desporto Escolar-Empreitada	0102 0701030199	E			01	01/2010	12/2015			5.000	5.000	5.000	5.000		
02 252	2010/6	Requalificação da Zona Ribeirinha do Torrão															
02 252	2010/5008	Eventos para o Fomento, Promoção e Difusão da Saude e do Desporto	0102 0703031302	E			01	01/2010	12/2016			100	100	1.999.900	2.000.000		
02 252	2010/50081	Aquisição de Serviços	0102 020225	O			02	01/2010	12/2015			923	5.000	5.000	5.923		
02 252	2010/50082	Aquisição de Bens	0102 020121	O			02	01/2010	12/2015			2.452	2.500	2.500	4.952		

Grandes Opções do Plano do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Formal de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
						AC	AA	FC		Início	Fim			Anos seguintes					
														2015				2016 (e)	2017 (f)
02			FUNÇÕES SOCIAIS																
02 252			DESPORTO, RECREIO E LAZER																
02 252	2012/5002		Construção, Recuperação e Apetrechamento das Infra-Estruturas do Desporto Escolar-Administração Directa	0102 020121	A			01	01/2012	12/2015		5.000	5.000						5.000
02 252	2013/1	1	Parque Fluvial de Alpendurada e Matos	0102 0701040504	E	40	60	01	01/2013	12/2015	0	153.596	1.000	1.000					154.596
02 252	2013/1	2	Aquisição de equipamento básico	0102 07011002	O	40	60	01	01/2013	12/2015	0	28.157	100	100					28.257
02 252	2013/2		Parque de Lazer da Cidade																
02 252	2013/2	1	Construção do Parque - Obra	0102 0701040506	E	40	60	01	01/2013	12/2015	0	29.919	35.000	35.000					64.919
02 252	2013/2	2	Aquisição de equipamento básico	0102 07011002	O	40	60	01	01/2013	12/2015	0	58.493	10.000	10.000					68.493
02 252	2014/14		Reabilitação das Piscinas Municipais-Marco	0102 0701040604	O			01	01/2014	12/2015		20.084	15.000	15.000					35.084
									Totais do Programa 252:			3.712.003	528.300	528.300					6.240.203
02 253			OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS																
02 253	2008/5003		Compat., Transf Verbas - Acções Recreativas e outras - Despesas Capital	0102 080701	O				01/2008	12/2015		155.561	30.000	30.000					185.561
									Totais do Programa 253:			155.561	30.000	30.000					185.561
03			FUNÇÕES ECONÓMICAS																
03 320			INDÚSTRIA E ENERGIA																
03 320	2008/13		Rede de iluminação pública na área do Concelho																
03 320	2008/13	1	Eficiência Energética da Iluminação Pública	0102 0701040404	E	30	70	01	06/2011	05/2015	1	222.373	35.000	35.000					257.373
03 320	2008/13	3	Outras Beneficiações na Iluminação Pública no Concelho	0102 0701040404	E			01	01/2008	12/2015	0	21.260	15.000	15.000					36.260
03 320	2014/11		Eficiência Energética em Equipamentos Desportivos do Município-Construção	0102 0701040610	E	85	15	01	01/2014	12/2015		42.634	75.000	75.000					117.634
									Totais do Programa 320:			286.267	125.000	125.000					411.267
03 331			TRANSPORTES RODOVIÁRIOS																
03 331	2003/80		Viadutos, arruamentos e obras complementares	0102 07030301	O			01	01/2002	12/2017		999.854	325.000	325.000					1.464.854
03 331	2003/81		Construção passeios na área do Concelho	0102 0703030802	E			01	01/2002	12/2015	4	853	65.000	65.000					65.853
03 331	2003/122		Sinalização e Trânsito	0102 07010409	O			01	01/2002	12/2015		89.222	40.000	40.000					129.222
03 331	2006/5001		Comparticipação, Transferências verbas - Juntas de Freguesia	0102 08050102	O			02	01/2005	12/2015		1.680.316	30.000	30.000					1.710.316
									Totais do Programa 320:			286.267	125.000	125.000					411.267
									Totais do Objetivo 02:			25.741.188	7.402.493	7.402.493	0	16.832.397	8.934.089	0	58.910.167

Grandes Opções do Plano do ano 2015

Obj./Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Formal de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
							AC	AA	FC		Início	Fim			2015	Anos seguintes			
																Financiam. não definido (d)			
							Total (b)=(c)+(d)												
03	FUNÇÕES ECONÓMICAS																		
03 331	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS																		
03 331	2013/19			Alarg. e Repav. da Estrada de Esperança e Gouveia	0102 0703030820	E	01	01/2013	12/2016	0	01/2013	12/2016	0	132.874	100	100	249.900	382.874	
														Totais do Programa 331:	2.903.119	460.100	460.100	75.000	3.753.119
03 342	TURISMO																		
03 342	2009/27			Dinamização dos Postos de Turismo - Rede Interactiva															
03 342	2009/27	1		Aquisição de serviços	0102 020121	O	40	60	02	01/2009	12/2015	0	500	500				500	
03 342	2009/27	3		Estudos e Projectos	0102 020214	O			02	01/2009	12/2015	0	14.720	6.200	6.200			20.920	
03 342	2015/3			Promocão do Potencial Turístico do Marco de Canaveses															
03 342	2015/3	1		Aquisição de Bens	0102 020121	O			02	01/2015	12/2015		18.500	18.500				18.500	
03 342	2015/3	2		Aquisição de Serviços	0102 020225	O			02	01/2015	12/2015		30.000	30.000				30.000	
03 342	2015/3	3		Prémios, Condecorações e Oferas	0102 020115	O			02	01/2015	12/2015		1.500	1.500				1.500	
														Totais do Programa 342:	14.720	56.700	56.700	71.420	
04	OUTRAS FUNÇÕES																		
04 410	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA																		
04 410	2009/5007			Transferências de capital para instituições	0102 08050108	0			02	01/2009	12/2015	0	100	100				100	
														Totais do Objetivo 03:	3.204.106	641.800	641.800	75.000	4.235.806
04 420	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																		
04 420	2007/5008			Compant. do Município no Pacto de Promoção do Baixo Tâmega															
04 420	2007/5008 1			Companticipação nos projectos da A.M.B.T - Despesas Correntes	0102 04050104	O			01/2007	12/2015			264.334	17.500	17.500			281.834	
04 420	2007/5008 2			Companticipação nos projectos da A.M.B.T - Despesas de Capital	0102 08050104	O			01/2007	12/2015			42.750	29.620	29.620			72.370	
04 420	2007/5008 3			Companticipação nos projectos da A.D.R.E.D.T. - Despesas Correntes	0102 04050104	O			01/2007	12/2015			250	250				250	
04 420	2009/28			Transferências entre Administrações - Outras															
04 420	2009/28 1			Transferências correntes	0102 04050104	0			02	01/2009	12/2015	0	20.326	66.500	66.500			86.826	
04 420	2009/28 2			Transferências de capital	0102 08050104	0			02	01/2009	12/2015	0	8.071	5.000	5.000			13.071	
04 420	2010/1			Compant. do Município na CIM-TS															
04 420	2010/1 1			Companticipação nos projectos-Transf. Corrente	0102 04050104	0			02	01/2010	12/2015		37.364	57.500	57.500			94.864	

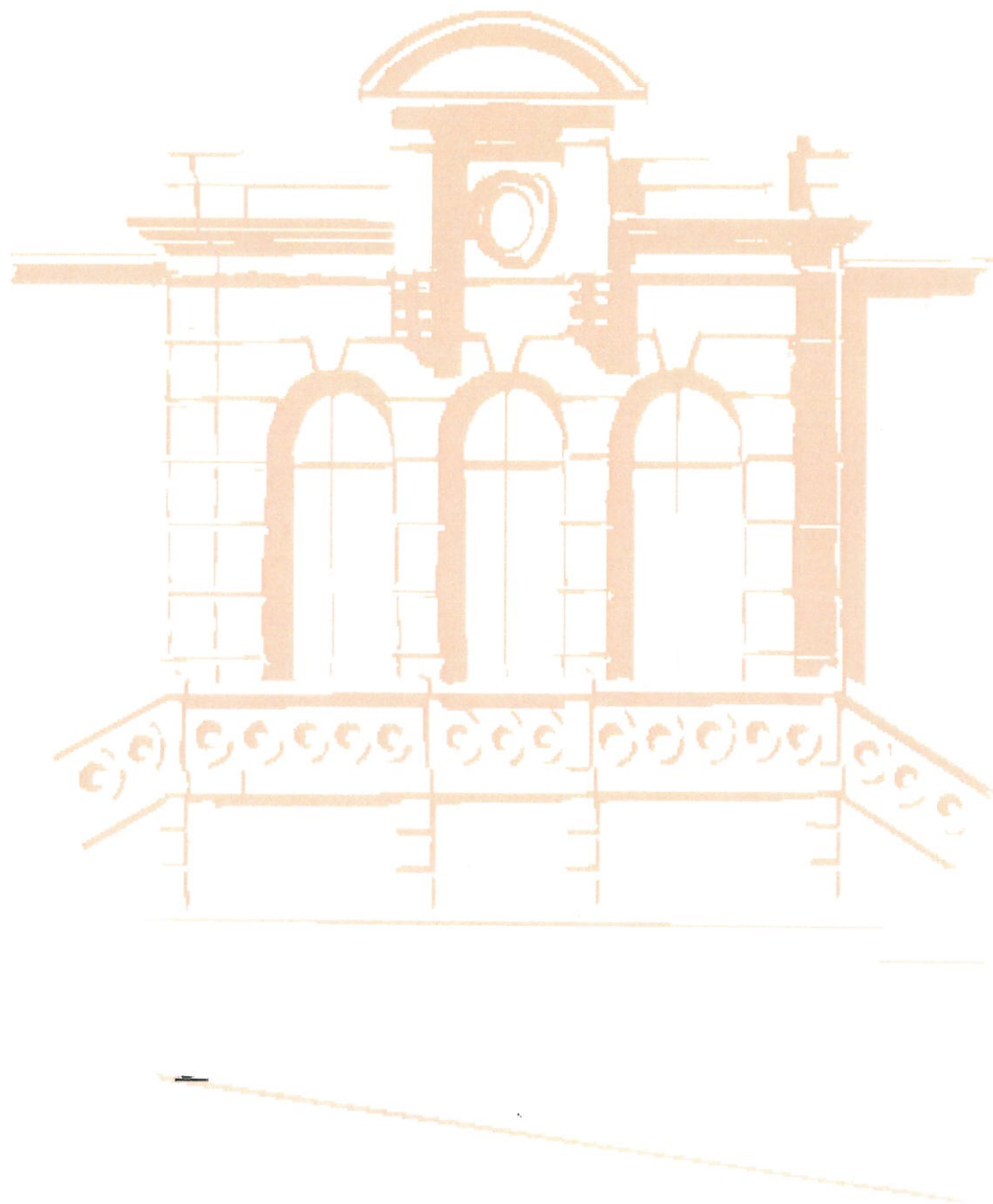
Grandes Opções do Plano do ano 2015

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
					Forma de Realiz.				2015	Anos seguintes										
					AC	AA	FC			2016 (e)			2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)					
04	420	OUTRAS FUNÇÕES																		
04	420	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																		
04	420	2010/1 2	0102 08050104	0			02	01/2010	12/2015		29.708	18.000	18.000				47.708			
04	420	2015/5001	0102 090806	0			02	01/2015	12/2021		177.124	177.124	177.124	177.124	177.124	531.375	1.239.871			
04	420	2015/5004	0102 08050102	0			02	01/2015	12/2017		556.642	556.642	350.000	350.000		1.256.642				
Totais do Programa 420:												402.553	928.136	928.136	527.124	527.124	177.124	531.375	3.093.436	
Totais do Objetivo 04:												402.553	928.236	928.236	0	527.124	527.124	177.124	531.375	3.093.536
Total Geral:												43.762.713	11.412.656	11.412.656	0	21.531.259	12.214.213	717.124	531.375	90.169.340

ORGÃO EXECUTIVO
Em 30 de Outubro de 2014
Manuel Moreira

ORGÃO DELIBERATIVO
Em de 29. NOV 2014 de
P. L. U. U.

8- Mapa das Transferências para as Juntas de Freguesia - 2015

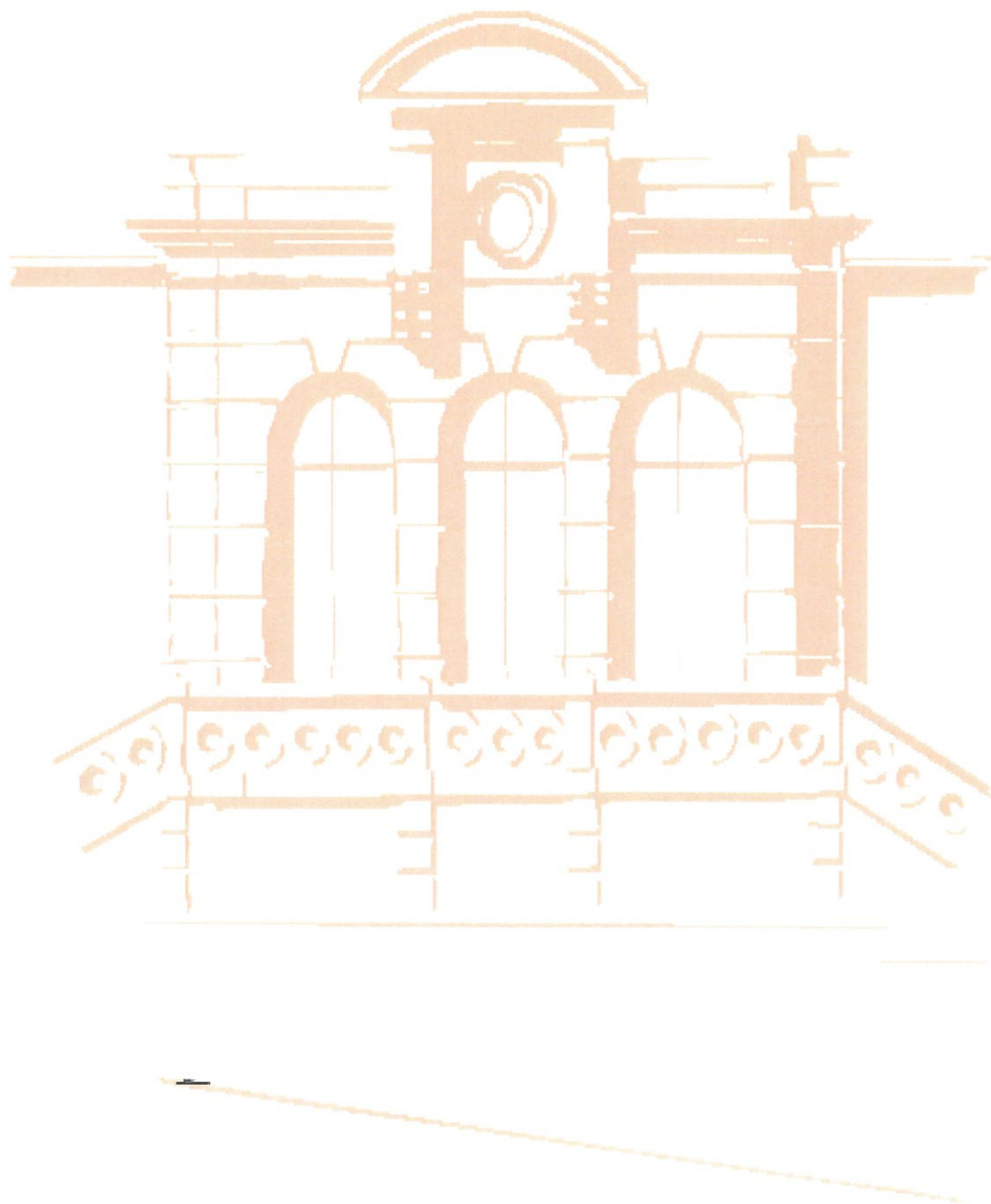


Transferências para as Juntas de Freguesia 2015

1. Distribuição de 350.000 € pelas 16 freguesias para obras de melhoramento e projetos	350.000 €
Alínea a) 20% distribuídos igualmente por todas as freguesias	70.000 €
Alínea b) 60% distribuídos na razão direta do número de habitantes	210.000 €
Alínea c) 20% distribuídos na razão direta das áreas	70.000 €

Freguesia	Alínea a)	N.º de Habitante	Alínea b)	Área	Alínea c)	Total
Banho e Carvalhosa	4.375,00	1.276	5.013,28	5	1.702,92	11.091
Constance	4.375,00	1.626	6.388,40	5	1.664,77	12.428
Soalhães	4.375,00	3.682	14.466,23	24	8.344,67	27.186
Sobretâmega	4.375,00	1.132	4.447,52	3	984,99	9.807
Tabuado	4.375,00	1.375	5.402,25	7	2.358,43	12.136
Vila Boa do Bispo	4.375,00	3.240	12.729,65	12	4.331,88	21.437
Alpendorada, Várzea e Torrão	4.375,00	8.485	33.336,76	17	5.819,77	43.532
Avessadas e Rosém	4.375,00	1.467	5.763,70	11	3.863,66	14.002
Bem Viver	4.375,00	3.877	15.232,37	10	3.326,08	22.933
Livração	4.375,00	2.083	8.183,91	5	1.619,68	14.179
Marco	4.375,00	11.014	43.272,97	17	6.027,86	53.676
Paredes de Viadores e Manhuncel	4.375,00	1.775	6.973,81	13	4.543,23	15.892
Penhalonga e Paços de Gaiolo	4.375,00	2.924	11.488,12	18	6.287,98	22.151
Sande e São Lourenço	4.375,00	2.869	11.272,03	13	4.376,96	20.024
Várzea, Aliviada e Folhada	4.375,00	2.771	10.887,00	23	8.042,93	23.305
Vila Boa de Quires e Maureles	4.375,00	3.854	15.142,00	19	6.704,18	26.221
TOTAL	70.000,00	53.450,00	210.000,00	201,83	70.000,00	350.000

9- Mapa de Pessoal 2015



MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES

MAPA DE PESSOAL 2015 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções				OBS.		
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos		A preencher				
							CTTI	CTTR	CTTI	CTTR			
		Temp Int	Temp parci	Temp Int	Temp parci								
DFES	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Assistente Técnico	Administrativo	20	18		2				d)		
			Assistente de Ação Educativa	6	6								
			Natação	1				1					
			Encarregado	2				2					
			Assistente Operacional	6				6					
			Operacional	46				38			8		
			Operacional	17				17					
				1				1					
				1				1					
				5				5					
				2				2					
				2				2					
				1				1					
				5				4			1		
				2				2					
				1				1					
				1				1					
		DOU	As definidas no Estatuto do Pessoal Dirigente	Fiscal Leituras Cobranças	Fiscal Leituras Cobranças	1	1						
				Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	1	1						
					Sub Total	200	4	0	131	0	24	17	0
Diretor de Departamento	Obras e Urbanismo			1		1							
Chefe de Divisão	Planeamento e Gestão Urbanística			1		1							
	Ambiente e Serviços Urbanos			1		1							
	Edifícios e Equipamentos			1		1							
	Vias de Comunicação			1		1							
	Arquiteto			3		3						b)	
	Ambiente e Recursos Naturais			1		1						b)	
	Florestal	1		1									
	Engenheiro Civil	6		6						g)			
	Engenheiro Eletrotécnico	1		1									

MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES
MAPA DE PESSOAL 2015 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções				OBS.	
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos		A preencher			
							CTTI	CTTR	Temp Int	Temp parci		CTTI
			Planeamento	1			1					
			Geografia (Especialização em Ordenamento do Território)	1					1			
		Especialista de Informática	Especialista Informática	1			1					
		Técnico Informática	Técnico Informática	2			1		1			
		Assistente Técnico	Administrativo	11			11					
			Desenhador	2			2					
			Topógrafo	5			4		1			d)
		Encarregado Geral Operacional	Encarregado	2			2					
		Encarregado Operacional	Encarregado	7			7					
		Assistente Operacional	Asfaltador	1			1					
			Auxiliar Servicos Gerais	1			1					
			Calceteiro	2			2					
			Canalizador	15			14		1			e); d)
			Cantoneiro Limpeza	5			5					
			Cantoneiro de Vias Municipais	17			17					
			Carpinteiro	6			6					
			Condutor Maquinas Pesadas Veic. Esp.	7			7					
			Eletricista	4			4					
			Jardineiro	15			15					
			Limpa-Coletores	2			2					
			Marceneiro	4			4					
			Marteleiro	1			1					
			Mecânico	1			1					
			Mineiro	1			1					
			Montador Eletricista	2			2					
			Motorista de Pesados	4			4					
			Motorista Ligeiros	6			6					
			Motorista Transportes Coletivos	3			3					
			Operador Est. Elevatorias Trat.Dep.	6			6					f)
			Museografia	1			1					

As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014

DOU

MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES
MAPA DE PESSOAL 2015 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções						OBS.		
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos		A preencher		Temp. Int.			Temp. parci.	
							CTTI	CTTR	CTTI	CTTR	Temp. Int.	Temp. parci.		Temp. Int.	Temp. parci.
DOU	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Pedreiro		12				12							
		Pintor		5				5							
		Restaurador Azulejos		8				8							
		Serralheiro Civil		6				6							
		Tratorista		3				3							
		Trolha		13				13							
		Porta Miras		1				1							
		Vigilante Jardins Parques Infantis		2				2							
		Fiscal Municipal		1				1							
				Fiscal Municipal		204	4	1	195	0	0	4	0	0	0
DAJF	As definidas no Estatuto do Pessoal Dirigente	Chefe de Divisão		1	1										
		Técnico Superior		3				2		1				b)	
		Polícia Municipal		1				1							
		Polícia Municipal		10				10							
		Assistente Técnico		2				2							
		Assistente Operacional		1				1							
		Fiscal Municipal		9				9							
				Fiscal Municipal		27	1	0	25	0	0	1	0	0	
				Sub Total		441	9	1	361	0	24	22	0	24	
				TOTAL											

SMPC - Serviço Municipal de Protecção Civil
DFES - Departamento Financeiro, Económico e Social
DOU - Departamento de Obras e Urbanismo
DAJF - Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização

MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES
MAPA DE PESSOAL 2015 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções				OBS.
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos		A preencher		
							CTTI	CTTR	CTTI	CTTR	
							Temp Int	Temp parci	Temp Int	Temp parci	

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria

Cargo/carreira/Categoria	N.º Postos de Trabalho	Observações
Diretor de Departamento	2	
Chefe de Divisão	8	
Técnico Superior	89	24 j), l)
Coordenador técnico	6	
Assistente técnico	49	
Encarregado Geral Operacional	2	
Encarregado Operacional	9	
Assistente Operacional	250	
Especialista de Informática	1	
Técnico Superior PM	1	
Técnico Informática	2	
Polícia Municipal	10	
Fiscal Leituras Cobran.	1	
Fiscal Municipal	11	
Total	441	

- a) Designado secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, nos termos dos nºs 2, alínea b) e 3 do artigo 42º e nº 4 do artigo 43º da Lei nº 75/2013, de 12/set.
- b) Um titular do posto de trabalho em regime de comissão de serviço como dirigente
- c) Um posto de trabalho ocupado por trabalhador abrangido pelo Estatuto dos Eleitos Locais
- d) Titular do posto de trabalho em situação de licença sem remuneração
- e) Seis trabalhadores em regime de cedência de interesse público

MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES
MAPA DE PESSOAL 2015 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções						OBS.		
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos		A preencher		Temp Int	Temp parci		Temp Int	Temp parci
							CTTI	CTTR	CTTI	CTTR					

- f) Um trabalhador em regime de cedência de interesse público
- g) Dois titulares do posto de trabalho em regime de comissão de serviço como dirigente
- i) Um titular de posto de trabalho em regime de mobilidade interna intercategorias (Encarregado Operacional)
- j) Número de postos de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo determinado
- l) Número de postos de trabalho a tempo parcial



10-Proposta de Gestão das Despesas com Pessoal - 2015



PROPOSTA

GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL - 2015

Nos termos do disposto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:

a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou;

b) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;

c) Com atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.

Nestes termos **proponho**, relativamente a cada um dos referidos domínios, o seguinte:

1 – Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho:

O montante para recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal é de 185.979,68 €, podendo este montante vir a ter diferente enquadramento orçamental caso o recrutamento indicado venha a ocorrer ainda no ano de 2014.

Modalidade de Relação Jurídica de Emprego Público	Unidade Orgânica	Carreira/Categoria	Nº Postos de Trabalho	Despesa €
Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado	DFES	T.S. (Desporto) ⁽¹⁾	1	14.417,76
	DFES	T.S. (Gestão) ⁽¹⁾	1	14.417,76
	DFES	T.S. (Psicologia) ⁽²⁾	1	14.417,76
	DOU	Técnico Informática ⁽¹⁾	1	8.527,08
	DFES	T.S. (Recursos Humanos/Higiene e Segurança no Trabalho)	1	2.402,96 €
	DOU	T.S. (Geografia, Especialização em Ordenamento do Território)	1	2.402,96 €
	DAJF	Jurista	1	2.402,96 €
	DFES	AT (Natação) ⁽¹⁾	1	8.197,56
	DFES	AO (Auxiliar de Ação Educativa) ⁽³⁾	8	48.480,00
	DFES	AO (Nadador-Salvador) ⁽⁴⁾	1	3.030,00



Contratos de Trabalho a Termo Certo	DFES	TS (AEC's) ⁽⁵⁾	24	67.282,88
Total				185.979,68

- (1) Procedimento de recrutamento autorizado por Despacho nº 3313/2013 – SEAP;
- (2) Procedimento de recrutamento autorizado por Despacho nº 3315/2013 – SEAP;
- (3) Procedimento de recrutamento autorizado por Despacho nº 3315/2013 – SEAP. Pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local no domínio da educação. Não considerado para efeitos da redução de trabalhadores nas autarquias locais prevista no nº 1 do artigo 62º da LOE 2014, conforme o disposto no nº 5 do mesmo artigo, e na autorização concedida;
- (4) Necessidade reconhecida decorrente da publicação do Decreto-Lei nº 68/2014, de 29 de agosto;
- (5) Procedimento de recrutamento autorizado para o ano letivo 2014/2015 por Despacho nº 3314/2014–SEAP. Pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local no domínio da educação. Não considerado para efeitos da redução de trabalhadores nas autarquias locais prevista no nº 1 do artigo 62º da LOE 2014, conforme o disposto no nº 5 do mesmo artigo. Rege-se por regras de contratação a termo previstas em diplomas próprios, estando sujeito à definição de objetivos específicos de redução pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública, da educação e da ciência, conforme o disposto no nº 11 do artigo 55º da LOE 2014.

2 – Alteração do posicionamento remuneratório:

Para efeitos do disposto no artigo 5º, conjugado com o artigo 7º e 8º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, tendo em atenção as limitações impostas pelo Contrato de Reequilíbrio Financeiro, as restrições orçamentais existentes por força da consolidação orçamental do Governo e o já avultado montante afeto a despesas com o pessoal, bem como a proibição de valorizações remuneratórias prevista dos últimos orçamentos de Estado e que se anuncia virem a ser mantidas no orçamento de estado a aprovar para o ano de 2015, não há alteração de posicionamento remuneratório por opção gestonária.

3 – Prémios de desempenho:

Para efeitos do disposto no artigo 5º, conjugado com o artigo 13º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, face às razões explanadas anteriormente, também não existem valores inscritos nos documentos previsionais para o ano económico de 2015 de encargos com prémios de desempenho.

Paços do Concelho de Marco de Canaveses, 27 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Manuel Moreira

11-Mapa das Responsabilidades Contingentes e Provisões

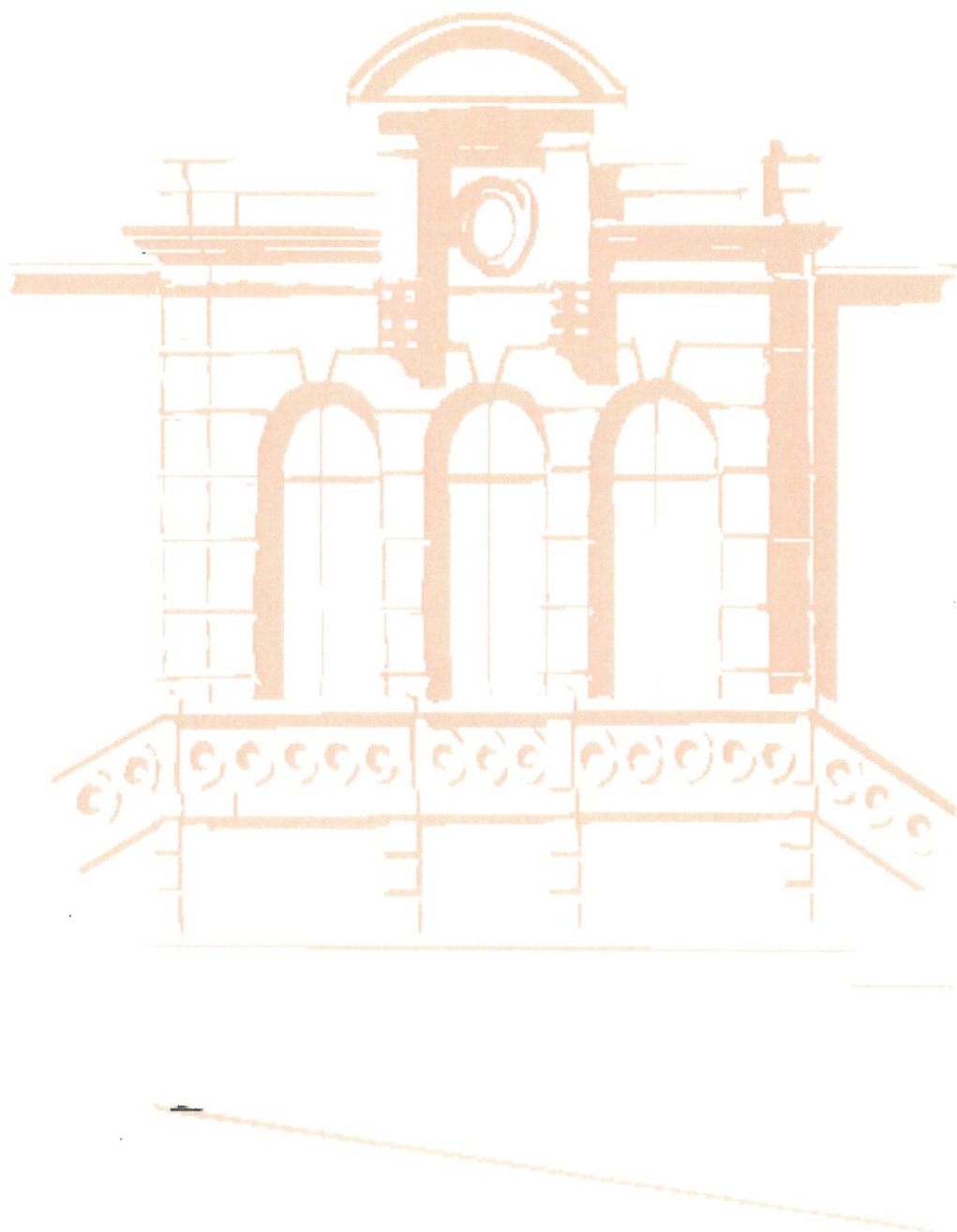


MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES E PROVISÕES (alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, 03/09)

Município de Marco de Canaveses			
Descrição Sumária	Tribunal	Ação Interposta Por	Provisão (Valores em euros)
Processo n.º 155/08.6 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	Verónica Alexandra Leite de Sousa Moreira	10.000,00
Processo n.º 292/08.7 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	M2S-Construções, Lda.	8.142.112,14
Processo n.º 163/03. TAC-P	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto-6º Juiz	Maria do Céu Pires Teixeira Melo e Filhos Menores	425.449,42
Processo de Concessão de Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes no Concelho do Marco de Canaveses	Tribunal Arbitral	Águas do Marco	31.152.642,70
Morte por afogamento por causa imputável ao Município	Tribunal Marco de Canaveses	Maria do Céu Ferreira	385.000,00
TOTAL			40.115.204,26

Notas: (*) Dados existentes em outubro de 2014

12-Mapa das Entidades Participadas pelo Município



MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO

(alínea c) do n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, 03/09)

ANO: 2014

<i>Denominação Social</i>	<i>N.P.C</i>	<i>Participação Valores em Euros</i>	<i>% Part.</i>
CARNAGRI-Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, S.A	501831894	55.300,00	0,84
ADREDT-Agência de Desenvolvimento Regional de Entre Douro e Tâmega, S.A	504649221	44.765,00	8,93
RESINORTE-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A	509143059	218.745,00	2,73
DOLMEN-Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, C.R.L	502973544	1.246,99	1,07
CIMTS-Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	508889910	40.058,55	9,09
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	1.500,00	1,16
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	5.854,00	0,39
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	1.300,00	1,75
Associação de Municípios do Baixo Tâmega - AMBT	509896448	*	*

Notas: (*) Dados não fornecidos pela Entidade;



DECLARAÇÃO DE VOTO

ASSUNTO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2015

Considerando que:

- i) Não se encontra uma linha estratégica que promova o desenvolvimento económico e Social do Concelho, não existindo neste orçamento qualquer investimento indutor desse desenvolvimento.
- ii) Não é desejável, de acordo com os conceitos de boa gestão, transferir verbas de rubricas, nomeadamente investimento para rubricas de custos como recorrentemente acontece.
- iii) A presente proposta prevê sacrificar o investimento, em prejuízo da qualidade de vida das suas populações, adiando-o para 2016 e 2017.
- iv) A presente proposta não cumpre o princípio da especificidade, considerando-se as verbas atribuídas às rúbricas “Outros” ou “Diversas”, desproporcionais em relação às rúbricas devidamente explicitadas.
- v) Não é incluído um plano de requalificação das escolas, no que concerne à remoção do amianto, preocupação tantas vezes colocada em discurso mas inconsequente nas ações.
- vi) A presente proposta não prevê uma redução dos custos com pessoal, alinhado com a redução 3% dos colaboradores que, de acordo com a lei, anualmente têm saído dos quadros de pessoal da Câmara.

Por tudo isto o voto do Partido Socialista é de **ABSTENÇÃO**.

Marco de Canaveses, 30 de Outubro de 2014

O Vereador do Partido Socialista

Agostinho de Sousa Pinto

DECLARAÇÃO DE VOTO

(ponto nº4 ordem de trabalhos)

Os Vereadores do Movimento Marco-Confiante Com Ferreira Torres, vem pelo presente expor o seguinte:

- Em primeiro lugar achamos que este não é um orçamento que pretenda o desenvolvimento económico e social do nosso Concelho, porque em algumas rubricas, que poderiam fazer toda a diferença, existe uma orçamentação muito reduzida. Na rubrica do Turismo existe um investimento previsível de 0,22% do orçamento pelo que, parece-nos muito reduzida se pensarmos que tão perto existem concelhos com um aumento exponencial de turistas assim, deveríamos apostar com mais recursos neste sector o que permitiria a obtenção de benefícios para a economia Marcoense.

- Outra das grandes apostas deste orçamento é a Educação, mas, o que detectamos no orçamento é isso sim, uma aposta na requalificação das escolas, sem ainda sabermos se na próxima Carta Educativa algumas destas escolas iram continuar com os projectos agora previstos.

- No global, o orçamento de 2015 não é importante para este Executivo porque detectamos uma maior aposta em termos orçamentais para os anos de 2016 e 2017, deixando assim de apostar neste ano para guardar para os próximos anos, sendo certo que, o orçamento apresentado apresenta uma despesa igual à receita previsível não contemplando alguma poupança que permita a candidatura a projetos do Novo Programa de Apoio Comunitário para terminar o Cineteatro, aumentar a rede de água e saneamento entre outros Projectos para os Marcoenses.

Resumindo pretendíamos que existisse um maior equilíbrio em todo o orçamento, de modo a que todos os sectores conseguissem colmatar as necessidades dos Marcoenses. Por estas razões e muitas outras que estão à vista de todos,

Declaramos que nos Abstemos no ponto 4 da presente ordem de trabalhos.

Mais solicitamos que esta declaração conste na íntegra da acta da reunião ordinária de 30 de Outubro de 2014.

Marco de Canaveses, 30 de Outubro de 2014

Os Vereadores do Movimento Marco-Confiante com Ferreira Torres,


(Natália Ribeiro)


(Bruno Magalhães)



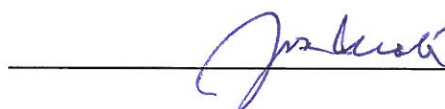
**PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO
DE
RECEITA E DESPESA**

Os documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e Despesa, para o ano económico de 2015, foram apresentados e aprovados em reunião extraordinária da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, realizada a 30 de outubro de 2014, por 4 votos a favor, 0 votos contra e 3 abstenções.

Paços do Concelho do Marco de Canaveses, 30 de outubro de 2014

A Câmara Municipal,






Correte Monteiro

Vito Gomes

António Ribeiro



Agostinho Sousa Pinheiro





Município de Marco de Canaveses

Departamento de Administração Geral e Finanças:
Divisão de Administração Geral

Reunião de Câmara Municipal
do Marco de Canaveses nº 19
realizada em 30 outubro/2014

Ponto 04

Grande Opções do Plano e Orçamento para 2015. Presente a proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015. Doc. 04 em anexo.

Deliberado por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores do MCFT com declaração de voto e do Senhor Vereador do PS com declaração de voto, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015. À Assembleia Municipal.

Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

4630-219 Marco de Canaveses – Tel. 255 538 870 – Fax 255 538 889 – E-mail: assembleia.municipal@am-marco-canaveses.pt – Site: www.am-marco-canaveses.pt

APROVAÇÃO EM MINUTA

Ponto n.º 4.2 Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano Financeiro de 2015.

Depois de discutido o assunto referido no ponto 4.2, foi o mesmo aprovado por UNANIMIDADE, com 17 votos a favor, 0 votos contra, e 18 abstenções.

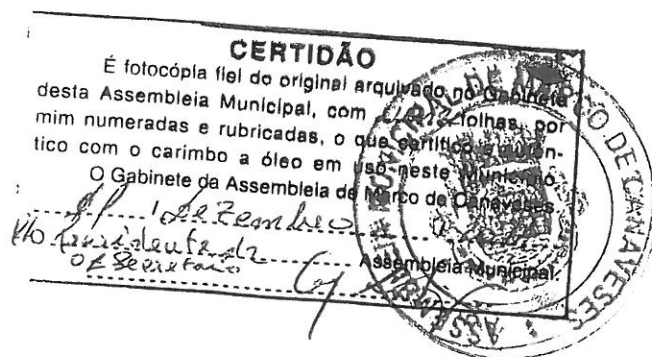
Mais foi deliberado por UNANIMIDADE, com votos a favor; votos contra e abstenções, aprovar o respectivo assunto em minuta, nos termos do art.º 57, n.º 3, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

Marco de Canaveses, 29 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A. L. ...
[Assinatura]
[Assinatura]

JT/AM





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

----As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano Financeiro de 2015 e respetivo Mapa de Pessoal, apreciado e aprovado pela Assembleia Municipal do Marco de Canaveses, em Sessão Ordinária do dia 29 de novembro de 2014. -----

O Presidente

P. I.



O 1º Secretário

G. G. G.



O 2º Secretário em Exercício

R. S.

